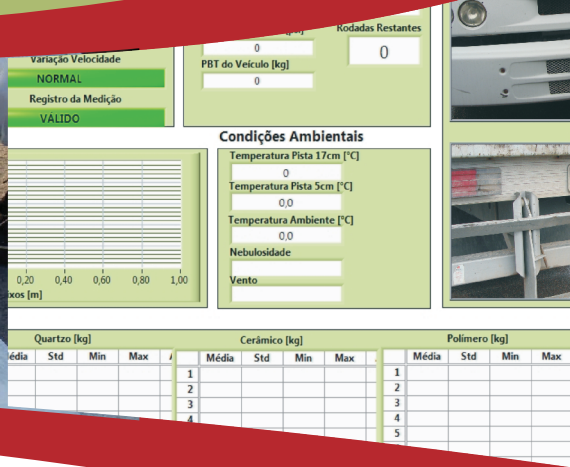
Especificação, operação e avaliação de sistemas de pesagem em movimento em velocidade diretriz da via com a utilização de múltiplos sensores (MS-WIM) e análise do comportamento mecânico de pavimentos

Termo de Cooperação Técnica 320/2010 – Destaque Orçamentário nº 26.782.0663.2325.0001

Relatório Adicional

Análise das Áreas de Atuação da Coordenadoria Geral de Operações Rodoviárias - CGPERT

Dezembro de 2011



DNIT Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

UFSC

LabTrans

NEP Núcleo de Estudos de Pesagem

Especificação, operação e avaliação de sistemas de pesagem em movimento em velocidade diretriz da via com a utilização de múltiplos sensores (MS-WIM) e análise do comportamento mecânico de pavimentos

Termo de Cooperação Técnica 320/2010 – Destaque Orçamentário nº 26.782.0663.2325.0001

Análise das Áreas de Atuação da Coordenadoria Geral de Operações Rodoviárias - CGPERT

Dezembro de 2011

DNIT Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

LabTrans

NEP Núcleo de Estudos de Pesagem

Termo de cooperação técnica 320/2010 , processo 50600.008688/2009-21, destaque orçamentário nº 26.782.0663.2325.0001, publicado no DOU Nº 68, segunda-feira, 12 de abril de 2010, com início em 20 de maio de 2010.

Especificação, operação e avaliação de sistemas de pesagem em movimento em velocidade diretriz da via com a utilização de múltiplos sensores (MS-WIM) e análise do comportamento mecânico de pavimentos

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT
Jorge Ernesto Pinto Fraxe
Diretor Geral DNIT

Roger da Silva Pêgas
Diretor de Infraestrutura Rodoviária

Romeu Sheibe Neto
Coordenador Geral de Operações Rodoviárias

João Batista Berretta Neto
Coordenador de Operações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL/DNIT/SC
João José dos Santos
Superintendente Regional de Santa Catarina

Edemar Martins
Supervisor de Operações

Fernando Faustino de Souza
Área de Engenharia e Segurança de Trânsito

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Alvaro Toubes Prata
Reitor

Carlos Alberto Justo da Silva
Vice-Reitor

Edison da Rosa
Diretor do Centro Tecnológico

Antonio Edésio Jungles
Chefe do Departamento de Engenharia Civil

LABORATÓRIO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA - LABTRANS
Amir Mattar Valente, Dr.
Coordenador Geral do LabTrans/UFSC

NÚCLEO DE ESTUDOS DE PESAGEM
Equipe Técnica
Charlene Souza Chiella, Tecnóloga
Flavio De Mori, Dr.
Gustavo Garcia Otto, M. Eng.
Hélio Goltsman, Eng°. Eletrônico
Leonardo Soliz, Engº. de Controle e Automação Industrial
Márcio Roberto de Lima Paiva, Dr.
Paulo Roberto Luckmann Martins, Tecnólogo
Valter Zanela Tani, Dr.

Apresentação

Trata o presente relatório de um produto adicional do projeto Especificação, operação e avaliação de sistemas de pesagem em movimento em velocidade diretriz da via com a utilização de múltiplos sensores (MS WIM) e análise do comportamento mecânico de pavimentos, objeto de Termo de Cooperação Técnica 320/2010 – Destaque Orçamentário nº 26.782.0663.2325.0001 firmado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Este relatório apresenta uma análise das áreas de atuação da Coordenação Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT, subordinada a Diretoria de Operações Rodoviárias – DIR, no contexto das suas Coordenações de Operação e de Segurança e Engenharia de Trânsito. Apresenta uma análise diagnóstica da atuação da CGPERT considerando as ações desenvolvidas, as disponibilidades de recursos humanos e físicos a luz de suas competências regimentais estabelecidas no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007.

O mapeamento das informações, ações e processos foram feitos de forma estruturada a partir da análise documental e de entrevistas dirigidas que buscaram coletar e registrar dados sobre as atuais ações, as demandas, as necessidades e os problemas de cada área de atuação da CGPERT, os quais foram estruturados e estão apresentados neste relatório.

Índice

1 Introdução.....5
2 Áreas de Atuação da CGPERT 20
2.1 Coordenação Geral de Operações Rodoviárias.....20
2.1.1 Apoio Administrativo 20
2.1.2 Assessoria técnica administrativa.....22
2.1.2.1 Gestão orçamentária e financeira 22
2.1.2.2 Assessoria aos órgãos de controle 24
2.2 Coordenação de Segurança e Engenharia de Trânsito 25
2.2.1 Sinalização e Segurança 25
2.2.2 Educação e Orientação 31
2.3 Coordenação de Operações 34
2.3.1 Pesagem.....34
2.3.1.1 Pesagem – Contratos e medições 34
2.3.1.2 Pesagem - Informática.....38
2.3.2 Velocidade.....43
2.3.3 Autorização Especial de Trânsito - AETs 44
2.3.4 Faixa de Domínio.....47
2.3.5 Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).....50
2.3.6 Gestão de Multas e Defesa de Autuação.....52
2.3.7 Convênio com Detrans e Renainf 57
2.3.8 Estudo de Acidentes 59
2.3.9 Fiscalização e Operação de Trânsito.....61
3 Recursos Humanos da CGPERT.....65

1 Introdução

A Coordenação Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT tem a missão de prover a mobilidade de seus usuários através de rodovias seguras, bem mantidas, atraentes e que suportem a economia da região de uma maneira ambiental responsável, além de possuir a visão de qualidade na organização, que se preocupa com seus usuários e o seu ambiente, buscando novos desafios e oportunidades de aprimoramento através da excelência de seus serviços, treinamento de pessoal e desenvolvimento.

A CGPERT está subordinada a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária – DIR, conforme pode ser visualizado na Organograma Geral do DNIT apresentado na Figura 1 e é composta por duas coordenações: a Coordenação de Segurança e Engenharia de Trânsito e; a Coordenação de Operações.

Regimentalmente, a CGPERT tem como competências gerais, estabelecidas no artigo 89 do Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, a saber:

- À Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias, subordinada à Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, compete:
  - coordenar e elaborar projetos e programas de operações rodoviárias, operações especiais nas vias;
  - controlar a implantação, distribuição, utilização e manutenção dos equipamentos destinados à operação do trânsito e controle de velocidade;
  - promover estudos de análise de capacidade das vias propondo adequação aos níveis de serviço desejáveis à sua operação;
  - analisar, diagnosticar e propor melhorias para eliminação de pontos críticos nas rodovias federais;
  - coordenar e controlar a execução de projetos e serviços de sinalização vertical e horizontal nas rodovias federais;
  - controlar o peso e a ocupação de faixa de domínio das rodovias federais;
  - fiscalizar, programar, coordenar e orientar as atividades de controle de tráfego e educação de trânsito nas rodovias federais.
  - armazenamento e transmissão de informações.

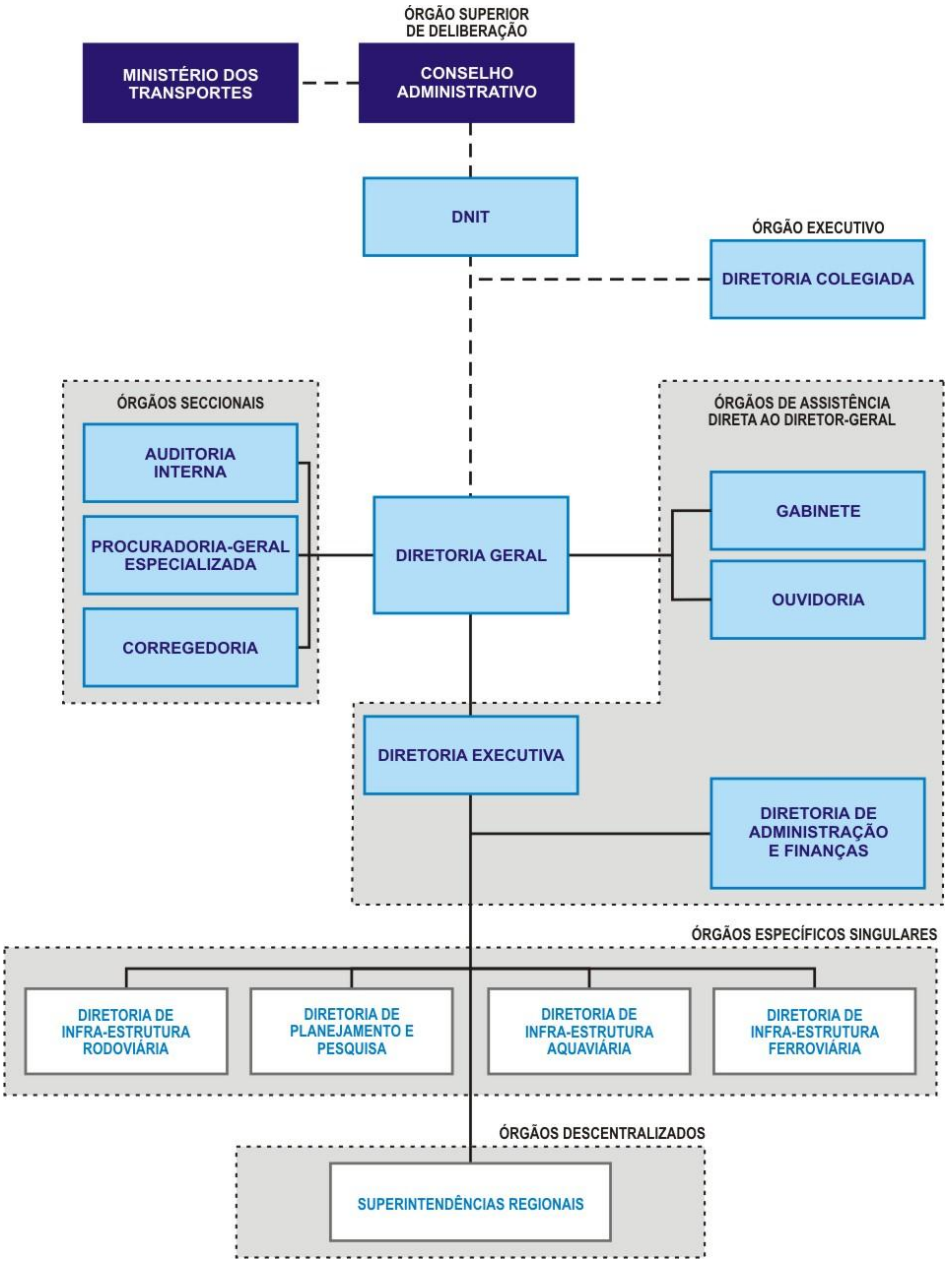


Figura 1 - Organograma geral do DNIT

Fonte: http://www.dnit.gov.br/

Já, as competências regimentais estabelecidas para a Coordenação de Segurança e Engenharia de Trânsito são apresentadas no Art. 90, a saber:

À Coordenação de Segurança e Engenharia de Trânsito compete:

I – planejar, coordenar, programar e orientar as atividades relacionadas à Engenharia de Tráfego referentes a Segurança, Sinalização e Educação para o Trânsito;

II – assessorar a Coordenação-Geral em matéria de legislação de trânsito, bem como na elaboração de normas relativas a regulamento de dispositivos legais de sinalização viária no âmbito do DNIT;

III – planejar, acompanhar, orientar e controlar as tarefas relativas à implantação e manutenção da sinalização rodoviária na malha federal;

IV – promover a observância das normas nacionais de sinalização do Código de Trânsito Brasileiro -CTB e demais instruções técnicas do DNIT mediante ação normativa e controladora junto as Superintendências Regionais;

V – planejar e controlar as tarefas relativas a atividades de segurança visando à eliminação ou redução de Segmentos Críticos nas rodovias federais;

VI – analisar, diagnosticar e apresentar proposições de melhorias físico-operacionais nos Segmentos Críticos das rodovias federais;

VII – elaborar a proposta orçamentária da Coordenação;

VIII – promover estudos técnicos visando analisar o desempenho de novos materiais, ensaiados e aprovados pela Associação Brasileira Normas Técnicas -ABNT, a serem empregados na Sinalização Rodoviária;

IX – indicar servidores para representar o DNIT nas Câmaras Temáticas do CONTRAN, nos assuntos relacionados à segurança;

X – elaborar relatórios periódicos de desempenho das atividades;

XI – efetuar e manter atualizado o cadastro de sinalização das rodovias federais;

XII – promover estudos e análises de campo e em projetos para melhoria do desempenho da sinalização rodoviária;

XIII – examinar e opinar, do ponto de vista de sinalização, sobre projetos rodoviários;

XIV – selecionar e orientar a utilização de equipamentos e materiais empregados para o controle de qualidade dos serviços de sinalização;

XV – promover estudos técnicos necessários à revisão ou complementação de manuais e normas de competência do DNIT;

XVI – supervisionar e controlar os contratos de sinalização rodoviária em âmbito nacional;

XVII – planejar e implementar plano anual de fiscalização dos serviços de sinalização nas rodovias federais;

XVIII – determinar critérios técnicos para hierarquização de segmentos para elaboração do Plano Anual de manutenção da Sinalização Rodoviária;

XIX – controlar e orientar a execução de contratos e convênios na sua área de atuação;

XX – supervisionar e orientar as atividades de fabricação de dispositivos de sinalização rodoviária no âmbito do DNIT;

XXI – fornecer subsídio às Superintendências Regionais para a elaboração do Plano Anual de Trabalho de Sinalização Rodoviária;

XXII – informar as Superintendências Regionais a programação anual de investimentos para adequarem seus Planos Anuais de Manutenção da Sinalização Rodoviária;

XXIII – analisar e adequar os Planos Anuais de Trabalho de Sinalização Rodoviária, oriundos das Superintendências Regionais, à dotação orçamentária disponível;

XXIV – promover a aproximação com outros órgãos de investimento e parcerias para complementar a necessidade de recursos na atividade de Sinalização;

XXV – elaborar editais para contratação de obras e serviços necessários ao desempenho de suas atividades;

XXVI – viabilizar o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro – CTB no que diz respeito ao repasse de recursos oriundos de multas e impostos aos órgãos de trânsito;

XXVII – fiscalizar e acompanhar a execução dos Planos Anuais de Trabalho de Sinalização Rodoviária aprovados, bem como as obras e projetos de Segmentos Críticos;

XXVIII – implantar e manter atualizado banco de informações sobre a execução física dos Planos Anuais de Trabalho de Sinalização, obras e projetos de Segmentos Críticos e disponibilizar informações na página do DNIT na Internet;

XXX – analisar e aprovar estudos e projetos de engenharia de trânsito, relacionados com a melhoria da operação de rodovias em Segmentos Críticos, desde que não interfiram com a estrutura do pavimento ou obras-de-arte especiais – OAE, assim entendidos: Sinalização Rodoviária, Defensas Metálicas, Barreiras de Contenção, Dispositivos de Segurança, Interseções e Acessos em Nível quanto ao trânsito, Planos funcionais em rodovias e Iluminação de trechos rodoviários;

XXXI – propor, implementar e gerenciar programa nacional para eliminação ou redução de acidentes nas rodovias federais;

XXXII – planejar e implementar plano anual para fiscalização da execução dos projetos para eliminação ou redução de segmentos críticos;

XXXIII – revisar e atualizar as normas e instruções de Acessos vigentes no DNIT, inclusive impondo punições previstas na Lei aos infratores;

XXXIV – interagir com as Superintendências Regionais para elaboração e manutenção do cadastro de acessos existentes nas rodovias federais;

XXXV – fazer cumprir as normas e instruções de Acesso vigentes no DNIT;

XXXVI – desenvolver estudos técnicos acerca de projetos de segurança viária;

XXXVII – buscar qualificação para o quadro técnico em Auditoria de Segurança Viária – ASV, para análise de segurança em projetos rodoviários nas fases de concepção, estudos preliminares, projeto, execução e operação da via;

XXXVIII – monitorar resultados dos projetos implementados certificando-se de sua eficiência e eficácia;

XXXIX – promover intercâmbio técnico entre órgãos públicos e privados que atuem nas áreas de segurança e educação de trânsito e sinalização rodoviária, visando o aprimoramento dessas atividades no DNIT;

XL – cumprir e fazer cumprir a Legislação de Trânsito vigente, no âmbito de suas atribuições;

XLI – estabelecer, em conjunto com os órgãos de policiamento ostensivo de trânsito, diretrizes para programas de ações educativas e de fiscalização de trânsito;

XLII – promover e participar de projetos, campanhas e programas de educação e segurança de trânsito, de acordo com as diretrizes e cronogramas estabelecidos pelo CONTRAN;

XLIII – estar permanentemente atualizado com a legislação de trânsito vigente, e em caso de haver alguma regulamentação que não esteja de acordo com os princípios do Código de Trânsito Brasileiro, sugerir alterações das normas e procedimentos contrários;

XLIV – utilizar os serviços de rádio difusão sonora de sons e imagens explorados pelo poder público, visando a divulgação gratuita de mensagens educativas aos usuários das rodovias federais;

XLV – participar de planejamentos e ações voltados à implementação da educação para o trânsito, desde a pré-escola até o ensino superior, em conjunto com os outros órgãos pertinentes ao Sistema Nacional de Trânsito e de Educação;

XLVI – elaborar manuais e recursos pedagógicos, programar e realizar cursos de treinamento e capacitação para servidores da área de operações rodoviárias, visando à eficiência na operação e fiscalização do trânsito, gestão de multas, julgamento de recursos interpostos por infratores de trânsito e emissão de autorização especial de trânsito;

XLVII – promover e divulgar sistematicamente o levantamento, atualização e a emissão de relatórios de dados estatísticos de trânsito das rodovias federais, assim como dos acidentes de trânsito, objetivando o gerenciamento do sistema;

XLVIII – planejar, promover e coordenar Campanhas Educativas de Trânsito, de caráter permanente ou não, em articulação com outros setores;

XLIX – administrar diretamente ou por meio de convênios, os programas de segurança operacional;

L – executar a realização periódica de sensos trânsitométricos;

LI – realizar estudos sobre a criação e posicionamentos fixo e móvel dos postos de coleta de dados transitométricos e outros necessários ao gerenciamento da Malha Federal;

LII – executar a operação, manutenção e obtenção de dados dos equipamentos destinados ao Plano Nacional de Contagem de Trânsito;

LIII – organizar, manter atualizadas e divulgar as informações e dados estatísticos relativos à atividade rodoviária;

LIV – organizar e tratar os dados estatísticos oriundos da fiscalização eletrônica de velocidade;

LV – processar os dados estatísticos sobre acidentes de trânsito da malha rodoviária federal;

LVI – supervisionar e fiscalizar os levantamentos de dados transitométricos realizados diretamente ou contratados por terceiros;

LVII – orientar, controlar e aplicar normas e métodos estatísticos para obtenção de dados transitométricos e outros indispensáveis às atividades da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias;

LVIII – fomentar parcerias com outros órgãos a fim de manter intercâmbio técnico e de dados estatísticos;

LIX – emitir e divulgar relatórios estatísticos periódicos para elaboração de projeto e programas do setor de trânsito;

LX – elaborar e divulgar Anuário Estatístico de Acidentes de Trânsito nas Rodovias Federais;

LXI – elaborar estudos e pesquisas para verificação da eficiência da sinalização da via quanto à visibilidade, visando à segurança operacional;

LXII – implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito, no que se refere à segurança e educação de trânsito;

LXIII – realizar estudos de utilização dos acostamentos das vias rurais para circulação de pedestres e ciclistas, propondo soluções de segurança para serem inclusos nas propostas de melhorias de segmentos críticos;

LXIV – manter-se informado sobre os trechos urbanos de vias rurais e as obras-de-arte a serem construídas, visando propor a construção de passeios destinados à circulação de pedestres e ciclistas;

LXV – utilizar os meios de comunicação externo e interno para informar sobre as atribuições do DNIT na sua esfera de atuação;

LXVI – elaborar ações de educação de trânsito, como dever prioritário, à defesa da vida dos usuários da via, nela incluída a preservação da saúde e do meio ambiente;

LXVIII – analisar e opinar sobre mensagens de qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos solicitados para serem afixados sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos;

LXIX – executar, orientar e fiscalizar as ações de segurança e de educação de trânsito, visando a redução de acidentes, em articulação com organizações e entidades setoriais;

LXX – analisar as causas e características dos acidentes de trânsito para identificação dos segmentos críticos das rodovias federais;

LXXI – tratar e analisar os dados estatísticos sobre acidentes de trânsito para identificação de Segmentos Críticos;

LXXII – tratar e analisar os dados estatísticos de Contagens Volumétricas e Classificatórias para subsidiar a identificação de segmentos críticos e investimentos do Órgão em adequação de capacidade das rodovias federais visando à melhoria da fluidez do trânsito;

LXXIII – organizar e realizar campanhas publicitárias na área de educação de trânsito visando disseminar o conhecimento a respeito da segurança de trânsito;

LXXIV – elaborar e implementar o Plano Anual de Campanhas Educativas e publicitárias de trânsito no âmbito do DNIT.

As competências relacionadas diretamente à Coordenação de Operações são apresentadas no Art. 91 do regimento interno, a saber:

À Coordenação de Operações compete:

I – planejar, organizar, dirigir, orientar, supervisionar, controlar e coordenar as atividades de operações das rodovias federais, fiscalização de trânsito e administração de balanças;

II – controlar as autuações de trânsito, emissão de multas e arrecadação;

III – propor tarifas para melhoria da arrecadação do órgão;

IV – propor e promover estudos experimentais com vistas à elaboração de Normas para ocupação de faixa de domínio e engenhos publicitários;

V – coordenar e supervisionar convênios com os DETRAN e demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito;

VI – coordenar controle de fluxo financeiro e prestação de contas previstas nos respectivos convênios;

VII – assessorar a Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias, na realização e homologação de convênios;

VIII – supervisionar e controlar os planos de rotina e especiais de fiscalização;

IX – propor e supervisionar a necessidade de criação e implantação de postos fixos e móveis de coordenação e controle de atividades de fiscalização de trânsito e de controle de peso nas rodovias federais;

X – supervisionar quanto à fiscalização de licença de trânsito de veículos e transporte de cargas com dimensão ou pesos excedentes, ouvidos os demais setores envolvidos;

XI – estudar e propor a padronização dos equipamentos pesagem, controle de velocidade e controle de trânsito nas rodovias federais;

XII – opinar e supervisionar quanto à aplicação das Leis e Normas pertinentes aos integrantes dos Agentes da Autoridade de Trânsito;

XIII – propor e supervisionar o credenciamento e descredenciamento de Agentes da Autoridade de Trânsito do DNIT;

XIV – propor e supervisionar a necessidade de criação e implantação de serviço de atendimento ao usuário nas rodovias federais;

XV – supervisionar a fiscalização da ocupação de faixa de domínio das rodovias federais, construção e utilização de acessos às rodovias federais;

XVI – propor e supervisionar a criação e manutenção de postos fixos de coordenação e controle de atividades de fiscalização de trânsito;

XVII – elaborar e aprovar planos de rotina e especiais de fiscalização;

XVIII – pesquisar e estudar os sistemas de patrulhamento e fiscalização existentes no Brasil e no exterior, adequando-os aos Agentes da autoridade de Trânsito;

XIX – supervisionar e orientar as atividades relativas às informações, fiscalização, comandos, registro de acidentes, controle de notificações, fiscalização de autorizações especiais de trânsito e as operações de pesagem de veículos nos órgãos regionais;

XX – colaborar com as campanhas educativas de trânsito;

XXI – controlar as Notas de Instalação dos equipamentos de fiscalização eletrônica e projetos a serem instalados nas rodovias federais e os que já se encontram em operação;

XXII – controlar a aferição e certificação expedidas pelo INMETRO e IPEM nos Estados,

referentes aos equipamentos de fiscalização eletrônica;

XXIII – controlar os contratos entre DNIT, Banco do Brasil, ECT e operadoras;

XXIV – supervisionar a execução dos serviços de atendimento ao usuário nas rodovias federais;

XXV – analisar, desenvolver e controlar os sistemas de pesagem;

XXVI – executar os critérios de auditoria do Plano Diretor de Pesagem;

XXVII – fiscalizar a operação dos Postos de Pesagem de Veículos, emitir relatórios para o

Serviço de Fiscalização sobre funcionamento dos mesmos;

XXVIII – realizar estudos de dimensionamento e programar treinamento de equipes para operação dos Postos de Pesagem de Veículos;

XXIX – sugerir modificação nas rotinas operacionais e técnicas dos postos de pesagem visando seu aperfeiçoamento;

XXX – prestar assistência na orientação das atividades referentes aos trabalhos de natureza

técnica, administrativa e jurídica nos Postos de Pesagem de Veículos;

XXXI – executar os trabalhos de estudos e análise estatística de Pesagem de Veículos;

XXXII – acompanhar os trabalhos de assistência técnica e manutenção de equipamentos de Pesagem de Veículos;

XXXIII – acompanhar e fiscalizar os estudos visando a execução de projetos e obras nos Postos de Pesagem de Veículos;

XXXIV – assessorar na analise de custos operacionais dos postos de pesagem;

XXXV – propor o aumento ou redução dos Postos de Pesagem, em relação aos quantitativos previstos no Plano Diretor;

XXXVI – sugerir a realização de comandos em vias alternativas, com utilização de equipamento

portátil de pesagem de veículos;

XXXVII – propor a elaboração de editais de licitação relativos à área;

XXXVIII – sugerir e acompanhar a fiscalização da construção de novos Postos de Pesagem de

Veículos;

XXXIX – orientar os órgãos regionais quanto aos assuntos pertinentes à área, visando a padronização dos procedimentos e o intercambio de informações;

XL – propor o estudo e revisão das normas, instruções e regulamentações que regem a

operação de pesagem;

XLI – emitir notificações de autuação e de penalidade, relativas a excesso de peso;

XLII – elaborar normas e regulamentos de trânsito em nível do DNIT compatibilizando-os com a

legislação de trânsito, prestando assistência à Coordenação-Geral na matéria;

XLIII – executar, supervisionar, programar e orientar a coleta de dados transitométricos pertinentes a sua área de atuação;

XLIV – executar a condensação dos dados resultantes dos levantamentos, de acordo com os objetivos a que se destinam;

XLV – fiscalizar e verificar a ocorrência de veículos e/ou de cargas fora dos padrões permitidos ou mal acondicionados, trafegando sem autorização, sinalização adequada e com excesso de peso, com emissão de poluentes acima do permitido e ruídos produzidos pelos veículos ou sua carga;

XLVI – fiscalizar e verificar uso de acessos clandestinos e movimentos não previstos e perigosos

providenciando seu fechamento ou interrupção;

XLVII – manter em operação os postos de pesagem do DNIT e aplicar as penalidades cabíveis;

XLVIII – analisar e convalidar autos de infração de trânsito e excesso de peso;

XLIX – verificar e reportar a existência de irregularidades nas pistas de rolamento (buracos, ondulações, etc..), estado da sinalização, vedação das cercas, restrições de visibilidade, fenômenos climáticos adversos (neblina e serração), de indícios de locais passíveis de acidentes naturais (escorregamento de talude, erosão de bordo de acostamento), eventuais segmentos com defensas inutilizadas;

L – fiscalizar e verificar construções de pólos geradores de tráfego nas áreas lindeiras à rodovia;

LI – estudar e propor normas para levantamento de dados relativos a acidentes de trânsito;

LII – fiscalizar a utilização e travessias junto às rodovias federais ou sobre/sub as vias, de

oleodutos, gasodutos, adutoras, redes de energia elétrica, rede telefônica, rede de fibra ótica, rede de esgoto e rede de água tratada;

LIII – executar e fiscalizar os serviços de atendimento ao usuário nas rodovias federais;

LIV – pesquisar, analisar e selecionar os tipos de equipamentos eletrônicos e especiais adequados ao Agente de Trânsito;

LV – fiscalizar, controlar e fazer inspeções periódicas, observando a correta utilização, funcionamento e manutenção dos equipamentos afetos ao serviço;

LVI – estudar, revisar e propor normas, métodos, instruções e regulamentações que regem os Agentes da Autoridade de Trânsito, para a uniformização de suas atividades;

LVII – preparar manuais de serviços dos Agentes da Autoridade de Trânsito;

LVIII – supervisionar, coordenar, controlar e orientar o cumprimento das normas, métodos e regulamentos e instruções disciplinares e de conduta que regem aos Agentes da Autoridade de Trânsito;

LVIX – programar e supervisionar o treinamento, aperfeiçoamento e especialização dos Agentes da autoridade de Trânsito, em consonância com a CGRH/DAF;

LX – manter atualizado arquivo especial de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres referentes aos Agentes da Autoridade de trânsito;

LXI – programar e supervisionar a aquisição e distribuição de veículos oficiais para a fiscalização de trânsito;

LXII – dispor sobre a ocupação das faixas de domínio das Rodovias Federais;

LXIII – coordenar, orientar, planejar, controlar, dirigir as atividades referentes a ocupações das faixas de domínio das rodovias federais;

LXIV – elaborar e propor normas, regulamentos e instruções de serviços referentes às permissões de utilização das faixas de domínio das rodovias federais;

LXV – cumprir e fazer cumprir a legislação sobre faixa de domínio, bem como promover estudos visando seu aprimoramento;

LXVI – estabelecer contato com órgãos, entidades e autoridades para viabilização dos trabalhos afetos à área;

LXVII – acompanhar os contratos de utilização das faixas de domínio das rodovias federais, interagindo com os setores de fiscalização da Coordenação;

LXVIII – promover mensalmente o levantamento e a emissão de relatórios de dados da utilização das faixas de domínio das rodovias federais, objetivando o controle da utilização;

LXVIX – estabelecer mecanismo e formas de exploração da propaganda nas faixas de domínio das rodovias federais;

LXX – promover a organização, manutenção e atualização de arquivos e cadastros específicos, em sistemas informatizados, visando à memória e o controle operacional dos assuntos relacionados às faixas de domínio das rodovias federais;

LXXI – prover os órgãos de administração superior de informações sobre as faixas de domínio das rodovias federais;

LXXII – promover estudos técnico-econômicos, destinados à definição de custos para ocupação das faixas de domínio das rodovias federais;

LXXIII – propor e promover estudos experimentais com vistas à elaboração de Normas para implantação de engenhos, nas faixas de domínio das rodovias federais;

LXXVI – promover o controle e a cobrança pela utilização das faixas de domínio;ver, sistematicamente, o levantamento e a emissão de relatórios de dados sobre a ocupação das faixas de domínio, objetivando o gerenciamento do sistema;

LXXVI – propor e promover estudos experimentais com vistas à elaboração de Normas para implantação de engenhos publicitários;

LXXVII – elaborar documentos e relatórios descritivos sobre as atividades inerentes ao Serviço;

LXXVIII – acompanhar e emitir relatórios de avaliação das atividades da área;

LXXIX – programar e orientar o trânsito de veículos especiais destinados ao transporte de carga indivisível e excedente em peso e ou dimensões, bem como de cargas e produtos perigosos;

LXXX – manter atualizada a legislação de trânsito em todos os níveis para prestar assistência a todos os setores que dela necessitem;

LXXXI – propor a compatibilização da legislação nacional com os acordos internacionais, dos quais o Brasil participa;

LXXXII – elaborar e expedir Autorizações Especiais de Trânsito para cargas indivisíveis e veículos especiais;

LXXXIII – executar vistoria nos veículos especiais para obtenção de Autorização Especial de Trânsito na forma regulamentada pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

LXXXIV – executar os cálculos da Tarifa de Utilização da Via (TUV) a fim de mantê-los sempre atualizados;

LXXXV – propor tarifas para melhoria da arrecadação do órgão;

LXXXVI – elaborar e expedir Autorizações Especiais de Trânsito para carga indivisíveis e veículos especiais;

LXXXVII – manter cadastro de veículos especiais atualizados;

LXXXVIII – prestar assistência ao Coordenador-Geral na elaboração da proposta orçamentária da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias;

LXXXIX – registrar e controlar a aplicação dos destaques orçamentários da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias;

XC – elaborar mapas demonstrativos de controle orçamentário;

XCI – efetuar orçamento e determinar o custo de projetos;

XCII – efetuar estimativa de custos de operações experimentais;

XCIII – executar e controlar as dotações orçamentárias da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias;

XCIV – elaborar balancetes e mapas demonstrativos concernentes ao controle orçamentário da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias;

XCV – emitir e controlar as autorizações de pagamentos de faturas;

XCVI – gerenciar o desenvolvimento de assuntos relacionados às multas de trânsito aplicadas pelo DNIT;

XCVII – acompanhar a defesa de autuação;

XCVIII – acompanhar o andamento de processos de recursos administrativos, envolvendo todas as fases de julgamento;

XCIX – controlar operacionalmente e financeiramente as multas de trânsito;

C – coordenar a inscrição na divida ativa, e inclusão de inadimplentes no CADIN e registro e controle de contratos de parcelamento de débitos relativos à autuação de trânsito;

CI – coordenar a execução de serviços relativos à cobrança de multas por excesso de peso e demais infrações preconizadas no Código de Trânsito Brasileiro e legislação correlata;

CII – identificar e cadastrar o real infrator;

CIII – analisar e deferir recursos de defesa da autuação;

CIV – controlar a validação de imagens de veículos autuados pelos equipamentos de fiscalização eletrônica que são validadas pelos Agentes da Autoridade de Trânsito;

CV – controlar a convalidação das multas pela Autoridade de Trânsito;

CVI – controlar as imagens referentes às multas de trânsito convalidadas;

CVII – controlar a expedição das multas convalidadas;

CVIII – controlar os comprovantes de Avisos de Recebimento relativos às entregas das notificações de infração de trânsito;

CIX – controlar a operacionalização do Formulário de Indicação do Condutor Infrator – FICI;

CX – executar, controlar os procedimentos administrativos, tais como: emissão de nada consta, ofício, memorando, fax, relatório, despacho, tramitação de processo, atendimento ao público (pessoal, virtual e telefônico) e arquivamento do acervo documental;

CXI – controlar a concessão de efeito suspensivo (administrativo e jurídico) de multas junto aos sistemas do DNIT e DETRAN;

CXII – controlar o cancelamento (administrativo e judicial) de multas de trânsito junto aos sistemas do DNIT e DETRAN;

CXIII – apoiar às Unidades do DNIT nos Estados;

CXIV – instruir e controlar os processos relativos à inscrição de débitos provenientes de multas de trânsito, na dívida Ativa;

CXV – controlar a baixa de multa de trânsito por pagamento junto aos sistemas do DNIT e DETRAN;

CXVI – analisar e instruir o processo referente a ressarcimento de multa de trânsito;

CXVII – controlar arquivos eletrônicos recebidos pelos agentes arrecadadores (Banco do Brasil e DETRAN) referentes a multas de trânsito;

CXVIII – controlar arquivos eletrônicos enviados a área de processamento de multas de trânsito para conferência e atualização de dados nos sistemas do DNIT e DETRAN;

CXIX – coordenar todos os trabalhos inerentes a defesas e recursos contra os autos de infração de trânsito aplicados pelo DNIT, sendo responsável pela estatística e controle dos julgamentos de defesas e recursos e pelo desempenho dos procedimentos administrativos;

CXXI – classificar os processos quanto a sua finalidade e destino;

CXXII – providenciar documentos para instrução dos processos e diligências solicitadas;

CXXIII – elaborar pareceres os quais funcionam como “pré-relato” para auxiliar a Junta de Julgadores a proferir suas decisões de seus julgamentos;

CXXIV – elaborar pautas para julgamentos dos processos;

CXXV – atualizar no sistema o resultado do julgamento dos processos;

CXXVI – confeccionar e encaminhar os resultados dos julgamentos -deferidos ou indeferidos;

CXXVII – instruir processos encaminhando-os a Autoridade de Trânsito, quando da sua competência;

CXXVIII – acompanhar e controlar os processos encaminhados para julgamento;

CXXIX – controlar a distribuição dos processos, para julgamento, em ordem cronológica, conforme o caso;

CXXX – tomar providências para atendimento de diligências delegadas pelo presidente da JARI;

CXXXI – elaborar as atas de julgamento;

CXXXII – apoiar às sessões de julgamento;

CXXXIII – controlar os participantes do colegiado quanto a sua ausência ou substituição nas sessões de julgamento.

A CGPERT e suas coordenações constituíram informalmente um agrupamento em função de áreas de atuação com as seguintes características:

- Coordenação Geral de Operações Rodoviárias:
  - Apoio;
  - Assessoria técnica administrativa.
- Coordenação de Segurança e Engenharia de Trânsito:
  - Sinalização e segurança;
  - Educação e orientação de trânsito.
- Coordenação de Operações:
  - Pesagem;
  - Velocidade;
  - Autorização Especial de Trânsito (AET);
  - Faixa de Domínio;
  - Junta Administrativa de Recursos de Infrações – (JARI);
  - Gestão de Multas e Defesa de Autuação;
  - Convênios com Detrans/Renainf;
  - Estudo de Acidentes;
  - Fiscalização e Operação de Trânsito.

A coleta de informações e análise da atuação da CGPERT foi estruturada a partir das funções, competências e processos vinculados à organização informal das áreas de atuação e são apresentadas no Capítulo 2.

2 Áreas de Atuação da CGPERT

2.1 Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

2.1.1 Apoio Administrativo

Apoio Administrativo			
Coordenação	Geral de Operações Rodoviárias	Data	31/10/2011
Área de Atuação	Apoio Administrativo		
Entrevistado	Giseli Licursi de Meira Castro	Função	
E-mail			
Telefone	(061) 3315-4620		
Função principal da área de atuação			
Movimentação, controle e guarda de processos e documentação. Serviços gerais de apoio, relativos a pessoal, materiais, transporte, instalações, comunicação, correspondência e reprografia.			
Principais atividades desenvolvidas na área de atuação			
Responsável por parte da documentação da CGPERT, pois parte dela fica espalhada nas áreas de atuação. Organização e controle de processos, documentos, correspondências e demais expedientes incluindo manutenção de registro eletrônico das informações gravadas para efetido de pesquisa e recuperação. Check List e montagem capas de processos com base na Instrução Normativa de Documentos e Processos. Serviços de redação e digitação. Emissão de passagens e diárias. Movimentação interna e externa de processos e documentos. Controle de frequencia e ponto e elaboração de escala de férias dos colaboradores da CGPERT. Reprografia e digitalização documentos, sendo que todos os documentos são digitalizados por conta própria, sem um sistema automatizado de controle. Controle de material de expediente. Acompanhamento dos processos dos funcionários lotados na CGPERT			

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

Não

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Adel de Souza Parente Júnior	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Adelice Marçal de Freitas	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
Débora Duarte Celedonio	Auxiliar Técnico	TT-275/200600	STE/GISTRAN
Eliziane Carla Leandro Solocco	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	DNIT
Giseli Licursi de Meira Castro	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
Joelma Prazeres da Paz	Programador	TT-275/200600	STE/GISTRAN
Jonathan Souza Vianna	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
Maria Aparecida Farias dos Santos	Auxiliar Técnico	046/2014	ECENGE
Marilene Barreto	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
Márcio Greick			
Nasário Pires			
Sônia Maria Toscano	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
Tânia Marísia Duarte Lopes	Agente Administrativo	Servidor	DNIT

Demanda por equipe adicional

Participação em Câmaras temáticas

Não participa de câmaras temáticas

Problemas e deficiências da área de atuação

Espaço físico adequado para armazenar processos e documentações. Por exemplo, não existe espaço adequado para armazenar os processos de multa e da Jari, o que é feito pelas próprias áreas de atuação.

Processos espalhados em várias áreas de atuação.

Arquivo morto no sub solo é insalubre e sem organização.

Os diretórios criados no servidor do SERPRO desaparecem, dificultando o controle e necessidando de manter-se diretórios espelhos para garantir o controle da documentação e processos.

Falta de confiabilidade do sistema integrado de controle interno via internet, sendo necessário ter-se um sistema paralelo manual.

Falta de contrato de manutenção de equipamentos.

Necessidade da área de atuação

Compatibilizar a infraestrutura e equipamentos a demanda de serviços. Hoje existem mais de 8000 documentos/memorandos para serem digitalizados.

Sistema com emissão de numeração automática com números sequenciais.

Implementação de assinatura digirtal para alguns documentos, visando racionalizar as atividades da coordenação geral.

Contratos vigentes vinculados a área de atuação
Não existem contratos diretamente ligados a área de atuação.
Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação
Não existem licitações/editais em produção diretamente ligados a área de atuação.
Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação
Não.
Equipamentos e espaço físico

Qdade	Especificação	Observações
1	Digitalizadora	Compatibilizar a infraestrutura com a demanda de serviços, hoje represada pela falta de equipamentos adequados.

Competências
Não existem competências específicas diretamente ligada a área de apoio no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007.

2.1.2 Assessoria técnica administrativa

2.1.2.1 Gestão orçamentária e financeira

Gestão Orçamentária e Financeira			
Coordenação	Geral de Operações Rodoviárias	Data	31/10/2011
Área de Atuação	Gestão orçamentária e financeira		
Entrevistado	Paulo Roberto Ramos Rodrigues	Função	
E-mail	paulophocca@gmail.com		
Telefone			

Função principal da área de atuação
Apoio na elaboração, execução e controle orçamentário e movimentação financeira da CGPERT.
Principais atividades desenvolvidas na área de atuação

Elaborar balancetes e mapas demonstrativos visando o controle orçamentário da CGPERT.

Registro e controle da aplicação dos destaques orçamentários da CGPERT

Suporte para controle financeiro de medições

Emitir e controlar as autorizações de pagamentos e faturas

Controle de contratos de investimentos e custeio.

Solicitação de investimentos/custeio para as superintendências.

Controle de arrecadação de multas de pesagem e velocidade – fonte 174

Solicitação ao ministério para liberação de recursos e recursos contigenciados.Solicitações para utilização dos recursos da conta única do tesouro arrecadados pelo DNIT para utilização em ações do próprio órgão. No relatório atualizado até 31/10/2011, existem recursos arrecadados pelo DNIT no montante de R$ 107.787.543,20, distribuidos em diversas contas correntes.

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais
Não se aplica

Equipe disponível			
Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Paulo Roberto R. Rodrigues	Auxiliar Administrativo	275/2006	STE/GISTRAN

Demanda por equipe adicional		
Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
1	Técnico Adminstrativo	Apoio para dar suporte e monitorar informações concernentes a orçamento e financeiro, instrumentando com dados e informações atualizadas a área de atuação.

Participação em Câmaras temáticas
Não participa de câmaras temáticas

Problemas e deficiências da área de atuação
Siac – Sistema de acompanhamento de contratos desenvolvido pelo SERPRO.

Necessidade da área de atuação
Pessoal para acompanhamento e monitoramento de informações disponibilizadas em diversos sistemas e documentos refentes ao orçamento e financeiro da CGPERT/DNIT.

Contratos vigentes vinculados a área de atuação
Acompanhamento de todos os contratos, termos de cooperação, destaques orçamentários da CGPERT a serem detalhados nas áreas de atuação específicas.

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação
Não se aplica

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação
Não se aplica

Competências
As competências identificadas numa análise preliminar no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com a área de contratos e licitações, encontram-se no Art. 91 que trata das competências da Coordenação de Operações e estão listadas a seguir:

LXXXIX – registrar e controlar a aplicação dos destaques orçamentários da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias;

XC – elaborar mapas demonstrativos de controle orçamentário;

XCI – efetuar orçamento e determinar o custo de projetos;

XCII – efetuar estimativa de custos de operações experimentais;

XCIII – executar e controlar as dotações orçamentárias da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias;

XCIV – elaborar balancetes e mapas demonstrativos concernentes ao controle orçamentário da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias;

XCV – emitir e controlar as autorizações de pagamentos de faturas.

2.1.2.2 Assessoria aos órgãos de controle

Coordenação	Geral de Operações Rodoviárias	Data	28/11/2011
Área de Atuação	Assessoria aos Órgãos de Controle		
Entrevistado	Paula Nunan	Função	Assessoria Jurídica
E-mail			
Telefone			

Função principal da área de atuação

Acessoria Jurídica a CGPERT para respostas de processos vindos da Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Verificar as Legalidades e Não-Legalidades dos Itens em Editais.

Apoio Jurídico a processos das Unidades Locais e/ou Regionais.

Principais atividades desenvolvidas na área de atuação

Assessoria Jurídica a CGPERT – Todos os processos da CGU e TCU enviados às áreas técnicas são encaminhados à Assessoria aos Órgãos do Controle para obter o parecer jurídico. Geralmente o tempo de resposta é de 24 horas.

Verificar Legalidades e Não-Legalidades em Editais – Na preparação de um edital pela equipe técnica, a Assessoria aos Órgãos do Controle verifica a legalidade e não-legalidade dos itens.

Apoio Jurídico às Unidades Locais e/ou Regionais – Quando as Unidades Locais e/ou Regionais recebem um processo, encaminham direto à Assessoria aos Órgãos do Controle da CGPERT.

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

O envio mais rápido dos processos, por correio eletrônico ou fax, já que o tempo de resposta é curto e tem que ser respondido dentro do prazo. Hoje, todos os processos são registrados pelo apoio e alguns também enviados eletronicamente para adiantar o processo.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Paula Nunan	Assessoria Jurídica		FAPEU/UFSC
Paula Pires	Assessoria Jurídica		FAPEU/UFSC

Demanda por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
1	Engenheiro/Técnico	Devido ao volume e conteúdo técnico das informações.
2	Estagiários	Para montar uma equipe jurídica.

Participação em Câmaras temáticas

Não participa de câmaras temáticas.

Problemas e deficiências da área de atuação

Falta de espaço físico (mesas e armários) devido aos vários volumes dos grandes processos.

Necessita de lugar com silêncio para ler e discutir conteúdo jurídico dos processos.

Hoje o processo é levado até o técnico para ser discutido, mas precisa definir um processo mais eficaz de troca de informações.

Necessidade da área de atuação

Precisa de um sistema computadorizado para controle de documentos jurídicos com alerta de prazos. Atualmente um sistema da OAB é usado, mas às vezes o sistema trava devido a atualizações ou falta de atualizações por parte do SERPO.

Contratos vigentes vinculados à área de atuação

Não existe contrato vigente à área de atuação.

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Edital 471 – Atendimento às demandas. Viabilidades de estudos usando os técnicos para responder as solicitações de senadores. Jorge Ferreira e Paulo Gonçalves da Velocidade são os que passam as informações técnicas.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Sim. Esta é a função principal da área de atuação.

Equipamentos

Atual	Especificação	Ideal	Observações
2	Computadores	4	Se aumentar a equipe, aumenta a necessidade.
1	Digitalizadora	1	Fax, Digitalizadora e Impressora (3 em 1).

Competências

Não existem competências para esta Área de Atuação por ela não existir formalmente sob a CGPERT/DIR/DNIT.

2.2 Coordenação de Segurança e Engenharia de Trânsito

2.2.1 Sinalização e Segurança

Coordenação	Segurança e Engenharia de Trânsito	Data	31/10/2011
Área de Atuação	Sinalização e Segurança		
Entrevistados	Jacqueline Santos da Cunha Felippo, Lucas de Araujo Bôto e Alexandre Castro Fernandes	Função	Analistas de infraestrutura de transportes
	César Roberto Lima		Engenheiro de Transportes Pleno
	Eloi Alves de Andrade		Auxiliar técnico
E-mail			
Telefone	(061)3315-4412		

Função principal da área de atuação
Análise das medições referentes ao Programa de Sinalização (PROSINAL) e análise dos planos de trabalho e das medições referentes ao Programa de Defensas Metálicas (PRODEFENSAS) nas Rodovias Federais sob jurisdição do DNIT (PRODEFENSAS)

Principais atividades desenvolvidas na área de atuação
Recebimento, organização e preparação dos processos de medições.
Análise das medições do PROSINAL
Análise das medições e contratos do PRODEFENSA
Fiscalização em campo dos serviços executados apresentados nas medições de sinalização, defensas e outras de situações de engenharia de tráfego.
Elaboração de respostas para órgãos de controle
Participação em Câmaras Temáticas e grupos de trabalhos técnicos.
Gestão financeira e operacional visando ajustes, prorrogração e aditivos de contratos e produção de relatórios gerenciais.
Montagem e finalização dos processos de medições visando seus pagamentos.

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais
Os contratos do PRODEFENSA poderiam ter a fiscalização descentralizada às superintendências a partir da definição de um modelo de checklist padrão.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Adriana de Paula B. Chagas da Cunha	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Alexandre Castro Fernandes	Analista Infrastrutura de Transporte	Servidor	DNIT
Áurea Vanderlei Coelho	Técnico Nível T2	TT-241/200600	FAPEU/UFSC
Cecília Maria Cruvinel Hortá	Engenheiro de Transportes Sênior	TT-275/200600	STE/GISTRAN
César Roberto de Macedo Lima	Engenheiro de Transportes Pleno	TT-241/200600	FAPEU/UFSC
David Christian Regis Pereira Grubba	Analista InfraEstrutura de Transporte	Servidor	DNIT
Eloi Alves de Andrade	Técnico Nível T1	TT-241/200600	WORKS
Jaqueline Santos da Cunha Filippo	Analista InfraEstrutura de Transporte	Servidor	DNIT
Lanna Kelly Borges	Ténico Nível T2	TT-241/200600	FAPEU/UFSC
Lucas de Araújo Bôto	Analista InfraEstrutura de Transporte	Servidor	DNIT
Maria Cecília F. Teodoro	Técnico Nível T2	TT-241/200600	FAPEU/UFSC
Maria das Dores de Souza Rodrigues	Auxiliar Administrativo	241/2006	GISTRAN/STE
Rogério Fernandes Martins	Economista de Transportes Sênior	TT-241/200600	GISTRAN/STE

Demanda por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
01	Auxiliar Técnico	Apoio nas atividades executadas atualmente pelo Eloi, referentes a finalização dos processos de medições do PROSINAL e PRODEFENSAS de forma a encanhar ao setor competente para

efetuar os pagamentos.

Participação em Câmaras temáticas

Câmara Temática de Engenharia , da Sinalização e da Via - Alexandre Castro Fernandes (titular) e Jaqueline Santos da Cunha Filippo (suplente) - reuniões mensais com demanda de dois dias.

Câmara Temática de Educação para o Trânsito e Cidadania - Lucas de Araújo Bôto

Problemas e deficiências da área de atuação

Falta de acesso a normas técnicas citadas nos editais dificulta o trabalho de análise e controle desenvolvido

Contratação de terceirizados para o desenvolvimento de trabalhos especiais sem o conhecimento da equipe da área de atuação, os quais não apresentam documentação e definição de processos

Falta de assessoria jurídica para responder processos de auditoria da CGU e do TCU.

Falta informatização. Desenvolvimento de três sistemas para o mesmo assunto.

Falta a definição de intrução de serviço com parâmetros visando padronizar os processos de apresentação da documentação de medição por parte das empresas e os mecanismos, processos e isntrumentos de gestão e controle dos contratos.

Falta de interação enter áreas correlatas visando troca de informações e definção de ações coordenadas

Falta de definição de uma rotina de trabalho (check list) especificando as etapas, controles e procedimentos a serem desenvolvidos visando garantir a correta finalização dos processos de medições.

subutilização do corpo de engenheiros com a realização de trabalhos de nível técnico.

Necessidade da área de atuação

Prever aquisição de normas técnicas ao elaborar o edital ou realizar Convênio com a ABNT para acesso as mesmas.

Iniciar a produção do termo de referência para o Edital do Prodefensas II, sendo necessário consultoria técnica para localizar segmentos críticos que sofrerão intervenção.

Necessário sistema eficaz de gestão e arquivo da documentação em arquivo central.

Necessidade de digitalizar documentos de forma a acelerar e otimizar a execução dos trabalhos.

Oportunizar cursos de capacitação na área de atuação, especialmente no tocante ao edital PRODEFENSA para preparação e aprimoramento profissional.

Necessidade de desenvolvimento de um sistema integrado que atenda todas as fases do processo de acompanhamento dos contratos, análise do plano de trabalho, conferência das medições, conferência fiscal, encaminhamento e controle dos pagamentos.

Realização de reuniões de trabalho periódicas com áreas correlatas, visando aprimorar o processo de comunicação e troca de informações e conhecimentos.

Contratos vigentes vinculados a área de atuação

Edital nº 159/2009-00 - PRODEFENSAS

UF	Nº Contrato/ Convênio	Objeto	Contratada	Vigência	Valor (R$)
AC ,AM, AP, MA, PA, RO, RR e TO	TT-736/2009	69,12 km de defensas metálicas	CONSÓRCIO SM (SINALISA e MORE)	25/01/2010 a 12/07/2012	7.917.053,83
AL e PE	TT-737/2009	95,63 km de defensas	CONSÓRCIO VIA SEGURA (SINALTA,	25/01/2010 a	13.540.807,71

		metálicas	CONSLADEL, SINALMIG e ESSE)	12/07/2012	
CE, PB, PI e RN	TT-738/2009	112,33 km de defensas metálicas	CONSÓRCIO PJT (SINALIZADORA PAULISTA, JARDIPLAN e TARGA)	25/01/2010 a 12/07/2012	12.629.026,68
BA, ES e SE	TT-739/2009	63,45 km de defensas metálicas	SIRGA Engenharia e Controle de Qualidade Ltda	25/01/2010 a 12/07/2012	7.992.988,20
MG	TT-740/2009	80,32 km de defensas metálicas	CONSÓRCIO 5A (SIGMA, SINAPE, PLANEX, MENG e CAP)	25/01/2010 a 12/07/2012	9.537.735,48
MG, PR, RJ e SP	TT-741/2009	89,74 km de defensas metálicas	CONSÓRCIO 5A (SIGMA, SINAPE, PLANEX, MENG e CAP)	25/01/2010 a 12/07/2012	10.802.735,48
RS e SC	TT-742/2009	105,58 km de defensas metálicas	CONSÓRCIO BRAVIAS (SINARODO, PRÓ-SINALIZAÇÃO, SIGNASUL, FAIXA, SITRAN, SERGET e CONTINUA)	25/01/2010 a 12/07/2012	12.522.025,05
DF, GO, MS e MT	TT-743/2009	118,01 km de defensas metálicas	CONSÓRCIO BRAVIAS (SINARODO, PRÓ-SINALIZAÇÃO, SIGNASUL, FAIXA, SITRAN, SERGET e CONTINUA)	25/01/2010 a 12/07/2012	13.165.379,42
Total Geral					88.107.751,85

Edital nº 332/05 - PROSINAL				
Lote	Unidade da Federação	Empresa	Contrato	Valor (R$) Inicial + reajustes
1	RS	SIGNASUL	114	R$ 16.369.781,97
2	RS	SINARODO	115	R$ 22.115.709,44
4	SC	SINARODO	117	R$ 15.995.288,95
6	PR	SINARODO	119	R$ 9.428.088,39
7	RJ	TRIGONAL	120	R$ 6.104.218,13
8	RJ	RODOPLEX	121	R$ 5.445.853,22
9	SP	PLANEX	122	R$ 8.832.418,66
10	MG	SPA	123	R$ 9.706.878,39
11	MG	BRASCON	124	R$ 10.592.423,19
12	MG	SINAL SINALIZAÇÃO	125	R$ 10.706.143,56
13	MG	CAP	126	R$ 11.339.831,36
14	MG	ASEL	127	R$ 15.148.555,33

15	MG	CAP	128	R$ 9.185.472,42
16	MG	SITRAN/MG	129	R$ 20.950.148,86
17	MG	ASTECA	130	R$ 17.225.520,52
18	MG	SINALMIG	131	R$ 10.673.986,54
19	MG	SBS	132	R$ 11.425.797,99
20	ES	SITRAN/MG	133	R$ 7.747.601,38
21	ES	SINALES	134	R$ 6.568.533,15
24	MT	SINALTA	137	R$ 8.715.927,61
25	MT	SINALTA	138	R$ 8.968.123,15
26	MS	SIGNASUL	139	R$ 9.985.102,36
27	MS	JARDIPLAN	140	R$ 18.310.434,94
28	MS	SITRAN/MG	141	R$ 18.166.072,25
29	GO	SITRAN/DF	142	R$ 8.113.974,23
30	GO	SINAPE	143	R$ 10.405.267,19
31	GO	SINALISA	144	R$ 8.746.877,85
32	DF	FAIXA	145	R$ 7.205.930,23
33	BA	SINALISA	146	R$ 5.336.429,93
34	BA	SIRGA	147	R$ 8.040.599,38
35	BA	TRIGONAL	148	R$ 7.619.474,50
36	BA	PRÓ-SINALIZAÇÃO	149	R$ 18.099.465,25
37	BA	SINALISA	150	R$ 15.671.978,69
38	BA	SINALIZ. PAULISTA	151	R$ 7.542.468,29
39	SE	SIRGA	090-2008	R$ 2.426.401,42
40	AL	FAIXA	153	R$ 12.831.013,27
41	PE	SIRGA	154	R$ 6.240.643,36
42	PE	ESSE	155	R$ 12.792.292,00
43	PB	JARDIPLAN	156	R$ 23.976.021,49
44	RN	FAIXA	157	R$ 23.367.030,15
45	CE	PRÓ-SINALIZAÇÃO	158	R$ 20.087.414,08
46	CE	SINALISA	159	R$ 12.411.772,62
47	PI	MENG	160	R$ 11.416.787,55
48	PI	CONSLADEL	161	R$ 14.969.367,78
49	MA	COBRASIN	162	R$ 13.237.646,31
50	MA	SINALISA	163	R$ 24.212.101,01
51	AM/RR	TESCON	164	R$ 5.439.361,29
53	AP/PA	CONSLADEL	166	R$ 16.900.915,81
54	AC/RO	MENG	167	R$ 13.047.822,12
55	AC/RO	SINAPE	168	R$ 11.769.791,20
56	TO	CONSLADEL	169	R$ 7.469.492,05
Total Geral				R$ 619.086.250,81

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

O Edital Prosinal II estava em elaboração pelo Flávio Ferrari, sendo necessário retomar o mesmo.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Não existem

Demandas de órgãos de controle (CGU, TCU, MPU, auditoria interna, ...) na Área de atuação

As auditorias internas, demandas de CGU e TCU eram respondidas diretamente pelo Flavio Ferrari, na sua ausência serão respondidas pela equipe da área.

Competências

As competências identificadas no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com Segurança e Sinalização, encontram-se no Art. 90 que trata das competências da Coordenação de Operações e estão listadas a seguir:

Competências relacionadas a área de atuação segurança:

XXX – analisar e aprovar estudos e projetos de engenharia de trânsito, relacionados com a melhoria da operação de rodovias em Segmentos Críticos, desde que não interfiram com a estrutura do pavimento ou obras-de-arte especiais – OAE, assim entendidos: Sinalização Rodoviária, Defensas Metálicas, Barreiras de Contenção, Dispositivos de Segurança, Interseções e Acessos em Nível quanto ao trânsito, Planos funcionais em rodovias e Iluminação de trechos rodoviários;

XXXI – propor, implementar e gerenciar programa nacional para eliminação ou redução de acidentes nas rodovias federais;

XXXII – planejar e implementar plano anual para fiscalização da execução dos projetos para eliminação ou redução de segmentos críticos;

XXXIII – revisar e atualizar as normas e instruções de Acessos vigentes no DNIT, inclusive impondo punições previstas na Lei aos infratores;

XXXIV – interagir com as Superintendências Regionais para elaboração e manutenção do cadastro de acessos existentes nas rodovias federais;

XXXV – fazer cumprir as normas e instruções de Acesso vigentes no DNIT;

XXXVI – desenvolver estudos técnicos acerca de projetos de segurança viária;

XXXVII – buscar qualificação para o quadro técnico em Auditoria de Segurança Viária – ASV, para análise de segurança em projetos rodoviários nas fases de concepção, estudos preliminares, projeto, execução e operação da via;

XXXVIII – monitorar resultados dos projetos implementados certificando-se de sua eficiência e eficácia;

XLIX – administrar diretamente ou por meio de convênios, os programas de segurança operacional;

LXI – elaborar estudos e pesquisas para verificação da eficiência da sinalização da via quanto à visibilidade, visando à segurança operacional;

LXIII – realizar estudos de utilização dos acostamentos das vias rurais para circulação de pedestres e ciclistas, propondo soluções de segurança para serem inclusos nas propostas de melhorias de segmentos críticos;

LXIV – manter-se informado sobre os trechos urbanos de vias rurais e as obras-de-arte a serem construídas, visando propor a construção de passeios destinados à circulação de pedestres e ciclistas.

Competências relacionadas a área de atuação sinalização:

XI – efetuar e manter atualizado o cadastro de sinalização das rodovias federais;

XII – promover estudos e análises de campo e em projetos para melhoria do desempenho da sinalização rodoviária;

XIII – examinar e opinar, do ponto de vista de sinalização, sobre projetos rodoviários;

XIV – selecionar e orientar a utilização de equipamentos e materiais empregados para o controle de qualidade dos serviços de sinalização;

XV – promover estudos técnicos necessários à revisão ou complementação de manuais e normas de competência do DNIT;

XVI – supervisionar e controlar os contratos de sinalização rodoviária em âmbito nacional;

XVII – planejar e implementar plano anual de fiscalização dos serviços de sinalização nas rodovias federais;

XVIII – determinar critérios técnicos para hierarquização de segmentos para elaboração do Plano Anual de manutenção da Sinalização Rodoviária;

XIX – controlar e orientar a execução de contratos e convênios na sua área de atuação;

XX – supervisionar e orientar as atividades de fabricação de dispositivos de sinalização rodoviária no âmbito do DNIT;

XXI – fornecer subsídio às Superintendências Regionais para a elaboração do Plano Anual de Trabalho de Sinalização Rodoviária;

XXII – informar as Superintendências Regionais a programação anual de investimentos para adequarem seus Planos Anuais de Manutenção da Sinalização Rodoviária;

XXIII – analisar e adequar os Planos Anuais de Trabalho de Sinalização Rodoviária, oriundos das Superintendências Regionais, à dotação orçamentária disponível;

XXIV – promover a aproximação com outros órgãos de investimento e parcerias para complementar a necessidade de recursos na atividade de Sinalização;

XXV – elaborar editais para contratação de obras e serviços necessários ao desempenho de suas atividades;

XXVII – fiscalizar e acompanhar a execução dos Planos Anuais de Trabalho de Sinalização Rodoviária aprovados, bem como as obras e projetos de Segmentos Críticos;

XXVIII – implantar e manter atualizado banco de informações sobre a execução física dos Planos Anuais de Trabalho de Sinalização, obras e projetos de Segmentos Críticos e disponibilizar informações na página do DNIT na Internet.

2.2.2 Educação e Orientação

Coordenação	Segurança e Engenharia de Trânsito	Data	28/10/2011
Área de Atuação	Educação e Orientação		
Entrevistado	Izabel Lima Alexandria	Função	Técnica de Sup. de Infra.
E-mail	izabel.alexandria@dnit.gov.br		
Telefone			
Função principal da área de atuação			

A função principal da área de atuação é dividida em duas partes:

- Capacitação de Agentes de Trânsito;
- Educação e Orientação de Trânsito.

Principais atividades desenvolvidas na área de atuação

Capacitação de Agentes de Trânsito – Através de Cursos de Formação (1ª Fase) e Atualização (2ª Fase)

para servidores do DNIT nas Superintendências e Unidades Locais. Uma 3ª Fase ainda não foi aplicada, mas incluirá Primeiros Socorros, AET (Autorização Especial de Trânsito) e Jari (Juntas Administrativas de Recursos de Infrações). Atualmente são 1.030 agentes formados e 190 atualizados – todos servidores do DNIT.

Educação e Orientação de Trânsito – Campanhas educativas para usuários e escolas sobre travessias nas áreas urbanas.

Processo de Projetos – Dar parecer de sinalização dentro da Faixa de Domínio sob a Coordenação de Operações.

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

Com o apoio da sede, as Unidades Locais e/ou Regionais poderiam realizar o trabalho de Educação e Orientação de Trânsito.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Izabel Lima Alexandria	Técnica de Sup. de Infra.	Servidor	DNIT
José Donato Sales	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Lucia Maria Lopes	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Meyre F. Araújo Bastos	Economista	Servidor	DNIT

Demanda por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
1	Pedagogo	Preparação de Material e Treinamento.
1	Psicólogo	Preparação de Material e Treinamento.
1	Formado em Letras	Preparação de Material e Treinamento.
3	Auxiliar Administrativo	Apoio Administrativo.
3	Agente Administrativo	Substituir Aposentadoria e Demissão Terceirizada.
1	Estagiário	Apoio Geral.

Participação em Câmaras temáticas

CONTRAN:

- Esforço Legal - Ações de Penalidade do Código de Trânsito;
- Educação para o Trânsito.

Possui Cadeira na Câmara Temática Interministerial sobre Exploração Sexual nas Estradas (DNIT & Ministério dos Transportes).

Problemas e deficiências da área de atuação

Falta de Recursos Financeiros e Equipamento para Executar as Principais Atividades:

- Além do próprio DNIT, buscar recursos junto ao FUNCET (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) onde 5% da arrecadação das multas de trânsito são distribuídas entre os órgãos autuadores.

SERPO:

- Atendimento e Suporte Técnico demorado;
- Proíbe acesso a páginas profissionais na Internet como a do DENATRAN, por exemplo.

Necessidade da área de atuação

Programas profissionais de computador como Adobe Photoshop e CorelDRAW para trabalhos gráficos de imagem na preparação do material de treinamento, educação e orientação.

Acesso à impressão de qualidade para as apostilas e manuais usados nos cursos e campanhas educativas.

Contratos vigentes vinculados à área de atuação

Não existem contratos vigentes.

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Não existem editais em produção.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Não existem demandas de órgãos de controle.

Equipamentos

Atual	Especificação	Ideal	Observações
	Computadores		Com base na equipe disponível.
	Impressoras		Necessidade de impressora a cor de alta qualidade.
2	Digitalizadores		Não funcionam!
0	Fax	1	Não precisa ser multifuncional.
1	Projetor Multimídia	1	Precisa-se de um novo com lâmpada reserva.
0	Tela de Projeção	1	
0	Equipamento de Operação	1	Extensão, Cabos, Fita Adesiva e Outros.
0	Gravador de DVD	1	Instalar em todos os computadores.
0	Clip Chart	1	Papel e Canetas.
0	Tocador de DVD	1	

Competências

As competências identificadas no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com Educação e Orientação, encontram-se no Art. 90 que trata das competências da Coordenação de Segurança e Engenharia de Trânsito e estão listadas a seguir:

I – planejar, coordenar, programar e orientar as atividades relacionadas à Engenharia de Tráfego referentes à Segurança, Sinalização e Educação para o Trânsito;

XLII – estabelecer em conjunto com os órgãos de policiamento ostensivo de trânsito, diretrizes para programas de ações educativas e de fiscalização de trânsito;

XLII – promover e participar de projetos, campanhas e programas de educação e segurança de trânsito, de acordo com as diretrizes e cronogramas estabelecidos pelo CONTRAN;

XLIV – utilizar os serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens explorados pelo poder público, visando à divulgação gratuita de mensagens educativas aos usuários das rodovias federais;

XLV – participar de planejamento e ações voltadas à implementação da educação para trânsito, desde a pré-escola até o ensino superior, em conjunto com os outros órgãos pertinentes ao Sistema Nacional de Trânsito e de Educação;

XLVI – elaborar manuais e recursos pedagógicos, programar e realizar cursos de treinamento e capacitação para servidores da área de operações rodoviárias, visando à eficiência na operação e

fiscalização de trânsito, gestão de multas, julgamento de recursos interpostos por infratores de trânsito e emissão de autorização especial de trânsito;

XLVIII – planejar, promover e coordenar Campanhas Educativas de Trânsito, de caráter permanente ou não, em articulação com outros setores;

LXII – implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito, no que se refere à segurança e educação de trânsito;

LXIV – manter-se informado sobre os trechos urbanos de vias rurais e as obras-de-arte a serem construídas, visando propor a construção de passeios destinados à circulação de pedestres e ciclistas;

LXV – utilizar os meios de comunicação externo e interno para informar sobre as atribuições do DNIT na sua esfera de atuação;

LXVI – elaborar ações de educação de trânsito, como dever prioritário, a defesa da vida dos usuários da via, nela incluída a preservação da saúde do meio ambiente;

LXVII – avaliar e opinar sobre os projetos de publicidade e inscrições, quando aos aspectos das interferências desses obstáculos a visibilidade da sinalização da via;

LXVII – analisar e opinar sobre mensagens da qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos solicitados para serem afixados sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou juntos a ambos;

LXIX – executar, orientar e fiscalizar as ações de segurança e de educação de trânsito, visando à redução de acidentes, em articulação com organizações e entidades setoriais;

LXXIII – organizar e realizar campanhas publicitárias na área de educação de trânsito visando disseminar o conhecimento à respeito da segurança de trânsito;

LXXIV – elaborar e implementar o Plano Anual de Campanhas Educativas e publicitárias de trânsito no âmbito do DNIT.

2.3 Coordenação de Operações

2.3.1 Pesagem

2.3.1.1 Pesagem – Contratos e medições

Coordenação	Operações	Data	27/10/2011
Área de Atuação	Pesagem – Contratos e medições		
Entrevistado	Cássia Bretãs Pinto Coelho	Função	
E-mail			
Telefone	(061) 3315-4091		
Função principal da área de atuação			
Acompanhamento de contratos de pesagem com análise de medições e análise de demanda.			
Principais atividades desenvolvidas na área de atuação			
Análise dos relatórios gerenciais mensais de 77 postos de pesagem, sendo 44 fixos e 33 móveis, fazendo um check list de todos os itens obrigatórios de controle previstos no edital; Análise dos relatórios emitidos pelo SIMPEV; Quantificar monetariamente as medições dos postos de pesagem;			

Montar o processo de medição e encaminhar ao setor financeiro para pagamento.

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

Acompanhamento das Unidades Locais, com levantamentos periódicos, para monitoramento dos equipamentos a funcionalidade dos postos de pesagem.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Flavio Luiz Fernandes Gomes	Técnico Nível T0	TT241/200600	STE/GISTRAN
Rubem Ferreira Queiroz	Engenheiro de Transportes	320/2010	FAPEU/UFSC
Viviane Camargo Sobiesiak	Analista de Infraestrutura de Transportes	Servidor	DNIT
Cássia Bretãs Pinto Coelho	Analista de Infraestrutura de Transporte	Servidor	DNIT

Demanda atual por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
4	Engenheiro	Complementação da equipe para viabilizar o efetivo e integral gerenciamento dos 16 contratos existentes referentes Edital 494/2007.
4	Técnico de Nível Médio	

Demanda futura por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
8	Engenheiro, preferencialmente civil	Equipe necessária para atender a demanda decorrente do edital 162/2011 em licitação, considerando a disponibilização de um sistema integrado de gestão dos contratos de pesagem.
4	Técnico de Nível Médio	

Participação em Câmaras temáticas

Câmara Temática Educação para o Trânsito e Cidadania: Cassia Bretãs Pinto Coelho - reuniões mensais com demanda de dois dias.

Problemas e deficiências da área de atuação

Frequente inconsistência entre os quadros das superintendências e os relatórios gerenciais encaminhados pelas empresas que operam os postos de pesagem.

Falta de pessoal para analisar de forma adequada todos os processos de medição.

Necessidade da área de atuação

Sistema integrado de controle dos postos de pesagem, incluido equipamentos periféricos, funcionalidades e dados estatísticos.

Estabelecimento de um plano de metas

Implementar um procedimento online para medições de pesagem.

Alteração/adequação da instrução de serviços visando estabelecer adequação e mudanças de processos visando padronizar os mecanismos de acompanhamento e controle de todas as variáveis relacionada à medição.

Contratos vigentes vinculados a área de atuação

Edital nº 594/2007 - Pesagem

UF	Nº Contrato/ Convênio	Empresa Contratata	Vigência	Valor (R$) Inicial
RO BA PB MT GO MS	064/2008	CONSÓRCIO OPERAÇÃO DE RODOVIAS (DIEFRA/GEPEL/FAIXA/PRÓ-SINALIZAÇÃO/VETEC)	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 40.641.461,14
MG	065/2008	CONSÓRCIO ENGESPRO / PROJEL / PENTÁGONO	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 38.781.105,98
MG RS SC ES	066/2008	CONSÓRCIO OPERAÇÃO PPV (ESTEIO/CONSPEL/LENC/ LBR/POLITRAN)	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 40.097.541,96
MG RS SC	067/2008	CONSÓRCIO OPERAÇÃO DE RODOVIAS (DIEFRA/GEPEL/FAIXA/PRÓ-SINALIZAÇÃO/VETEC)	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 29.064.501,30
MG	068/2008	CONSÓRCIO OPERAÇÃO DE RODOVIAS (DIEFRA/GEPEL/FAIXA/PRÓ-SINALIZAÇÃO/VETEC)	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 28.736.145,48
TO PA PE	069/2008	CONSÓRCIO OPERAÇÃO DE RODOVIAS (DIEFRA/GEPEL/FAIXA/PRÓ-SINALIZAÇÃO/VETEC)	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 24.466.004,34
RS MS	070/2008	CONSÓRCIO OPERAÇÃO PPV (ESTEIO/CONSPEL/LENC/ LBR/POLITRAN)	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 24.312.641,52
PA	071/2008	CONSÓRCIO OPERAÇÃO DE RODOVIAS (DIEFRA/GEPEL/FAIXA/PRÓ-SINALIZAÇÃO/VETEC)	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 2.641.555,41
MA	072/2008	CONSÓRCIO ENGESPRO / PROJEL / PENTÁGONO	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 6.486.993,08
PI	073/2008	CONSÓRCIO ENGESPRO / PROJEL / PENTÁGONO	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 4.272.738,30
TO	074/2008	CONSÓRCIO ENGESPRO / PROJEL / PENTÁGONO	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 3.363.407,89
PE	075/2008	CONSÓRCIO ENGESPRO / PROJEL / PENTÁGONO	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 5.510.742,32
MG	076/2008	CONSÓRCIO ENGESPRO / PROJEL / PENTÁGONO	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 2.242.605,80
RS	077/2008	CONSÓRCIO OPERAÇÃO PPV (ESTEIO/CONSPEL/LENC/ LBR/POLITRAN)	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 4.944.226,44
GO	078/2008	CONSÓRCIO ENGESPRO / PROJEL / PENTÁGONO	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 2.236.150,29
MS	079/2008	CONSÓRCIO OPERAÇÃO PPV (ESTEIO/CONSPEL/LENC/ LBR/POLITRAN)	16/07/2008 - 27/12/2011	R$ 3.698.870,88

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Edital: 0162/2011 -

Objeto: Contratação de Empresas ou Consórcios de empresas para a Execução de serviços inerentes à preservação da integridade da Infraestrutura e da Segurança de Trânsito nas Rodovias Federais pavimentadas, mediante a elaboração de Projetos Executivos, Construção e Manutenção de Postos de Pesagem, disponibilização, instalação, operação e manutenção de Sistemas Fixos e Portáteis

(móveis) de Pesagem Dinâmica e de equipamentos e sistemas associados, sob a jurisdição do DNIT. Subdivididos em quatorze Lotes.

Processo nº 50600.003790/2009-31

Valor Global (R$) : 1.129.675.209,23

Observações: O referido Edital estava suspenso e foi reaberto conforme aviso publicado no diário oficial Nº 224, quarta-feira, 23 de novembro de 2011, pg.173

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Convênio: Especificação, operação e avaliação de sistemas de pesagem em movimento em velocidade diretriz da via com a utilização de múltiplos sensores (MS-WIM) e análise do comportamento mecânico de pavimentos.

Objeto: Tem por objeto o estabelecimento da sistemática de Cooperação em atividades de estudos e desenvolvimento de metodologias para especificação, e operação de sistemas de pesagem em movimento com múltiplos sensores em velocidade normal de operação da rodovia, avaliar aspectos técnicos, operacionais e econômicos de sua instalação e operação, e analisar o comportamento dinâmico do pavimento a partir da identificação, análise e avaliação de sua deterioriação, considerando a realidade nacional, no que tange à infraestrutura rodoviária e a legislação vigente.

Conveniado: Universidade Federal de Santa Catarina

Vigência: 19 de maio de 2010 a 18 de maio de 2012

Valor Global (R$) : 6.064.000,00

Demandas de órgãos de controle (CGU, TCU, MPU, auditoria interna, ...) na Área de atuação

A área de atuação presta informações em determinadas demandas dos órgãos de controle e em outros casos a área é designidada para responder a demanda.

Competências

As competências identificadas numa análise preliminar no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com a área de Pesagem, encontram-se no Art. 91 que trata das competências da Coordenação de Operações e estão listadas a seguir:

IX – propor e supervisionar a necessidade de criação e implantação de postos fixos e móveis de coordenação e controle de atividades de fiscalização de trânsito e de controle de peso nas rodovias federais;

X – supervisionar quanto à fiscalização de licença de trânsito de veículos e transporte de cargas com dimensão ou pesos excedentes, ouvidos os demais setores envolvidos;

XI – estudar e propor a padronização dos equipamentos pesagem, controle de velocidade e controle de trânsito nas rodovias federais;

XXV – analisar, desenvolver e controlar os sistemas de pesagem;

XXVI – executar os critérios de auditoria do Plano Diretor de Pesagem;

XXVII – fiscalizar a operação dos Postos de Pesagem de Veículos, emitir relatórios para o Serviço de Fiscalização sobre funcionamento dos mesmos;

XXVIII – realizar estudos de dimensionamento e programar treinamento de equipes para operação dos Postos de Pesagem de Veículos;

XXIX – sugerir modificação nas rotinas operacionais e técnicas dos postos de pesagem visando seu aperfeiçoamento;

XXX – prestar assistência na orientação das atividades referentes aos trabalhos de natureza técnica, administrativa e jurídica nos Postos de Pesagem de Veículos;

XXXI – executar os trabalhos de estudos e análise estatística de Pesagem de Veículos;

XXXII – acompanhar os trabalhos de assistência técnica e manutenção de equipamentos de Pesagem de Veículos;

XXXIII – acompanhar e fiscalizar os estudos visando a execução de projetos e obras nos Postos de Pesagem de Veículos;

XXXIV – assessorar na analise de custos operacionais dos postos de pesagem;

XXXV – propor o aumento ou redução dos Postos de Pesagem, em relação aos quantitativos previstos no Plano Diretor;

XXXVI – sugerir a realização de comandos em vias alternativas, com utilização de equipamento portátil de pesagem de veículos;

XXXVII – propor a elaboração de editais de licitação relativos à área;

XXXVIII – sugerir e acompanhar a fiscalização da construção de novos Postos de Pesagem de Veículos;

XXXIX – orientar os órgãos regionais quanto aos assuntos pertinentes à área, visando a padronização dos procedimentos e o intercambio de informações;

XL – propor o estudo e revisão das normas, instruções e regulamentações que regem a operação de pesagem;

XLI – emitir notificações de autuação e de penalidade, relativas a excesso de peso;

XLII – elaborar normas e regulamentos de trânsito em nível do DNIT compatibilizando-os com a legislação de trânsito, prestando assistência à Coordenação-Geral na matéria;

XLIII – executar, supervisionar, programar e orientar a coleta de dados transitométricos pertinentes a sua área de atuação;

XLIV – executar a condensação dos dados resultantes dos levantamentos, de acordo com os objetivos a que se destinam.

2.3.1.2 Pesagem - Informática

Coordenação	Operações	Data	27/10/2011
Área de Atuação	Pesagem - Informática		
Entrevistado	Carla Carolina Alves Santiago	Função	
E-mail	carla.santiago@dnit.gov.br		
Telefone	(061) 3315-4693		
Função principal da área de atuação			
Processamento das infrações por excesso de peso e emissão de notificações de autuação e penalidade			
Principais atividades desenvolvidas na área de atuação			
Controle de qualidade do processo de emissão de multas através do RDO (Sistema de Registro Diário de Ocorrência; Atualizações do sistema SGPV – Sistema de Gerenciamento de Pesagem de Veículos; Atualizações no Quadro de Fabricantes de Veículos - QFF Pré-processamento; Arquivamento.			

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

Capacitação de equipes nas Superintendêncis Regionais para preenchimento das notificações de penalidades.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Aroldo Bernardo dos Santos	Programador	1040/2010	FAPEU/UFSC
Carla Carolina Alves Santiago	Analista de Sistemas	320/2010 Servidor	FAPEU/UFSC
Josenilson Gobira dos Santos	Analista de Sistemas	320/2010	FAPEU/UFSC
Marcos Rawnir Lopes da Silva	Auxiliar Técnico	046/2015	ECENGE
Rafael Gadia Melaso			
Renata Souto Vasconcellos			

Demanda atual por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
02	Auxiliar Técnico	Reposição de equipe para atender a demanda atual de serviços.

Participação em Câmaras temáticas

Não participam, apenas trocam informações sobre o SIMPEV com a Cassia Bretãs Pinto Coelho, titular da Câmara Temática Educação para o Trânsito e Cidadania.

Problemas e deficiências da área de atuação

Validação dos dados de avisos de ocorrência de excesso de peso para emissão das notificações de autuação em função da precariedade da base de dados, gerando um volume expressivo de não envio de notificações de autuação dentro do prazo estabelecido por lei, inviabilizando sua cobrança. De julho de 2010 a Outubro de 2011, 415 mil notificações de autuação não foram entreguem, o que representa 46% do total de avisos de ocorrência de excesso de peso geradas. Dados detalhados podem ser vistos no relatório gerencial anexo.

Dificuldade para liberação de porta, por intermédio do SERPRO para viabilizar o trabalho com as superintendências.

Represamento de emissão de penalidades (aproximadamente 100 mil) em função de problemas com convênios com Correios, falta de estrutura e de pessoal.

Necessidade da área de atuação

Realização de convênio com a Receita Federal para acesso a base de dados dos condutores de veículos.

Adequação de estrutura operacional, ajustando os equipamentos à demanda por emissão de notificações de autuação e penalidade, que em regime de produção, gira na ordem de 3.000 por mês.

Contratação de serviços de manutenção para envelopadora e demais equipamentos gargalos no processo de emissão de notificação de autuação e penalidades, de forma a garantir o seu perfeito funcionamento em período integral.

Contratos vigentes vinculados a área de atuação

Os contratos vigentes referem-se ao Edital nº 594/2007 – Pesagem, os quais já foram detalhados na Área de Atuação de Pesagem.

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Edital: 0162/2011 já detalhado na Área de Atuação de Pesagem

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Convênio: TT-855/2009.

Conveniada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Objeto: Prestação de serviços e venda de produtos que atendam as necessidades do DNIT - Inexibilidade 015/2009.

Vigência:

Valor Inicial (R$) : 20.230.000,00

Convênio com Banco do Brasil para emissão de boletos bancários para pagamento de infrações de trânsito por exesso de peso.

Demandas de órgãos de controle (CGU, TCU, MPU, auditoria interna, ...) na Área de atuação

Fornecimento de subsídios pontuais para a Paula – responsável pela assessoria jurídica da CGPERT

Atual	Especificação	Observações
01	Impressora/Copiadora/Digitalizadora	RICOH 2105 – Necessita de ajustes para impressão com máscaras, otimizando sua performance.
01	Impressora Kyocera 4020	
01	Impressora HP 3525	
01	Envelopadora (serrilha e cola) RIBRA	Equipamento gargalo.

Competências

As competências identificadas numa análise preliminar no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com a área de Pesagem, encontram-se no Art. 91 que trata das competências da Coordenação de Operações e foram listadas na no diagnóstico da área de Atuação de Pesagem

DNIT

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
COORDENAÇÃO GERAL DE OPERAÇÕES RODOVIÁRIAS
COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES

Emitido em: 23/11/2011

Percentuais de aproveitamento e perda das infrações por excesso de peso

Página: 1 de 1

Período: Julho de 2010 (01/07/2010 a 31/12/2010)

	Quantidade de A.O.E.P	Percentual de perda de A.E.O.P		Percentuais de perdas na emissão de N.A				Percentuais de aproveitamento na emissão de NA		Percentual de arrecadação
Mês/Ano do Aviso de Ocorrência de Excesso de Peso (A.O.E.P)	Quantidade de Avisos de Ocorrência de Excesso de Peso (A.O.E.P)	Percentual de perda de (A.O.E.P) por falta de integração com a Receita Federal	Percentual de perda de (A.O.E.P) por outros motivos	Percentual de N.A não entregue ao destinatário através da ECT	Percentual de N.A sem resposta da ECT	Percentual de N.A com Defesa de Autuação/Suspensa N.A para emissão de N.P	Percentual total de perda/Suspensão de N.A para Emissão N.P	Percentual de aproveitamento de N.A sobre (A.O.E.P)	Percentual de aproveitamento de N.P sobre N.A emitidas	Percentual de arrecadação sobre N.P emitidas
Jul/2010	64.355	57,15%	5%	6,13%	4,49%	21,13%	31,75%	37,85%	68,25%	33,5%
Ago/2010	59.227	51,73%	5%	6,71%	0,66%	52,77%	60,14%	43,27%	39,86%	34,28%
Set/2010	59.514	52,84%	5%	7,06%	0,75%	92,19%	100%	42,16%	0%	0%
Out/2010	54.136	57,62%	5%	7,58%	0,46%	91,95%	100%	37,38%	0%	0%
Nov/2010	51.766	49,89%	5%	8,83%	0,49%	90,68%	100%	45,11%	0%	0%
Dez/2010	56.801	49,59%	5%	8,54%	0,31%	91,16%	100%	45,41%	0%	0%
Totais:	345.799									

- A.O.E.P - Aviso de Ocorrência de Excesso de Peso N.A - Notificação de Autuação N.P - Notificação de Penalidade
- Os quantitativos poderão sofrer alterações sem prévio aviso de acordo com a entrada de dados no sistema.

DNIT

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
COORDENAÇÃO GERAL DE OPERAÇÕES RODOVIÁRIAS
COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES

Emitido em: 23/11/2011

Percentuais de aproveitamento e perda das infrações por excesso de peso

Página: 1 de 1

Período: Julho de 2010 (01/01/2011 a 31/10/2011)

	Quantidade de A.O.E.P	Percentual de perda de A.E.O.P		Percentuais de perdas na emissão de N.A				Percentuais de aproveitamento na emissão de NA		Percentual de arrecadação
Mês/Ano do Aviso de Ocorrência de Excesso de Peso (A.O.E.P)	Quantidade de Avisos de Ocorrência de Excesso de Peso (A.O.E.P)	Percentual de perda de (A.O.E.P) por falta de integração com a Receita Federal	Percentual de perda de (A.O.E.P) por outros motivos	Percentual de N.A não entregue ao destinatário através da ECT	Percentual de N.A sem resposta da ECT	Percentual de N.A com Defesa de Autuação/Suspensa N.A para emissão de N.P	Percentual total de perda/Suspensão de N.A para Emissão N.P	Percentual de aproveitamento de N.A sobre (A.O.E.P)	Percentual de aproveitamento de N.P sobre N.A emitidas	Percentual de arrecadação sobre N.P emitidas
Jan/2011	55.032	42,52%	5%	7,22%	0,23%	92,55%	100%	52,48%	0%	0%
Fev/2011	45.774	37,79%	5%	7,11%	0,27%	92,61%	100%	57,21%	0%	0%
Mar/2011	45.996	83,29%	5%	7,15%	0,19%	92,66%	100%	11,71%	0%	0%
Abr/2011	48.924	54,39%	5%	8,97%	0,47%	90,56%	100%	40,61%	0%	0%
Mai/2011	53.240	53,56%	5%	8,46%	0,17%	91,37%	100%	41,44%	0%	0%
Jun/2011	52.378	38,32%	5%	7,16%	0,41%	92,42%	100%	56,68%	0%	0%
Jul/2011	62.647	32,64%	5%	15,73%	1,91%	82,36%	100%	62,36%	0%	0%
Ago/2011	63.852	19,09%	5%	6,98%	3,28%	89,73%	100%	75,91%	0%	0%
Set/2011	61.248	24,33%	5%	5,68%	6,64%	87,68%	100%	70,67%	0%	0%
Out/2011	58.990	49,05%	5%	0,71%	42,37%	56,92%	100%	45,95%	0%	0%
Totais:	**548.081**									

- A.O.E.P - Aviso de Ocorrência de Excesso de Peso N.A - Notificação de Autuação N.P - Notificação de Penalidade
- Os quantitativos poderão sofrer alterações sem prévio aviso de acordo com a entrada de dados no sistema.

2.3.2 Velocidade

Velocidade			
Coordenação	Operações	Data	28/11/2011
Área de Atuação	Velocidade		
Entrevistado	Paulo Eduardo Grossi Gonçalves	Função	Eng. de Transportes
E-mail			
Telefone			

Função principal da Área de Atuação

Processar ARs (Aviso de Recebimento de Notificações) de multas de velocidade e repassar a CGM.

Responsável pela criação dos mapas para CGPERT através do TransCAD.

Administrador de Sistemas para PROSINAL e outros Banco de Dados.

Responsável pelas postagens e atualizações na página da Internet da CGPERT.

Emissão de notas de instalação de Equipamento de Velocidade (Resolução 146/03 – DENATRAN).

Apoio Técnico à Assessoria de Órgãos do Controle da CGPERT.

Principais atividades desenvolvidas na Área de Atuação

Processar ARs – Existem mais de 100,000 ARs para serem digitalizadas e existem um cronograma para ser cumprido, sendo que se não houver uma força tarefa, o processo de duas etapas (consulta e cadastro) pára.

Criação de Mapas – Os mapas são feitos a partir das necessidades, mas a Viviane (Pesagem/Gerência) também ajuda através do TransCAD.

Administrador de Sistema – Além de manter o Banco de Dados do PROSINAL e manter um servidor com os dados dos correios, recebe pedidos diversos de diferente áreas de atuação da CGPERT.

Web-designer – Devido às necessidades da CGPERT para atualizar a página na Internet, o SERPO lhe permitiu acesso direto.

Emissão de Notas de Instalação de Equipamento de Velocidade (Resolução 146/03 - DENATRAN) – Já foram emitidas 600 notas de instalação, mas efetivamente 40% foram instaladas. Precisa de um controle gerencial de mais responsabilidade, pois Notas de Instalação tem prazo de 30 dias.

Apoio Técnico – Devido a proximidade a Assessoria de Órgãos do Controle, dependendo do processo o apoio é fornecido em tempo real.

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

Talvez, se o sistema de processamento de ARs fosse montado nas Unidades Locais e/ou Regionais.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Paulo Eduardo G. Gonçalves	Engenheiro de Transportes	TT-241/200600	GISTRAN/STE
Jorge Ramiro da Silva Ferreira	Engenheiro de Transportes	TT-241/200600	GISTRAN/STE

Demanda por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
1	Engenheiro	Apoio à Área de Velocidade.

2	Estagiários	Digitalização das 100,000 ARs.

Participação em Câmaras temáticas

Não participa de câmaras temáticas.

Problemas e deficiências da Área de Atuação

Muitas funções além da Área de Atuação (Velocidade).

Necessidade da área de atuação

Aumentar a equipe para haver uma divisão de funções, pois hoje está tudo concentrado em duas pessoas.

Criar uma área de gerenciamento de sistemas para suprir todas as Áreas de Atuação dentro da CGPERT.

Contratos vigentes vinculados à Área de Atuação

Contrato vinculado à Emissão de Notas de Instalação de Equipamento de Velocidade (Resolução 146/03 - DENATRAN).

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Não há licitações em andamento nem editais em produção vinculados na Área de Atuação.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Referente à Instalação de Equipamento de Velocidade feito por prefeituras e deputados. A resposta técnica e feita através da Assessoria de Órgãos do Controle.

Equipamentos

Atual	Especificação	Ideal	Observações
2	Computadores	-	Se aumentar a equipe, aumenta a necessidade.
1	Digitalizadora/Impressora	-	Divide com a Assessoria de Órgãos do Controle.

Competências

As competências identificadas no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com a Velocidade, encontram-se no Art. 90 que trata das competências da Coordenação de Operações e estão listadas a seguir:

I – planejar, organizar, dirigir, orientar, supervisionar, controlar e coordenar as atividades de operações das rodovias federais, fiscalização de transito e administração de balanças;

II – controlar as autuações de transito, emissão de multas e arrecadação;

XI – estudar e propor a padronização dos equipamentos de pesagem, controle de velocidade e controle de trânsito nas rodovias federais;

XXI – controlar as Notas de Instalação dos equipamentos de fiscalização eletrônica e projetos a serem instalados nas rodovias federais e os que já se encontram em operação.

2.3.3 Autorização Especial de Trânsito - AETs

Coordenação	Operações	Data	26/10/2011
Área de Atuação	Autorização Especial de Trânsito - AET		
Entrevistado	Alberto Elias Maluf	Função	Responsável

E-mail	alberto.maluf@dnit.gov.br
Telefone	

Função principal da área de atuação

Análise e emissão de autorizações especiais de trânsito (AETs) para cargas indivisíveis, grãos e cana de açúcar e diversas.

Principais atividades desenvolvidas na área de atuação

Acompanhamento da legislação do setor e atualização e ajustes do Sistema SIAET, incorporando novas funcionalidades e alterações das resoluções do Contran, sendo que as atualizações são demandadas ao programador José Wilson (serviços de terceiros) e a publicação é executada pelo SERPRO.

Análise e emissão de AETs, sendo que as AETs referentes à Resolução 211/06 são todas centralizadas em Brasília.

Emissão de pareceres técnicos referentes à processos judiciais.

Controle financeiro completo junto a conta única do tesouro nacional dos recursos obtidos pela emissão da taxa de emolumentos e pela taxa de utilização da via (TUV). Até agosto de 2011 foram arrecadados R$ 2.680.802,52 com a emissão de AETs e TUV.

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

AET é uma responsabilidade do Coordenador Geral, o qual delega a um funcionário (Maluf) e aos Superintendentes Regionais, os quais por sua vez delegam aos Locais.

Emissão de AETs até 100 toneladas de PBT no contexto da Resolução 11 do DNIT - atividade que já é realizada pelas regionais.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Aglister Jacinto Tadeu	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	Works
Alberto Elias Maluf	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Bruna Rafaela dos Santos	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	Works
Fábio Ayub Brasil	Programador	TT 275/200600	STE/GISTRAN
Fernando Carneiro Ferreira	Analista de sistemas P1	TT 275/200600	STE/GISTRAN
José Marcio Brito	Engenheiro	Requisitado	M. Minas e Energia
Larissa Souza Corrêa	Eng. Transporte Plena	TT 275/200600	STE/GISTRAN
Rafael Mattos e Silva	Auxiliar Administrativo	TT 275/200600	STE/GISTRAN
Regislândia Lins de Oliveira	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	Works
Vilma Luiz de Souza Prado	Auxiliar Técnico	TT 275/200600	STE/GISTRAN
Vilma Silvia Santos	Operador de sistema	TT 275/200600	STE/GISTRAN
Walas de Jesus Diniz	Operador de sistema	TT 275/200600	STE/GISTRAN

Demanda por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
01	Emissão de pareceres técnicos	Profissional para analisar e emitir pareceres dos estudos de viabilidade técnica para transporte de cargas indivisíveis de grande porte e demandas judiciais relacionadas a processos vinculados a emissão de AETs. Profissional deverá ter

formação em engenharia e recomendável ter conhecimentos na área do Direito.

Participação em Câmaras temáticas

Assuntos veiculares – Câmera relacionada com o setor de atuação AET.

Existe um (01) representante do DNIT, entretanto não existe comunicação entre o mesmo e o setor de atuação para identificar demandas e troca de informações.

Problemas e deficiências da área de atuação

SERPRO - Morosidade na publicação das novas versões do SIAET o que fica em desacordo com as novas resoluções do CONTRAN relacionadas com as AETs, gerando desconformidade.

Tempo de resposta das Regionais, referente a consultas relacionadas com a emissão de AETs. Regimentalmente são três dias. Na prática demoram 15 / 20 dias.

Dependência da DPP para as análises dos estudos de viabilidade para transportes de cargas indivisíveis.

Equipamentos utilizados pelos técnicos são velhos, necessitando de uma renovação completa.

Falta de equipe e estrutura para vistoriar e acompanhar veículos transportadores que necessitam de AETs.

Em função da falta de estrutura para inspeção veicular visando à emissão das AETs, as mesmas são emitidas por declaração de conformidade com ART de engenheiro responsável.

Para AETs indivisíveis de grande porte é solicitado um estudo de viabilidade técnica de tráfego, o qual é analisado e homologado pela equipe de engenheiros da DPP.

Necessidade da área de atuação

Renovação do Contrato 275 que se encerra em dezembro de 2011, visando manter a mesma equipe que já está capacitada para as atividades relacionadas às AETs.

Criação imediata de um grupo de trabalho com especialistas para avaliar e promover alterações na resolução 11 DNIT de 2004.

Sistema e estrutura para digitalização dos processos.

Credenciar e certificar empresas para inspeção veicular respeitando as diretrizes especificadas nas resoluções.

Contratos vigentes vinculados à área de atuação

Contrato: 275/2006

Objeto: Execução de serviços de assessoramento técnico e monitoramento do desempenho do sistema de autorização e das ações de controle e fiscalização de transporte de carga excepcionais.

Empresa/contratado: Consórcio STE/Gistran

Vigência: 26 de dezembro de 2006 a 25 de dezembro de 2011

Valor inicial do contrato- R$ 14.942.995,54

Observações: Contrato disponibilizava 22 funcionários para o setor de emissão de AETs.

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Edital: visando a substituição do contrato 275/2006 que finda em 25 de dezembro de 2011.

Objeto:

Processo:

Observações: edital mais abrangente que agrega a catalogação de interseções além do pessoal para o setor de emissão de AETs.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação
Não há convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação.

Equipamentos			
Atual	Especificação	Ideal	Observações
12	Computador	13	Substituição dos computadores existentes
2	Impressoras	2	Substituição das impressoras existentes por equipamentos com maior capacidade de impressão em função do grande volume de impressão da área
0	Digitalizadora	1	Demanda por digitalização dos documentos gerados.

Competências

As competências identificadas no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com a área de Autorização Especial de Trânsito, encontram-se no Art. 91 que trata das competências da Coordenação de Operações e estão listadas a seguir:

LXXXII – elaborar e expedir Autorizações Especiais de Trânsito para cargas indivisíveis e veículos especiais;

LXXXIII – executar vistoria nos veículos especiais para obtenção de Autorização Especial de Trânsito na forma regulamentada pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

LXXXIV – executar os cálculos da Tarifa de Utilização da Via (TUV) a fim de mantê-los sempre atualizados;

LXXXV – propor tarifas para melhoria da arrecadação do órgão;

LXXXVI – elaborar e expedir Autorizações Especiais de Trânsito para carga indivisíveis e veículos especiais;

LXXXVII – manter cadastro de veículos especiais atualizados.

2.3.4 Faixa de Domínio

Coordenação	Operações	Data	26/10/2011
Área de Atuação	Faixa de Domínio		
Entrevistado	Helane Quezado Magalhães	Função	
E-mail	helane.magalhaes@dnit.gov.br		
Telefone	(061) 3315-4517		

Função principal da área de atuação

Controlar e gerenciar a ocupação da faixa de domínio

Principais atividades desenvolvidas na área de atuação

Em função da descentralização das atividades relativas a ocupação da faixa de domínio para as regionais em 2007, as atividades desenvolvidas na CGPERT comtemplam:

- Suporte ao trabalho desenvolvido pelas superintendências;
- Controle dos contratos e receitas relativos à ocupação da faixa de domínio;
- Acompanhamento do sistema informatizado de faixa de domínio;
- Suporte relativo à legislação pertinente a faixa de domínio com

acompanhamento das publicações no Diário Oficial da União e no Boletim Administrativo.

A cobrança de licença a título oneroso para utilização da faixa de domínio é regulamentada pela Resolução nº 11 – CA/DNIT de 27/03/2008, publicada no D.O.U em 11/04/2008.

Informações e documentação relativas a regulamentação da utilização da faixa de domínio está disponível em http://www.dnit.gov.br/rodovias/operacoes-rodoviarias/faixa-de-dominio

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

Ideal que o sistema de controle da ocupação da faixa de domínio fosse totalmente descentralizado e sob responsabilidade das superintendências, ficando somente a supervisão geral na CGPERT - Brasília.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Helane Quezado Magalhaes		Requisitada	Ministério de Minas e Energia
Danielle Corrêa Lima	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
Eliza Ferreira	Analista Infraestrutura de Transporte	Servidor	DNIT
Felipe Moreira de Almeida	Assistente Administrativo	320/2010	STE/GISTRAN
Geraldo Eustáquio de Moraes	Engenheiro	Servidor	DNIT
Leliane Gonçalves Figueiredo	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
Lourival Gomes Couto Junior	Técnico Nível T2	TT-241/200600	GISTRAN/STE
Luiz Carlos Gomes de Andrade	Analista de Sistemas P1	TT-275/200600	STE/GISTRAN

Demanda por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
2	Engenheiros	
2	Técnicos de nível médio	

Participação em Câmaras temáticas

Não

Problemas e deficiências da área de atuação

Dois servidores do DNIT em processo de aposentadoria e dois servidores tercerizados com contratos vencendo em novembro/dezembro de 2011.

Falta de uma política para regulamentar a publicidade nas faixas de domínio das rodovias federais sob jurisdição do DNIT.

Perda de arrecadação em função do Decreto 84398/80 que prevê gratuidade para utilização da faixa de domínio aos Concessionários de serviço público de energia elétrica.

Necessidade de pessoal especializado e equipamentos para implantação do sistema de faixa de domínio em todas as superintendências regionais.

Necessidade da área de atuação

Alteração do Manual de Procedimentos para Utilização das Faixas de Domínio.

Definição de procedimentos para encaminhamento de contratos com a OI para assinatura

Definição de uma política de publicidade nas rodovias federais sob jurisdição do DNIT, como acontece

com as rodovias condedidas.

Incorporar novas funcionalidades ao sistema, incluindo o georreferenciamento.

Implantar o sistema informatizado em todas as regionais.

Estabelecer procedimentos de controle de documentação, visando sua rastreabilidade.

Contratos vigentes vinculados a área de atuação

Existem mais de 600 contratos vigentes de permissão especial de uso para ocupação das faixas de domínio de rodovias federais que geram uma arrecadação na ordem de R$ 15.000.000,00/ano.

A relação dos contratos especificando as permissionárias, nº do contrato, vencimento, tipo de serviço e unidade da federação encontra-se no Anexo A.

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Não.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Banco do Brasil - Pagamento de serviços de recebimento dos contratos de utilização da faixa de domínio.

Equipamentos

Atual	Especificação	Ideal	Observações
9	computadores		agregar novos equipamentos compatíveis com a equipe adicional requisitada.
1	digitalizadora		
2	impressoras		

Competências

As competências identificadas no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com faixa de domínio, encontram-se no Art. 91 que trata das competências da Coordenação de Operações e estão listadas a seguir:

IV – propor e promover estudos experimentais com vistas à elaboração de Normas para ocupação de faixa de domínio e engenhos publicitários;

XV – supervisionar a fiscalização da ocupação de faixa de domínio das rodovias federais, construção e utilização de acessos às rodovias federais;

LII – fiscalizar a utilização e travessias junto às rodovias federais ou sobre/sub as vias, de oleodutos, gasodutos, adutoras, redes de energia elétrica, rede telefônica, rede de fibra ótica, rede de esgoto e rede de água tratada;

LXII – dispor sobre a ocupação das faixas de domínio das Rodovias Federais;

LXIII – coordenar, orientar, planejar, controlar, dirigir as atividades referentes a ocupações das faixas de domínio das rodovias federais;

LXIV – elaborar e propor normas, regulamentos e instruções de serviços referentes às permissões de utilização das faixas de domínio das rodovias federais;

LXV – cumprir e fazer cumprir a legislação sobre faixa de domínio, bem como promover estudos visando seu aprimoramento;

LXVII – acompanhar os contratos de utilização das faixas de domínio das rodovias federais, interagindo com os setores de fiscalização da Coordenação;

LXVIII – promover mensalmente o levantamento e a emissão de relatórios de dados da utilização das

faixas de domínio das rodovias federais, objetivando o controle da utilização;

LXVIX – estabelecer mecanismo e formas de exploração da propaganda nas faixas de domínio das rodovias federais;

LXX – promover a organização, manutenção e atualização de arquivos e cadastros específicos, em sistemas informatizados, visando à memória e o controle operacional dos assuntos relacionados às faixas de domínio das rodovias federais;

LXXI – prover os órgãos de administração superior de informações sobre as faixas de domínio das rodovias federais;

LXXII – promover estudos técnico-econômicos, destinados à definição de custos para ocupação das faixas de domínio das rodovias federais;

LXXIII – propor e promover estudos experimentais com vistas à elaboração de Normas para implantação de engenhos, nas faixas de domínio das rodovias federais;

LXXVI – promover o controle e a cobrança pela utilização das faixas de domínio

LXXV – promover, sistematicamente, o levantamento e a emissão de relatórios de dados sobre a ocupação das faixas de domínio, objetivando o gerenciamento do sistema.

2.3.5 Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI)

Jari			
Coordenação	Operações	Data	01/11/2011
Área de Atuação	Jari - Junta Administrativa de Recursos de Infrações		
Entrevistado	Milton Mendes de Prado	Função	
E-mail	Milton.prado@dnit.org.br		
Telefone	(061) 3315-4187		
Função principal da área de atuação			
Julgar os recursos de infrações de trânsito conforme prevê Artigo 17 da Lei 9503 – Código Brasileiro de Trânsito, respeitando o disposto no artigo 285 da mesma lei. Jari é um órgão autônomo composto de três membros, sendo o presidente vinculado ao órgão , um membro do segmento de transporte automotivo e o terceiro, representante da sociedade que atua em área de trânsito.			
Principais atividades desenvolvidas na área de atuação			
Instrução de processo administrativo, identificando legitimidade, prazos, documentação do usuário e do veículo, provas e enciminhamentos dado pela autoridade de trânsito. Realização de diligências para a análise do processo. Elaboração de pauta para jugamento Suporte de relatoria – pré-análise por relatores Cadastro no sistema e notificação das decisões.			
Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais			
O recurso deve ser interposto ao órgão que impos a penalidade, podendo ser local, regional ou nacional, assim as regionais poderiam atuar na 1ª e 2ª estâncias do processo. As Jaris locais/regionais poderiam encaminhar a relação dos processos.			

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Álvaro Henrique Borges Matias	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
Daniela Alves Martins	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
José Carlos Felisbino de Jesus	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
José Raimundo Moraes	Analista Administrativo	Servidor	DNIT
Milton Mendes de Prado	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Nathália Souza da Silva	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
Sol Sclocco de Menezes	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
Francisca Freire*	Agente de Portaria	Servidor	DNIT
Gilberto Ramos*	Analista Administrativo	Servidor	DNIT
João Gonçalves do Vale*	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Jutair Matos de Souza**	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
João Bosco de Oliveira***	Analista Administrativo	Servidor	DNIT
Rodrigo Pinheiro Bernardes		Cedido	Engespo (PPV)
Ieda Marli Fernandes de Souza		Cedida	Engespo (PPV)

* Servidores em processo de aposentadoria
** Servidor em licença médica
*** Presidente da comissão de ética (lotado na Jari mas não atua)

Demanda por equipe adicional

Para efeito de dimensionamento de equipe:

considerando os procedimentos atualmente utilizados nas diversas etapas que envolvem julgamento de infrações de trânsito

considerando que em média 25 % dos infratores noficados pagam as multas sem contestação e 75% entram com defesa de autuação.

Considerando que 80% das defesas de autuação são negadas, o que representa 60% do total.

Considerando que das defesas de autuação negadas que geram por sua vez a emissão da penalidade, 35% recorrem à Jari, representando 28% do total de autos de infração emitidos.

Considerando que um técnico consegue montar 7 a 10 processos por dia de trabalho.

Considerando que um relator qualificado consegue produzir pré-análise de, em média, 25/30 processos dia.

A área de atuação estima os parâmetros para dimensionamento da equipe necessária para dar conta da análise dos recursos interpostos, considerando que os autos de infração sejam emitidos e encaminhados aos respectivos infratores dentro dos prazos legais.

Como os recursos podem ser interpostos nas unidades locais, regionais ou nacional, a descentralização do julgamento pode ser feita com a criação de jaris regionais.

Participação em Câmaras temáticas

Apesar de não participar de câmeras temáticas sente a necessidade de uma troca de informações com os representantes para discutir aspectos relacionados com legislação de trânsito

Problemas e deficiências da área de atuação

Na formação de Jaris em função da legislação existente que não permite remuneração pelo trabalho

exercido.

O não cumprimento do rito processual estabelecido no Art 285 do Código Brasileiro de Transito pela Autoridade de trânsito.

Falta de qualificação adequada da equipe de apoio.

Falta de locais para julgamento dos recursos interpostos a Jari

Encaminhamento das notificações via correios em tempo hábil, sem o qual não haverá punição ao infrator.

Necessidade da área de atuação

Acesso ao banco de dados do RENAINF.

Acesso ao banco de dados do órgão que impos a penalidade.

Canal de comunicação direta com as autoridades de trânsito.

Digitalização dos processos

Juntas virtuais, on line.

Aprovação e implantação da alteração regimental das Jari do DNIT (minuta pronta)

Pagamento de DAS para supervisor nacional e presidentes de JARIS

Pagamento de jetons aos membros externos das JARIS

Dotação de infraestrutura física, operacional e recursos humanos para o efetivo funcionamento das JARIS regionais e nacional.

Contratos vigentes vinculados a área de atuação

Não existem contratos diretamente ligados a área de atuação.

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Não existem licitações/editais em produção diretamente ligados a área de atuação.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Não existem convênios e/ou termos de cooperação ligados à área de atuação

Equipamentos e espaço físico

Além do espaço físico adequado ao número de colaboradores é necessário prever um espaço para armazenamento dos processos em análise na JARI. Por sua vez os processos julgados deverão ser remetidos as unidades de origem.

Competências

Não existem competências específicas diretamente ligada a área de apoio no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007. Entretanto existem competências ligadas à outras áreas de atuação que remetem a atuação da JARI, as quais já foram apresentadas nas suas respectivas áreas de atuação.

2.3.6 Gestão de Multas e Defesa de Autuação

Comissão Geral de Multas e Defesa de Autuação - CGM			
Coordenação	Operações	Data	27/10/2011
Área de Atuação	Comissão de Gestão de Multas e Defesa de Autuação - CGM		

Entrevistado	Eraldo João de Oliveira	Função	programador
E-mail	eraldo.oliveira@dnit.gov.br		
Telefone	(061) 3315-4642		

Função principal da área de atuação

Gestão das infrações de trânsito, dos processos de defesa de autuação e de inscrição na dívida ativa.

Principais atividades desenvolvidas na área de atuação

Apoio técnico às Superintendências Regionais, emitindo orientações sobre processos envolvendo infrações de trânsito

Cancelamento e ressarcimento de multas de trânsito

Recepção de formulários de indicação de condutor infrator

Análise de recursos de multas de trânsito em 2ª instância administrativa.

Análise e inscrição da dívida ativa dos créditos de titularidade do DNIT

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

Atendimento ao público em geral

Na medida da disponibilidade de recursos humanos e materiais, cadastrar os processos através de um sistema web.

Havendo nomeação de Autoridade de Trânsito nas Superintendências Regionais, cria-se a possibilidade de realizar julgamentos de processos de infração na fase de autuação, regionalmente.

Viabilizar a criação de Jaris em todos os estados da federação.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Adrieli Pereira Araújo Costa	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
Asheley Leite Silva	Assist. Administrativo		Consórcio PPV
Aureni Vanderlei Coelho	Operador Sistemas	TT-275/200600	STE/GISTRAN
Cleiton Carlos Kardec	Assist. Administrativo		Diefra
Daniela Cristina de Oliveira	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
Dinalva Lima Sobrinho	Estagiária	00195/2207-00	Convênio IEL
Eraldo João de Oliveira	Programador	1041/2010	FAPEU/UFSC
Jefferson Souza Evangelista	Estagiário	00195/2207-00	Convênio IEL
João Gabriel Taveira Crisóstomo	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
Josefa de Fátima Lemes Souza	Secretária	TT-275/200600	STE/GISTRAN
Karen Maria dos Anjos Matos	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
Keytson Rodrigo Kardec	Aux. Administrativo		Vetec Engenharia
Lafayette Wadie	Aux. Adm		Gistran
Laura L. Bezerra Ferreira	Assist. Administrativo		Faixa Sinal Viária
Luciano Gomes da Silva	Assist. Administrativo		Faixa Sinal Viária
Michelle Mineiro dos Reis	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
Nathane Lisa Caetano	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL

Ronivaldo Pereira de Araújo Auxiliar Administrativo Edital 144/2011 WORKS

Demanda por equipe adicional

Para efeito e dimensionamento de equipe:

considerando os procedimentos atualmente utilizados nas diversas etapas que envolvem os processos administrativos, de defesa de autuação e dívida ativa;

considerando que em média 25 a 30% das infrações emitidas requerem análise de defesa de autuação;

considerando que um técnico consegue montar 30 processos de dívida ativa/dia;

considerando que um analista consegue julgar em média 25/30 processos dia, tanto da dívida ativa, como de defesa de autuação e processos administrativos;

A área de atuação estima a demanda ideal de recursos humanos, apontando também a equipe atual em atividade para efeito comparativo.

CGM

Qdade		Cargo/Função	Justificativa/observações
Atual	Ideal		
1	1	Administrador de empresas	As especificações de demanda de recursos humanos tem como base as necessidades atuais em função dos editais vigentes e demandas represadas e não consideram as demandas futuras em função dos editais 471/2009 e 162/2011 (em processo de licitação).
1	1	Advogado	
0	1	Contador	
6	12	Técnico Administrativo	
0	4	Apoio Técnico	
5	5	Estagiário nível superior	
5	5	Estagiário nível médio	

Defesa de Autuação

Qdade		Cargo/Função	Justificativa/observações
Atual	Ideal		
0	2	Advogado	As especificações de demanda de recursos humanos tem como base as necessidades atuais em função dos editais vigentes e demandas represadas e não consideram as demandas futuras em função dos editais 471/2009 e 162/2011 (em processo de licitação).
3	16	Técnico Jurídico	
0	9	Apoio Administrativo	

Divida Ativa

Qdade		Cargo/Função	Justificativa/observações
Atual	Ideal		
	2	Analista jurídico	As especificações de demanda de recursos humanos tem como base as necessidades atuais em função dos editais vigentes e demandas represadas e não consideram as demandas futuras em função dos editais 471/2009 e 162/2011(em processo de licitação)
	10	Advogado	
	4	Técnico Jurídico	
	4	Apoio Técnico	

Participação em Câmaras temáticas

Não

Problemas e deficiências da área de atuação

A área de atuação está sem sistema para gerar infração em função do término do contrato entre o DNIT e o Consórcio Segurança nas Estradas que era responsável pelo processamento, emissão e registro em sistema apropriado.

Dificuldade com espaço físico para guardar os registros de AR da dívida ativa.

Equipe incompativel com a demanda de serviços de montagens, análises e julgamentos de processos.

Espaço físico incompatível com o volume de processos e documentação decorrente do seus trâmites.

Muito volume de trabalho feito manualmente e em sistemas deconexos que não se conversam, gerando duplicidade de trabalhos.

Volume de trabalho represado, totalizando 32 mil processos administrativos e 70 mil processos de defesa de autuação aguardando julgamento de mérito.

Necessidade da área de atuação

Sistema integrado que dê conta de todos os processos inerentes a gestão de infrações e da dívida ativa, incluindo a digitalização de toda a documentação relativa aos mesmos.

Adequação do espaço físico e dos recursos humanos a demanda atual de trabalho e a demanda a ser gerada pelos novos equipamentos de controle de velocidade (edital 471/2009) e de fiscalização de peso (edital em andamento 0162/2011).

Contratos vigentes vinculados a área de atuação

Não existem contratos diretamente ligados a área de atuação.

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Edital: Sistema de fiscalização eletrônica

Objeto: Sistema para gestão de infrações de trânsito sob competência do DNIT, incluindo a definição de demanda de recursos humanos e funcionalidades e requisitos do sistema.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Não.

Equipamentos e espaço físico - CGM

Atual	Especificação	Ideal	Observações
16	Computador	21	O espaço físico atual é de 104 m² para abrigar a equipe de trabalho e 20 m² para arquivo de acervo documental. Com a equipe adicional requisitada pela área de atuação, considerando a manutenção do processo operacional atual e uma área de 11m² por pessoa, estima-se uma demanda adicional de 201 m² de área, sendo 171m² para a equipe de trabalho e 30m² para acervo documental As especificações de demanda não consideram as demandas futuras em função dos editais 471/2009 e 162/2011.
2	Impressora	3	
1	Copiadora	1	
1	Scanner	3	
6	Aparelho telefonico	6	
1	Fax	1	
15	Estante de aço	20	
19	Mesa	25	
19	Cadeira	25	
16	Estabilizador de voltagem	21	
0	Bebedouro	1	

Equipamentos e espaço físico - Defesa de Autuação

Atual	Especificação	Ideal	Observações

9	Computador	24	O espaço físico atual é de 88,27 m² para abrigar a equipe de trabalho e 7 m² para arquivo de acervo documental. Com a equipe adicional requisitada pela área de atuação, considerando a manutenção do processo operacional atual e uma área de 11m² por pessoa, estima-se uma demanda adicional de 408 m² de área, sendo 308m² para a equipe de trabalho e 1000m² para acervo documental As especificações de demanda não consideram as demandas futuras em função dos editais 471/2009 e 162/2011.
1	Impressora	3	
0	Copiadora	1	
2	Aparelho telefonico	4	
14	Estante de aço	30	
13	Mesa	23	
16	Cadeira	28	
9	Estabilizador de voltagem	24	
0	Bebedouro	1	

Equipamentos e espaço físico - Divida Ativa

Atual	Especificação	Ideal	Observações
0	Computador	16	Hoje não existe espaço físico locado para atuação de equipe da Dívida Ativa Com a equipe requisitada, considerando uma área de 11m² por pessoa, estima-se uma demanda de 260 m² de área, sendo 220m² para a equipe de trabalho e 40m² para acervo documental
0	Impressora	2	
0	Copiadora	1	
0	Scanner	2	
0	Aparelho telefônico	2	
0	Estante de aço	20	
0	Mesa	20	
0	Cadeira	20	
0	Estabilizador de voltagem	16	
0	Bebedouro	1	

Competências

As competências identificadas numa análise preliminar no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com CGM, encontram-se no Art. 91 que trata das competências da Coordenação de Operações e estão listadas a seguir:

XCVI – gerenciar o desenvolvimento de assuntos relacionados às multas de trânsito aplicadas pelo DNIT;

XCVII – acompanhar a defesa de autuação;

XCVIII – acompanhar o andamento de processos de recursos administrativos, envolvendo todas as fases de julgamento;

XCIX – controlar operacionalmente e financeiramente as multas de trânsito;

C – coordenar a inscrição na divida ativa, e inclusão de inadimplentes no CADIN e registro e controle de contratos de parcelamento de débitos relativos à autuação de trânsito;

CI – coordenar a execução de serviços relativos à cobrança de multas por excesso de peso e demais infrações preconizadas no Código de Trânsito Brasileiro e legislação correlata;

CII – identificar e cadastrar o real infrator;

CIII – analisar e deferir recursos de defesa da autuação;

CIV – controlar a validação de imagens de veículos autuados pelos equipamentos de fiscalização eletrônica que são validadas pelos Agentes da Autoridade de Trânsito;

CV – controlar a convalidação das multas pela Autoridade de Trânsito;

CVI – controlar as imagens referentes às multas de trânsito convalidadas;

CVII – controlar a expedição das multas convalidadas;

CVIII – controlar os comprovantes de Avisos de Recebimento relativos às entregas das notificações de infração de trânsito;

CIX – controlar a operacionalização do Formulário de Indicação do Condutor Infrator – FICI;

CX – executar, controlar os procedimentos administrativos, tais como: emissão de nada consta, ofício, memorando, fax, relatório, despacho, tramitação de processo, atendimento ao público (pessoal, virtual e telefônico) e arquivamento do acervo documental;

CXI – controlar a concessão de efeito suspensivo (administrativo e jurídico) de multas junto aos sistemas do DNIT e DETRAN;

CXII – controlar o cancelamento (administrativo e judicial) de multas de trânsito junto aos sistemas do DNIT e DETRAN;

CXIII – apoiar às Unidades do DNIT nos Estados;

CXIV – instruir e controlar os processos relativos à inscrição de débitos provenientes de multas de trânsito, na dívida Ativa;

CXV – controlar a baixa de multa de trânsito por pagamento junto aos sistemas do DNIT e DETRAN;

CXVI – analisar e instruir o processo referente a ressarcimento de multa de trânsito;

CXVII – controlar arquivos eletrônicos recebidos pelos agentes arrecadadores (Banco do Brasil e DETRAN) referentes a multas de trânsito;

CXVIII – controlar arquivos eletrônicos enviados a área de processamento de multas de trânsito para conferência e atualização de dados nos sistemas do DNIT e DETRAN;

CXIX – coordenar todos os trabalhos inerentes a defesas e recursos contra os autos de infração de trânsito aplicados pelo DNIT, sendo responsável pela estatística e controle dos julgamentos de defesas e recursos e pelo desempenho dos procedimentos administrativos;

CXX – analisar processos deferidos pelas Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI (Cumprimento do Art. 289 do CTB).

2.3.7 Convênio com Detrans e Renainf

Convênios Detran/Renainf			
Coordenação	Operações	Data	31/10/2011
Área de Atuação	Convênios Detran/Renainf		
Entrevistado	Cristina de Oliveira Winckler	Função	Analista Admin.
E-mail	cristina.winkler@dnit.com.br		
Telefone	(061) 3315-4547		
Função principal da área de atuação			
Apoio a gestão de multas Coordenar e supervisionar convênios com Detrans e demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito visando intercâmbio de informações para emissão de multas.			
Principais atividades desenvolvidas na área de atuação			
Baixa de multas Intermediação entre Detrans e Superintendências Regionais Elaboração de convênios			

Controle de arrecadação, desde que seja disponibilizada pelo SIAF

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

As Superintendencias Regionais poderiam ter uma relação direta com os Detrans

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Cristina de Oliveira Winckler	Analista Administrativo	Servidor	DNIT

Demanda por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
2	Técnicos	Operação e manutenção do sistema

Problemas e deficiências da área de atuação

Falta acesso ao SIAF para realização de um controle real de arredadação com multas.

Falta um sistema de gestão e processamento de infrações de trânsito.

Falta acesso ao RENAINF.

Falta infraestrutura de hardware.

Necessidade da área de atuação

Sistema integrado de gestão de multas e equipe de manutenção/operação do mesmo, tendo como referência de modelo de sistema o do Detrans do Rio Grande do Norte.

Dentre as funcionalidades necessárias, destacam-se

Comunicação com o RENAINF para obtenção de dados;

Registro de infração;

Emissão de Notificação de Autuação e registro;

Registro de defesa e atos decorrentes da mesma;

Emissão de Notificação de Penalidade e registro;

Registro de recursos e atos decorrentes;

Registro do real infrator;

Registro decorrente do pagemento e atos decorrentes;

Informação de todos os atos ao RENAINF, incluindo baixa;

Realização de consultas;

Emissão de relatórios gerenciais dinâmicos ;

Controle financeiro;

Inscrição na Divida Ativa da União, dentre outras funcionalidades.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Convênios com Detrans e DPRF

Equipamentos e espaço físico

	Especificação	Observações
	Computado	

	Impressora	
	Envelopadora	
	Scanner ou multifuncional	

Competências
As competências identificadas numa análise preliminar no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com Convênios Detran/Renainf, encontram-se no Art. 91 que trata das competências da Coordenação de Operações e estão listadas a seguir: V – coordenar e supervisionar convênios com os DETRAN e demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito; VI – coordenar controle de fluxo financeiro e prestação de contas previstas nos respectivos convênios.

2.3.8 Estudo de Acidentes

Coordenação	Segurança e Engenharia de Trânsito	Data	31/10/2011
Área de Atuação	Estudo de Acidentes		
Entrevistado	Antônio José Motta Ramos	Função	Engenheiro de Transp.
E-mail	mottaramos@globo.com		
Telefone	61 3315-4090		

Função principal da área de atuação
Processamento das informações de acidentes enviados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) com o propósito de fazer Estudo de Acidentes para o IPR/DNIT.

Principais atividades desenvolvidas na área de atuação
Através do Convênio DNIT & PRF os dados eletrônicos dos acidentes são enviados a ECENGE, empresa contratada pelo DNIT para fazer os Estudos de Acidentes, onde os dados são interligados pelo número da ocorrência registrada pela PRF. A massa de dados é organizada para estudos de acidentes de trânsito, as informações são tratadas e recompostas numa visão de engenharia. Para complementar os Estudos de Acidentes a ECENGE usufrui dos Vídeos Registro preparados pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT. Utilizando o sistema georrenciado desenvolvido pela ECENGE para o DNIT, são feitas ajustes periódicos dos marcos quilométricos. Esta sendo realizado, também, um estudo para determinar o custo de acidentes médio a partir da análise dos prontuários dos acidentados.

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais
Não existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Antônio José Motta Ramos	Engenheiro de Transporte	046/2013	ECENGE

Adriano Gomes Moreira	Auxiliar Técnico	046/2016	ECENGE
Crislene Maria C. dos Santos	Auxiliar Técnico	046/2012	ECENGE
Gabriel Vale da Silva Naves	Auxiliar Técnico	046/2008	ECENGE
Lindembergue Araújo	Auxiliar Técnico	046/2010	ECENGE
Luzimeire Araújo	Auxiliar Técnico	046/2007	ECENGE
Maria Eduarda de Souza Pimentel	Engenheiro de Transporte	046/2011	ECENGE
Sheyla Rodrigues Moura	Auxiliar Técnico	046/2009	ECENGE

Demanda por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
2	Auxiliar Técnico	Atualmente emprestados à Pesagem/TI e Apoio Adm.

Participação em Câmaras temáticas

Não participa em Câmaras Temáticas.

Problemas e deficiências da área de atuação

Dados enviados pela PRF não tem frequência de envio e às vezes vem corrompidos.

Necessidade de estabelecer contato com batalhão estadual responsável pelo trecho rodoviário federal.

Obter dados das Combinações de Veículos de Carga (CVC), que são coletados e considerados sigilosos pela PRF, para definir rotas e acidentes.

Para calcular o custo de acidentes a ECENGE precisa das partes dos veículos danificadas – estes dados também são coletados, mas não enviados ao DNIT.

Necessidade da área de atuação

Existe a necessidade por mais espaço físico devido ao número de funcionários, biblioteca de Vídeo Registro em DVDs e Boletins de Ocorrências (antigos). Hoje, os Boletins de Ocorrências são eletrônicos, mas os que foram impressos no passado não podem ser destruídos por serem documentos públicos, mas precisam ser arquivados.

Contratos vigentes vinculados à área de atuação

Contrato: TT-046/2007

Objeto: Seleção de empresa de consultoria para prestação de serviços tecnicos especializados para execução de processamento de fichas de acidentes de transito, manutenção e operação do atual sistema de processamento de dados; Consepção, desenvolvimento, implantação e operação de novo sistema de processamento de dados; Desenvolvimento de pesquisa tecnico hospitalar, para determinação do perfil dos acidentes nas rodovias federais, as consequencias e os custos dos atendimento.

Vigência: 21 de setembro de 2007 – 20 de setembro de 2011

Valor inicial do contrato- R$ 8.619.790,19

Observações: Contrato disponibilizava 22 funcionários para o setor de emissão de

O contrato da ECENGE com o DNIT foi prorrogado, com vencimento em 21 de Setembro de 2012.

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Não existem editais em produção.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Não existem demandas de órgãos de controle.

Equipamentos			
Atual	Especificação	Ideal	Observações
-	-	-	Não se aplica, pois todo o equipamento é de propriedade da ECENGE.

Competências

As competências identificadas no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com o Estudo de Acidentes, encontram-se no Art. 90 que trata das competências da Coordenação de Segurança e Engenharia de Trânsito e estão listadas a seguir:

LV – processar os dados estatísticos sobre acidentes de trânsito da malha rodoviária federal;

LX – elaborar e divulgar Anuário Estatístico de Acidentes de Trânsito nas Rodovias Federais;

LXX – analisar as causas e características dos acidentes de trânsito para identificação dos segmentos críticos das rodovias federais;

LXXI – tratar e analisar os dados estatísticos sobre acidentes de trânsito para identificação de Segmentos Críticos.

2.3.9 Fiscalização e Operação de Trânsito

Coordenação	Operações	Data	10/11/2011
Área de Atuação	Fiscalização e Operação de Trânsito		
Entrevistado	Paulo Cesar de Oliveira Alencar	Função	Agente de Trânsito
E-mail	paulo.alencar@dnit.gov.br		
Telefone			

Função principal da área de atuação

Fiscalização do Posto de Pesagem Veicular (PPV) de Formosa, GO;

Supervisão de Campo;

Convalidação de Multas;

Motorista Oficial da Coordenação-Geral.

Principais atividades desenvolvidas na área de atuação

Fiscalização do Posto de Pesagem Veicular (PPV) de Formosa, GO – 12 Agentes de Trânsito designados exclusivamente para o PPV de Formosa, GO.

Supervisão de Campo – 3 Agentes de Trânsito são responsáveis pela resolução de problemas externos junto às Unidades Locais e/ou Regionais. Dependendo da gravidade de denúncias, um Levantamento Sigiloso é feito tratado diretamente com a Coordenação-Geral.

Convalidação de Multas – 2 Agentes de Trânsito são disponibilizados para esta função, quando em funcionamento, que exige a verificação da imagem com a descrição da infração para gerar a autuação.

Motorista Oficial da Coordenação-Geral – 1 Agente de Trânsito disponível como Motorista Oficial do Coordenador-Geral.

Existem atividades que poderiam ser feitas nas Unidades Locais e/ou Regionais

A Convalidação de Multas poderia ser feita nas Unidades Locais e/ou Regionais antes de serem enviadas para Brasília, mas a necessidade de treinamento e aquisição de equipamento.

Equipe disponível

Nome	Cargo ou Função	Serv. / Contrato	Vínculo
Paulo Cesar de Oliveira Alencar	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Ademar Gomes de Almeida	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Alcides de Lucena Figueiredo	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Carlos Jorge Tinoco de Carvalho	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Carlos Manoel Lima Godoy	Analista de Informações	Servidor	DNIT
David Felix Xavier Silva	Motorista Oficial	Servidor	DNIT
Fred Ribeiro Parreira	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Gerson Tavares da Silva	Analista Administrativo	Servidor	DNIT
Gilson Ribamar Silva Ferreira	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Jackson Vieira Coelho	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Jones Mario Alves	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Jorgevaldo Morais de Melo	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Jose Ricardo Jacome de Lima	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Leide de Farias Silva	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Marco A. L. de Albuquerque	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Maxwell Ricardo Lopes	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Saulo Evangelista Silva	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
Victor de Vasconcellos Lins	Agente Administrativo	Servidor	DNIT

Demanda por equipe adicional

Qdade	Cargo/Função	Justificativa/observações
-	Agente Administrativo	Se aumentarem as atividades, aumenta a demanda.

Participação em Câmaras temáticas

Não existe participação nas Câmaras Temáticas.

Problemas e deficiências da área de atuação

SERPRO:

- Atendimento e Suporte Técnico demorado;
- Não ter Acesso ao Sistema de Multas.

Necessidade da área de atuação

Treinamento para Agentes de Trânsito:

- Produtos Perigosos;
- Abordagem Ostensiva;
- Primeiros Socorros;
- Defesa Pessoal.

Equipamento para Agentes de Trânsito:

- Sinalização Operacional para Agentes e Veículos;
- Lanternas, Trena, Câmera, GPS, Óculos, Luvas, Rádios, Colete à Prova de Balas e Uniforme.

Um endereço de Correio Eletrônico (E-mail) para toda a área.

Contratos vigentes vinculados à área de atuação

Não existem contratos vigentes.

Licitações em andamento / Editais em produção vinculados na Área de Atuação

Não existem editais em produção.

Convênios, termos de cooperação técnica vigentes vinculados na Área de Atuação

Não existem demandas de órgãos de controle.

Equipamentos

Atual	Especificação	Ideal	Observações
4	Computadores	4	Precisam de computadores mais potentes.
-	Telas de Computadores	-	Temas maiores (19”) para Convalidação de Multas.
1	Impressora	1	Precisa de impressora mais potente.

Competências

As competências identificadas no Regimento Interno do DNIT aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, relacionadas diretamente com Autoridade de Agentes de Trânsito, encontram-se no Art. 91 que trata das competências da Coordenação de Operações e estão listadas a seguir:

I – planejar, organizar, dirigir, orientar, supervisionar, controlar e coordenar as atividades de operações das rodovias federais, fiscalização de trânsito e administração de balanças;

VIII – supervisionar e controlar os planos de rotina e especiais de fiscalização;

XII – opinar e supervisionar quanto à aplicação das Leis e Normas pertinentes aos integrantes dos Agentes de Autoridade de Trânsito;

XIII – propor e supervisionar o credenciamento e descredenciamento de Agentes de Autoridade de Trânsito no DNIT;

XIV – propor e supervisionar a necessidade de criação e implantação de serviço de atendimento ao usuário nas rodovias federais;

XV – supervisionar a fiscalização da ocupação de faixa de domínio das rodovias federais, construção e utilização de acessos as rodovias federais;

XVI – propor e supervisionar a criação e manutenção de postos fixos de coordenação e controle de atividades de fiscalização de trânsito;

XVII – elaborar e aprovar planos de rotina e especiais de fiscalização;

XVIII – pesquisar e estudar os sistemas de patrulhamento e fiscalização existentes no Brasil e no exterior, adequando-os aos Agentes de Autoridade de Trânsito;

XIX – supervisionar e orientar as atividades relativas às informações, fiscalização, comandos, registro de acidentes, controle de notificações, fiscalização de Autorizações Especiais de Trânsito e as operações de pesagem de veículos no órgãos regionais;

XX – colaborar com as campanhas educativas de trânsito;

XXIV – supervisionar a execução dos serviços de atendimento ao usuário nas rodovias federais;

XXVII – fiscalizar a operação dos Postos de Pesagem de Veículos, emitir relatórios para o Serviço de Fiscalização sobre o funcionamento dos mesmos;

XXIX – sugerir modificações nas rotinas operacionais e técnicas dos postos de pesagem visando seu aperfeiçoamento;

XXXVI – sugerir a realização de comandos em vias alternativas, com a utilização de equipamento portátil de pesagem de veículos;

XLI – emitir notificações de autuação e de penalidade, relativas a excesso de peso;

XLV – fiscalizar e verificar a ocorrência de veículos e/ou de cargas fora dos padrões permitidos ou mal acondicionados, trafegando sem autorização, sinalização adequada e com excesso de peso, com emissão de poluentes acima do permitido e ruídos produzidos pelos veículos ou sua carga;

XLVI – fiscalizar e verificar uso de acessos clandestinos e movimentos não previstos e perigosos providenciando seu fechamento ou interrupção;

XLVII – manter em operação os postos de pesagem do DNIT e aplicar as penalidades cabíveis;

XLVIII – analisar e convalidar autos de infração de trânsito e excesso de peso;

XLIX – verificar e reportar a existência de irregularidades nas pistas de rolamento (buracos, ondulações etc.), estado da sinalização, vedação das cercas, restrições de visibilidade, fenômenos climáticos adversos (neblina e serração), de indícios de locais passíveis de acidentes naturais (escorregamento de talude, erosão de bordo de acostamento), eventuais segmentos com defensas inutilizadas;

LIII – executar e fiscalizar os serviços de atendimento ao usuário nas rodovias federais;

LIV – pesquisar, analisar e selecionar os tipos de equipamentos eletrônicos e especiais adequados ao Agente de Trânsito;

LV – fiscalizar, controlar e fazer inspeções periódicas, observando a correta utilização, funcionamento e manutenção dos equipamentos afetos ao serviço.

3 Recursos Humanos da CGPERT

A Coordenação Geral de Operações tem em seu quadro de pessoal 136 colaboradores, sendo 35,3% do quadro de funcionários do DNIT, 1,5% de funcionários requisitados do Ministério de Minas e Energia e 63,2% de funcionários terceirizados oriundos de convênios e contratos de prestação de serviços. A Figura 1 apresenta um quadro síntese dos recursos humanos disponíveis, distribuídos nas diversas áreas de atuação da CGPERT. Já a Figura 2 apresenta a relação completa de funcionários por setor de atuação, incluindo nome, cargo ou função, servidor/nº Contrato e vínculo. Por sua vez a Figura 3 apresenta uma relação de funcionários não fazem parte do quadro direto de funcionário da CGPERT, estando vinculados a convênios e/ou contratos ou não foram indetificados como pertencentes a estrutura funcional da CGPERT.

Área de Atuação	Vínculo				Distribuição em %
	DNIT	Requisitado	Terceirizado	Total	
Fiscalização e Operação de Trânsito	18	0	0	18	**13,2%**
Gestão de Multas e Defesa de Autuação	0	0	18	18	**13,2%**
Apoio Administrativo	3	0	10	13	**9,6%**
Jari	6	0	7	13	**9,6%**
Sinalização e Segurança	5	0	8	13	**9,6%**
Autorização Especial de Trânsito	1	1	10	12	**8,8%**
Coordenação Geral	1	0	10	11	**8,1%**
Estudo de Acidentes	0	0	8	8	**5,9%**
Faixa de Domínio	2	1	5	8	**5,9%**
Pesagem TI	0	0	6	6	**4,4%**
Educação e Orientação	4	0	0	4	**2,9%**
Outros	4	0	0	4	**2,9%**
Pesagem	2	0	2	4	**2,9%**
Velocidade	0	0	2	2	**1,5%**
Convênios Detrans/Renainf	1	0	0	1	**0,7%**
Coordenação de Operações	1	0	0	1	**0,7%**
Total	**48**	**2**	**86**	**136**	**100,0%**
Distribuição em %	**35,3%**	**1,5%**	**63,2%**	**100,0%**	

Figura 1 - Quadro síntese de recursos humanos distribuídos por área de atuação

ORDEM	SETOR	NOME COMPLETO	CARGO OU FUNÇÃO	SERVIDOR/CONTRATO	VÍNCULO
1	Acidentes	Adriano Gomes Moreira	Auxiliar Técnico	046/2016	ECENGE
2	Acidentes	Antônio José Motta Ramos	Engenheiro de Transporte	046/2013	ECENGE
3	Acidentes	Crislene Maria Caetano dos Santos	Auxiliar Técnico	046/2012	ECENGE
4	Acidentes	Gabriel Vale da Silva Naves	Auxiliar Técnico	046/2008	ECENGE
5	Acidentes	Lindembergue Araújo	Auxiliar Técnico	046/2010	ECENGE
6	Acidentes	Luzimeire Araújo	Auxiliar Técnico	046/2007	ECENGE
7	Acidentes	Maria Eduarda de Souza Pimentel	Engenheiro de Transporte	046/2011	ECENGE
8	Acidentes	Sheyla Rodrigues Moura	Auxiliar Técnico	046/2009	ECENGE
9	AET	Aglister Jacinto Tadeu	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	Works
10	AET	Alberto Elias Maluf	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
11	AET	Bruna Rafaela dos Santos	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	Works
12	AET	Fábio Ayub Brasil	Programador	TT 275/200600	STE/GISTRAN
13	AET	Fernando Carneiro Ferreira	Analista de sistemas P1	TT 275/200600	STE/GISTRAN
14	AET	José Márcio Brito	Engenheiro	Requisitado	M. Minas e Energia
15	AET	Larissa Souza Corrêa	Eng. Transporte Plena	TT 275/200600	STE/GISTRAN
16	AET	Rafael Mattos e Silva	Auxiliar Administrativo	TT 275/200600	STE/GISTRAN
17	AET	Regislândia Lins de Oliveira	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	Works
18	AET	Vilma Luiz de Souza Prado	Auxiliar Técnico	TT 275/200600	STE/GISTRAN
19	AET	Vilma Silvia Santos	Operador de sistema	TT 275/200600	STE/GISTRAN
20	AET	Walas de Jesus Diniz	Operador de sistema	TT 275/200600	STE/GISTRAN
21	Agentes de Trânsito	Ademar Gomes de Almeida	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
22	Agentes de Trânsito	Alcides de Lucena Figueiredo	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
23	Agentes de Trânsito	Carlos Jorge Tinoco de Carvalho	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
24	Agentes de Trânsito	Carlos Manoel de Lima Godoy	Analista de Informações	Servidor	DNIT
25	Agentes de Trânsito	David Fédlix Xavier Silva	Motorista Oficial	Servidor	DNIT
26	Agentes de Trânsito	Fred Ribeiro Perreira	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
27	Agentes de Trânsito	Gerson Tavares da Silva	Analista Administrativo	Servidor	DNIT
28	Agentes de Trânsito	Gilson Ribamar Silva Ferreira	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
29	Agentes de Trânsito	Jackson Vieira Coelho	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
30	Agentes de Trânsito	Jones Mário Alves	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
31	Agentes de Trânsito	Jorgevaldo Morais de Melo	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
32	Agentes de Trânsito	José Ricardo Jacomé de Lima	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
33	Agentes de Trânsito	Leide de Farias Silva	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
34	Agentes de Trânsito	Marco Antônio Lopes de Albuquerque	Agente Administrativo	Servidor	DNIT

ORDEM	SETOR	NOME COMPLETO	CARGO OU FUNÇÃO	SERVIDOR/CONTRATO	VÍNCULO
35	Agentes de Trânsito	Maxwell Ricardo Lopes	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
36	Agentes de Trânsito	Paulo Cesar de Oliveira Alencar	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
37	Agentes de Trânsito	Saulo Evangelista Silva	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
38	Agentes de Trânsito	Victor de Vasconcellos Lins	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
39	apoio	Adel de Souza Parente Júnior	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
40	apoio	Adelice Marçal de Freitas	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
41	apoio	Débora Duarte Celedonio	Auxiliar Técnico	TT-275/200600	STE/GISTRAN
42	apoio	Eliziane Carla Leandro Solocco	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	DNIT
43	apoio	Giseli Licursi de Meira Castro	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
44	apoio	Joelma Prazeres da Paz	Programador	TT-275/200600	STE/GISTRAN
45	apoio	Jonathan Souza Vianna	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
46	apoio	Márcio Greick			
47	apoio	Maria Aparecida Farias dos Santos	Auxiliar Técnico	046/2014	ECENGE
48	apoio	Marilene Barreto	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
49	apoio	Nasário Pires			
50	apoio	Sônia Maria Toscano	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
51	apoio	Tânia Marísia Duarte Lopes	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
52	CGM	Adrieli Pereira Araújo Costa	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
53	CGM	Asheley Leite Silva	Assist. Administrativo		Consórcio PPV
54	CGM	Aureni Vanderlei Coelho	Operador Sistemas	TT-275/200600	STE/GISTRAN
55	CGM	Cleiton Carlos Kardec	Assist. Administrativo		Diefra
56	CGM	Daniela Cristina de Oliveira	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
57	CGM	Dinalva Lima Sobrinho	Estagiária	00195/2207-00	Convênio IEL
58	CGM	Eraldo João de Oliveira	Programador	1041/2010	FAPEU/UFSC
59	CGM	Jefferson Souza Evangelista	Estagiário	00195/2207-00	Convênio IEL
60	CGM	João Gabriel Taveira Crisóstomo	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
61	CGM	Josefa de Fátima Lemes Souza	Secretária	TT-275/200600	STE/GISTRAN
62	CGM	Karen Maria dos Anjos Matos	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
63	CGM	Keytson Rodrigo Kardec	Aux. Administrativo		Vetec Engenharia
64	CGM	Lafayette Wadie	Aux. Adm		Gistran
65	CGM	Laura L. Bezerra Ferreira	Assist. Administrativo		Faixa Sinal Viária
66	CGM	Luciano Gomes da Silva	Assist. Administrativo		Faixa Sinal Viária
67	CGM	Michelle Mineiro dos Reis	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
68	CGM	Nathane Lisa Caetano	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
69	CGM	Ronivaldo Pereira de Araújo	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS

ORDEM	SETOR	NOME COMPLETO	CARGO OU FUNÇÃO	SERVIDOR/CONTRATO	VÍNCULO
70	Convênio Detrans/Renainf	Cristina de Oliveira Winckler	Analista Administrativo	Servidor	DNIT
71	Coordenação Geral	Bruna Santos	Secretária		Consórcio PPV
72	Coordenação Geral	Etelvina Aparecida A. Mendes	Operador Sistemas	TT-275/200600	FAPEU/UFSC
73	Coordenação Geral	Genário Pereira de Oliveira	Auxiliar Administrativo	275/2006	STE/GISTRAN
74	Coordenação Geral	Joubert da Rocha Pitta Júnior	Assessor Administrativo	Requisitado	Minas e Energia
75	Coordenação Geral	Luis Carlos Barbosa da Silva	Programador	1040/2010	FAPEU/UFSC
76	Coordenação Geral	Paula Nunan	Assessoria Jurídica		FAPEU/UFSC
77	Coordenação Geral	Paula Pires	Assessoria Jurídica		FAPEU/UFSC
78	Coordenação Geral	Paulo Roberto Martinez Lopes	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
79	Coordenação Geral	Paulo Roberto Ramos Rodrigues	Auxiliar Administrativo	275/2006	STE/GISTRAN
80	Coordenação Geral	Waldemar Fini Junior	Consultor	1041/2010	FAPEU/UFSC
81	Coordenação Geral	Yêda Maria Batista Carneiro	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
82	Coordenador de Operações	João Batista Berretta Neto	Técnico de Nível Superior	Servidor	DNIT
83	Educação e Orientação	Izabel Lima Alexandria	Técnica de Sup. de Infra.	Servidor	DNIT
84	Educação e Orientação	José Donato Sales	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
85	Educação e Orientação	Lucia Maria Lopes	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
86	Educação e Orientação	Meyre Francinete Araújo Bastos	Economista	Servidor	DNIT
87	Faixa de domínio	Danielle Corrêa Lima	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
88	Faixa de domínio	Eliza Ferreira	Analista Infraestrutura de Transporte	Servidor	DNIT
89	Faixa de domínio	Felipe Moreira de Almeida	Assistente Administrativo	320/2010	STE/GISTRAN
90	Faixa de domínio	Geraldo Eustáquio de Moraes	Engenheiro	Servidor	DNIT
91	Faixa de domínio	Helane Quezado Magalhaes		Requisitada	Minas e Energia
92	Faixa de domínio	Leliane Gonçalves Figueiredo	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
93	Faixa de domínio	Lourival Gomes Couto Junior	Técnico Nível T2	TT-241/200600	GISTRAN/STE
94	Faixa de domínio	Luiz Carlos Gomes de Andrade	Analista de Sistemas P1	TT-275/200600	STE/GISTRAN
95	Jari	Álvaro Henrique Borges Matias	Assistente Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
96	Jari	Daniela Alves Martins	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
97	Jari	Francisca Freire*	Agente de Portaria	Servidor	DNIT
98	Jari	Gilberto Ramos*	Analista Administrativo	Servidor	DNIT
99	Jari	Ieda Marli Fernandes de Souza		Cedida	Engespo (PPV)
100	Jari	João Gonçalves do Vale*	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
101	Jari	José Carlos Felisbino de Jesus	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
102	Jari	José Raimundo Moraes	Analista Administrativo	Servidor	DNIT
103	Jari	Jutair Matos de Souza**	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
104	Jari	Milton Mendes de Prado	Agente Administrativo	Servidor	DNIT

ORDEM	SETOR	NOME COMPLETO	CARGO OU FUNÇÃO	SERVIDOR/CONTRATO	VÍNCULO
105	Jari	Nathália Souza da Silva	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
106	Jari	Rodrigo Pinheiro Bernardes		Cedido	Engespo (PPV)
107	Jari	Sol Sclocco de Menezes	Auxiliar Administrativo	Edital 144/2011	WORKS
108	Outros - ASDNER	Eliene Maria Marques da Silva	Arquisvista	Servidor	DNIT
109	Outros - Licença Prêmio - Férias	Luiz Cláudio dos Santos Varejão	Economista	Servidor	DNIT
110	Outros - Pres.Comissão de Ética	João Bosco de Oliveira	Analista Administrativo	Servidor	DNIT
111	Outros - sem lotação	Marcelino Augusto Santos Rosa	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
112	Pesagem	Cássia Bretãs Pinto Coelho	Analista de Infraestrutura de Transporte	Servidor	DNIT
113	Pesagem	Flavio Luiz Fernandes Gomes	Técnico Nível T0	TT241/200600	STE/GISTRAN
114	Pesagem	Rubem Ferreira Queiroz	Engenheiro de Transportes	320/2010	FAPEU/UFSC
115	Pesagem	Viviane Camargo Sobiesiak	Analista de Infraestrutura de Transportes	Servidor	DNIT
116	Pesagem TI	Aroldo Bernardo dos Santos	Programador	1040/2010	FAPEU/UFSC
117	Pesagem TI	Carla Carolina Alves Santiago	Analista de Sistemas	320/2010 Servidor	FAPEU/UFSC
118	Pesagem TI	Josenilson Gobira dos Santos	Analista de Sistemas	320/2010	FAPEU/UFSC
119	Pesagem TI	Marcos Rawnir Lopes da Silva	Auxiliar Técnico	046/2015	ECENGE
120	Pesagem TI	Rafael Gadia Melaso		Cedido	
121	Pesagem TI	Renata Souto Vasconcellos		Cedido	
122	Sinalização e segurança	Adriana de Paula B. Chagas da Cunha	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
123	Sinalização e segurança	Alexandre Castro Fernandes	Analista Infrastrutura de Transporte	Servidor	DNIT
124	Sinalização e segurança	Áurea Vanderlei Coelho	Técnico Nível T2	TT-241/200600	FAPEU/UFSC
125	Sinalização e segurança	Cecília Maria Cruvinel Hortá	Engenheiro de Transportes Sênior	TT-275/200600	STE/GISTRAN
126	Sinalização e segurança	César Roberto de Macedo Lima	Engenheiro de Transportes Pleno	TT-241/200600	FAPEU/UFSC
127	Sinalização e segurança	David Christian Regis Pereira Grubba	Analista InfraEstrutura de Transporte	Servidor	DNIT
128	Sinalização e segurança	Eloi Alves de Andrade	Técnico Nível T1	TT-241/200600	WORKS
129	Sinalização e segurança	Jaqueline Santos da Cunha Filippo	Analista InfraEstrutura de Transporte	Servidor	DNIT
130	Sinalização e segurança	Lanna Kelly Borges	Ténico Nível T2	TT-241/200600	FAPEU/UFSC
131	Sinalização e segurança	Lucas de Araújo Bôto	Analista InfraEstrutura de Transporte	Servidor	DNIT
132	Sinalização e segurança	Maria Cecília F. Teodoro	Técnico Nível T2	TT-241/200600	FAPEU/UFSC
133	Sinalização e segurança	Maria das Dores de Souza Rodrigues	Auxiliar Administrativo	241/2006	GISTRAN/STE
134	Sinalização e segurança	Rogério Fernandes Martins	Economista de Transportes Sênior	TT-241/200600	GISTRAN/STE
135	Velocidade	Jorge Ramiro da Silva Ferreira	Engenheiro de Transportes	TT-241/200600	GISTRAN/STE
136	Velocidade	Paulo Eduardo Grossi Gonçalves	Engenheiro de Transportes	TT-241/200600	GISTRAN/STE

Figura 2 - Quadro de pessoal da CGPERT agrupado por área de atuação

1	AET - Coord. Contrato	Fábio Paiva Ferreira	Coordenador de Contrato	TT-275/200600	STE/GISTRAN
2	Desligado	Alexssandra Maria da Silva	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
3	Desligado	Fábio Chiarinotti	Técnico Nível T2	TT241/200600	STE/GISTRAN
4	Desligado	Janaina Bispo Cruz Szmint	Operador Sistemas	TT-275/200600	STE/GISTRAN
5	Desligado	Layane F. da Silva	Estagiário	Servidor	IEL
6	Desligado	Lívia Teixeira Salles	Técnico Nível A0	TT-241/200600	GISTRAN/STE
7	Desligado	Luciana Brandi de Oliveira Amorim	Técnico Nível T1	TT-241/200600	GISTRAN/STE
8	Desligado	Luiz Eugênio Dias Gomes	Coordenador de Contrato	TT-241/200600	GISTRAN/STE
9	Desligado	Maria Laura de Oliveira Borges	Auxiliar Administrativo	241/2006	GISTRAN/STE
10	Desligado	Maristânia Dias de Oliveira	Técnico Nível T2	TT-241/200600	GISTRAN/STE
11	Desligado	Poliana Raquel da S. Sobrinho	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
12	Desligado	Thamires Ximenes da Silva	Estagiária	00195/2007-00	Convênio IEL
13	Não exerce atividades na CGPERT	Fábio Araújo Nodari	Engenheiro de Transportes Sênior	TT-275/200600	STE/GISTRAN
14	Não exerce atividades na CGPERT	José Maria Coimbra	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
15	Não exerce atividades na CGPERT	Luiz Henrique Nogueira Gomes	Analista de Sistemas	TT-241/200600	GISTRAN/STE
16	Não exerce atividades na CGPERT	Maria Gertrudes Rolim Vieira	Engenheiro de Transportes Sênior	TT-275/200600	STE/GISTRAN
17	Não exerce atividades na CGPERT	Paulo Afonso Petrassi	Engenheiro de Transportes Sênior	TT-275/200600	STE/GISTRAN
18	Não exerce atividades na CGPERT	Pedro Coimbra Machado Cibulska Valente	Engenheiro de Transportes Médio	TT-241/200600	GISTRAN/STE
19	UFSC	Ana Paula Abreu Goltsman	Assistente Administrativo	320/2010	FAPEU/UFSC
20	UFSC	Carolina Cannella Peña	Engenheiro Civil	1041/2010	FAPEU/UFSC
21	UFSC	Charlene Souza Chiella	Programador	320/2010	FAPEU/UFSC
22	UFSC	Fernando de Melo e Silva	Engenheiro Civil	1041/2010	FAPEU/UFSC
23	UFSC	Flavio de Mori	Engenheiro de Transportes	320/2010	FAPEU/UFSC
24	UFSC	Gustavo Garcia Otto	Engenheiro Civil	320/2010	FAPEU/UFSC
25	UFSC	Hélio Goltsmann	Engenheiro Pesquisador Sênior	320/2010	FAPEU/UFSC
26	UFSC	Leonardo Soliz Encinas	Engenheiro de Controle e Automação	320/2010	FAPEU/UFSC
27	UFSC	Marcio Roberto de Lima Paiva	Engenheiro Pesquisador Pleno	320/2010	FAPEU/UFSC
28	UFSC	Maria Lucia Alves Silva	Programador	1040/2010	FAPEU/UFSC
29	UFSC	Paola Tatiana Felippi Tomé	Consultora Sistema de Tráfego	1040/2010	FAPEU/UFSC
30	UFSC	Regina de F. F. Andrade	Pesquisadora	1041/2010	FAPEU/UFSC
31	UFSC	Ricardo Rogério Reibnitz	Engenheiro Ambiental	1040/2010	FAPEU/UFSC
32	UFSC	Rildo Ap. Fructuoso de Andrade	Administrador	1040/2010	FAPEU/UFSC
33	UFSC	Valter Zanela Tani	Gerente Planejamento de Transportes	1041/2010	FAPEU/UFSC
33	Agentes de Trânsito	Leide de Farias Silva	Agente Administrativo	Servidor	DNIT
34	Agentes de Trânsito	Marco Antônio Lopes de Albuquerque	Agente Administrativo	Servidor	DNIT

Figura 3 - Quadro de pessoal que não atua diretamente na CGPERT

Anexo A- Contratos de Permissão Especial de Uso – Faixa de Domínio

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
7ª Superint. da Polícia Rod. Federal/PR	SR/PR-010/2009	21/6/2014	Ocupação/ Acesso	PR
12ª Superintendência Regional da PRF/ES	17.1.0.00.0659/2010	indeterminado	construção	ES
ADM DO BRASIL	148/2003-00 148/2003-01	19/11/2008 13/11/2013	Energia Elétrica	MT
Adrianno Alexandre Galindo Bezerra	007/2011	1/9/2016	Acesso	PE
AES SUL	004/2006	25/1/2011	Energia Elétrica	RS
Águas Guariroba	045/2009	30/11/2014	Saneamento	MS
	625/2009	30/11/2014	Saneamento	MS
	196/2011	4/10/2016	Saneamento	MS
AGRENCO BIONERGIA	UT-19.1.0.00.003/2008 UT-19.1.0.00.003/2008-01	29/3/2014	Saneamento	MS
AGROINDUSTRIAL SANTA JULIANA	366/2010	13/4/2015	ENERGIA ELÉTRICA	MG
AGROPECUÁRIA MIANE LTDA.	008/2010	9/12/2015	ACESSO	RS
ALCIR ARANTES DA SILVA	009/2010	13/7/2015	acesso	GO
Aldann Construções Ltda		2/6/2016	Acesso	RN
ALFHAVILLE URBANISMO S/A	TCAU-17 Nº 1/2009	6/7/2014	Acesso	ES
ALGÁS	PG-057/2001-00 PG-057/2001-01 PG-057/2001-02	27/09/2014	Gasoduto	AL
	00.0.0.00.0102/04 00.0.0.00.0102/04-01	19/10/2014		
AMERICEL (Claro Centro-Oeste)	00.0.0.00.0046/05	14/6/2010	Fibra Óptica	MT
Anglo Ferrous Minas Rio Mineração /MG	165/2011	14/6/2016	Mineroduto	MG
Anglo Ferrous Minas Rio Mineração /RJ		21/6/2016	Mineroduto	RJ
AQUIBATÃ ENERGIA EOLICA S/A	008/2010	17/11/2015	Linha de transmissão	SC
ARLINDO DE MELLO AGROINDUSTRIAL - ARAPÉ	277/2010 170/2011	31/12/2010 31/12/2012	Energia Elétrica	MG

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 1/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato		Serviço	UF
	nº	vencimento		
ATE VI- Campos Novos Transmissora de Energia -RS	024/2010	12/7/2016	energia Elétrica	MS
ÁTRIO HOTÉIS	005/2009	11/5/2014	Acesso	RS
ATUAL COMÉRCIO	TCAU-17-007/2009	28/5/2014	Acesso	ES
Auto Posto Luar da Rio São Paulo ltda.	600/2010	27/12/2015	acesso	RJ
BANDEIRANTE ENERGIA	08.1.0.00.0015/2007	19/8/2012	Energia Elétrica	SP
BLUMENAU NORTE SHOPPING	UT-16, Nº 028/2009	2/5/2015	ACESSO	SC
BMZ COUROS	UT-230000004/2008-00	11/6/2013	Saneamento	TO
Boa Vista Comércio de Combustíveis Ltda.	002/2011	20/7/2016	Acesso	MT
Borborema Energética	014/2011	28/6/2016	Energia Elétrica	PB
BRASCAN SPE/RJ		6/6/2016	ACESSO	RJ
BRASIL BIOENERGÉTICA	UT-23-018/2009	14/9/2014	Saneamento	TO
BRF- Brasil Foods S.A	834/2010	6/12/2015	Saneamento	MG
BRASIL TELECOM/ MS	019/2009	2/8/2014	cabo óptico	MS
	027/2009	14/7/2015		
	035/2009	24/3/2015		
	036/2009	24/3/2015		
	039/2009	24/3/2015		
	042/2009	17/5/2015		
	043/2009	17/5/2015		
	044/2009	14/7/2015		
	003/2010	12/4/2015		
	143/2011	12/5/2016		
	216/2010	2/6/2016		
	204/2010	2/6/2016		
	041/2009	14/8/2016		
	388/2011	6/10/2016		
BRASIL TELECOM/SC	019/2009	14/6/2015	FIBRA ÓPTICA	SC
	020/2009	14/12/2014		
	023/2009	6/1/2015		
	016/2010	10/3/2016		
	026/2010	10/3/2016		
BRASKEM S/A (ANTIGA CINAL)	132/2004 132/2004-01 132/2004-02	16/9/2014	Saneamento	AL
BRASKEM S/A	150/2011	8/5/2016	cabeamento elétrico	

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 2/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
Braz Coradini	012/2011	5/5/2016	Acesso	SC
CABO	00.0.0.00.0209/04	29/12/2009	Fibra Óptica	RN
Cachoeira do Brumado Energia	244/2009	28/6/2014	Energia Elétrica	MG
CAERD	00.0.0.00.0099/05		ADUTORA	RO
	643/2010	8/7/2015		
	640/2010	8/7/2015		
	639/2010	8/7/2015		
	636/2010	8/7/2015		
CAESB	TT-086/2002-00 026/2010	29/8/2015	Adutora	DF
	191/2006	05/11/2011		
	007/2010	28/11/2015		GO
CAGECE	009/2008	23/11/2013	Saneamento	CE
	911/2009	25/5/2015	adutora	
	991/2010	1/12/2015	adutora	
	15/2011	5/1/2016	adutora	
	506/2011	10/8/2012	Saneamento	
	644/2011	20/10/2016	ADUTORA	
CAGEPA	00.0.0.00.0199/05	4/1/2011	Saneamento	PB
	SR/PB Nº 0005/07-00	20/11/2012		
	33/2009			
	35/2009			
	36/2009	4/6/2014		
	15/2011	28/6/2016		
Casan	00.0.0.00.0010/04	29/12/2009	Adutora	SC
	00.0.0.00.0013/04			
	002/2009	5/4/2015		
	UT-16, nº019/2010	20/10/2015		
	UT-16 Nº 020/2010	20/10/2015		
CAXTERÊ TRANSMISSORA DE ENERGIA	005/2010	16/9/2015	Transmissão de Energia	MT
	006/2010	16/9/2015		
	007/2010	16/9/2015		
	008/2010	16/9/2015		
CAXTERÊ Transmissora de Energia /GO	015/2010	18/8/2016	Energia Elétrica	GO
CEAM	TT-063/2003-00	25/1/2009	Energia Elétrica	AM
CEB	228/2006	4/10/2011	Energia Elétrica	DF
CEDAE	034/2006 034/2006-01	21/5/2011 19/5/2016	Saneamento	RJ

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 3/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato		Serviço	UF
	nº	vencimento		
CEEE - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	TCAU-UT-10 Nº 015/2007	24/11/2012	essia/Energia Elé	RS
	TCAU-UT-10 Nº 017/2007	26/11/2012		
	TCAU-UT-10 Nº 018/2007	26/11/2012		
	TCAU-UT-10 Nº 019/2007	26/11/2012		
	TCAU-UT-10 Nº 020/2007	26/11/2012		
	TCAU-UT-10 Nº 001/2008	14/1/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 002/2008	14/1/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 003/2008	14/1/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 004/2008	14/1/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 007/2008	14/1/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 008/2008	14/1/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 011/2008	15/1/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 012/2008	15/1/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 040/2008	15/4/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 044/2008	15/6/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 045/2008	11/6/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 047/2008	12/6/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 048/2008	11/6/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 049/2008	11/6/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 051/2008	12/6/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 052/2008	12/6/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 054/2008	12/6/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 055/2008	12/6/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 016/2007	25/11/2012		
	TCAU-UT-10 Nº 021/2007	26/11/2012		
	TCAU-UT-10 Nº 025/2007	25/11/2012		
	TCAU-UT-10 Nº 005/2008	14/1/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 006/2008	14/1/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 020/2008	5/2/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 021/2008	5/2/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 024/2008	4/3/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 033/2008	17/3/2013		
	TCAU-UT-10 Nº 060/2008	10/8/2013		
	004/2011	18/2016		

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 4/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
CEHAP	46/2009	30/9/2014	Saneamento	PB
	007/2011	18/4/2016		
	24/2011	11/8/2016		
CELESC	00.0.0.00.0065/04	28/4/2009	Energia Elétrica	SC
	00.0.0.00.0066/04	28/4/2009		
	00.0.0.00.0179/04	30/11/2009		
	00.0.0.00.0187/04	27/12/2009		
	00.0.0.00.0094/05	25/8/2010		
	038/2006	5/7/2011		
	UT-16-002/2007-00	9/9/2012		
	UT-16-009/2007-00	3/1/2013		
	UT-16-002/2008	25/6/2013		
	015/2009	20/12/2014		
	UT-16-002/2010-00	13/4/2015		
	15/2009	20/12/2014		
	001/2010	5/4/2015		
	018/2010	22/11/2015		
	003/2011	24/3/2016		
	002/2011	24/3/2016		
	020/2011	25/10/2016		
CELG	033/2007	26/3/2012	Energia Elétrica	GO
CELTINS	UT-23-0001/2009	25/1/2014	Travessia/ Energia Elétrica	TO
	UT-23-0002/2009	18/2/2014		
	UT-23-0003/2009	18/2/2014		
	UT-23-0004/2009	18/2/2014		
	UT-23-0006/2009	15/3/2014		
	UT-23-0007/2009	15/3/2014		
	UT-23-0008/2009	15/3/2014		
	UT-23-0009/2009	13/4/2014		
	UT/23-0010/2009	26/5/2014		
	UT/23-0011/2009	26/5/2014		
	UT/23-0012/2009	7/6/2014		
	UT/23-0022/2009	1/9/2014		
	UT/23-0023/2009	1/9/2014		
	UT/23-0024/2009	1/9/2014		
	UT/23-0025/2009	1/9/2014		
	UT/23-0016/2009	2/9/2014		
	UT/23-0017/2009	2/9/2014		
	UT/23-0019/2009	15/9/2014		
	UT/23-0020/2009	15/9/2014		
	UT/23-0021/2009	1/9/2014		
	27/2009	18/10/2014		
	UT-23-0001/2010	12/1/2015		
	UT-23-0002/2010	12/1/2015		
	001/2011	18/4/2016		
	002/2011	18/4/2016		
	004/2011	18/4/2016		
	005/2011	18/4/2016		
	003/2011	18/4/2016		
	006/2011	9/6/2016		
	008/2011	17/8/2016		

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 5/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
CEMAT	015/2010	15/12/2015	Energia Elétrica	MT
	016/2010	15/12/2015		
	017/2010	15/12/2015		
CEMIG TELECOM	77/2010	20/1/2015	Cabo Óptico	MG
	203/2011	31/12/2012		
	234/2011	24/5/2016		
	244/2011	31/12/2012		
CEMIG	3/2009	25/3/2014	Energia Elétrica	MG
	4/2009	10/4/2014		
	75/2010	19/1/2015		
	76/2010	19/1/2015		
	134/2010	4/2/2015		
	138/2010	4/2/2015		
	192/2009	5/5/2014		
	205/2010	25/2/2015		
	246/2010 246/2010-01	30/12/2015		
	252/2010	31/12/2010		
	263/2009	27/5/2014		
	264/2009	30/5/2014		
	265/2009	30/5/2014		
	292/2010	24/3/2015		
	297/2010	31/12/2010		
	299/2010	29/3/2015		
	300/2010	29/3/2015		
	306/2010	29/3/2015		
	308/2010	29/3/2015		
	309/2009	22/6/2014		
	310/2009	22/6/2014		
	315/2009	28/6/2014		
	316/2009	28/6/2014		
	317/2009	1/7/2014		
	353/2009	21/7/2014		
	360/2010 360/2010-01	30/12/2015		
	361/2010 361/2010-01	31/12/2015		
	415/2009	13/8/2014		
	416/2009	13/8/2014		
	417/2009	12/8/2014		
	438/2009	20/8/2014		
	439/2009	20/8/2014		
	437/2009	24/8/2014		
	440/2009	24/8/2014		
	450/2010	12/5/2015		
	456/2010	12/5/2015		
	463/2009	14/9/2014		
	464/2009	14/9/2014		
	473/2009	14/9/2014		
	474/2009	7/9/2014		
	475/2009	17/9/2014		
	478/2009	17/9/2014		
	486/2010	24/5/2015		
	494/2009	17/9/2014		
	502/2009	17/9/2014		
	529/2010	6/6/2015		
	530/2010	31/5/2015		
	531/2009	28/9/2014		
	532/2009 532/2009-01	30/12/2015		
	533/2009	28/9/2014		
	534/2009	24/9/2014		
	581/2009	31/12/2010		
	662/2009	4/11/2014		
	663/2009	4/11/2014		

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 6/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato		Serviço	UF
	nº	vencimento		
CEMIG	688/2009	5/11/2014	Energia Elétrica	MG
	686/2009	9/11/2014		
	735/2009	18/11/2014		
	782/2009	31/12/2010		
	812/2009	8/12/2014		
	894/2009	22/12/2014		
	443/2010 443/2010-01	29/2/2016		
	553/2010	10/6/2015		
	578/2010	15/6/2015		
	617/2010	5/7/2016		
	618/2010	15/7/2016		
	627/2010	15/7/2016		
	692/2010	4/8/2015		
	713/2010	15/8/2015		
	714/2010	15/8/2015		
	715/2010	15/8/2015		
	716/2010	15/8/2015		
	784/2010	9/9/2015		
	833/2010	21/10/2105		
	835/2010	24/10/2015		
	836/2010	24/10/2015		
	837/2010	24/10/2015		
	838/2010	21/10/2015		
	839/2010	21/10/2015		
	890/2010	26/10/2015		
	909/2010	15/11/2015		
	920/2010	15/11/2015		
	934/2010	29/11/2015		
	935/2010	29/11/2015		
	975/2010	30/11/2015		
	963/2010	8/12/2015		
	936/2010	26/12/2015		
	995/2010	5/1/2016		
	1018/2010	5/1/2016		
	43/2011	19/1/2016		
	44/2011	23/1/2016		
	139/2011	2/3/2016		
	123/2011	1/3/2016		
	172/2011	31/12/2012		
	173/2011	31/12/2012		
	174/2011	31/12/2012		
	188/2011	18/4/2016		
	206/2011	18/4/2016		
	215/2011	18/4/2016		
	229/2011	19/4/2016		
	230/2011	19/4/2016		
	231/2011	19/4/2016		
	232/2011	19/4/2016		
	233/2011	31/12/2012		
	140/2011	31/12/2012		
	177/2011	31/12/2012		
	178/2011	24/4/2016		
	204/2011	24/4/2016		
	205/2011	24/4/2016		
	235/2011	31/12/2012		
	236/2011	31/12/2012		
	249/2011	5/5/2016		
	251/2011	31/12/2012		

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 7/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato		Serviço	UF
	nº	vencimento		
CEMIG	253/2011	31/12/2012	Energia Elétrica	MG
	254/2011	5/5/2016		
	255/2011	31/12/2012		
	270/2011	31/12/2012		
	271/2011	5/5/2016		
	272/2011	31/12/2012		
	242/2011	5/5/2016		
	273/2011	31/12/2012		
	294/2011	31/12/2012		
	290/2011	31/12/2012		
	307/2011	25/5/2016		
	314/2011	8/6/2016		
	318/2011	31/12/2012		
	345/2011	31/12/2012		
	361/2011	8/6/2016		
	382/2011	31/12/2012		
	411/2011	31/12/2012		
	460/2011	31/12/2012		
	384/2011	12/7/2016		
	461/2011	12/7/2016		
	502/2011	31/12/2012		
	526/2011	12/8/2016		
	527/2011	31/12/2012		
	576/2011	20/9/2016		
	577/2011	20/9/2016		
	578/2011	21/9/2016		
	603/2011	27/9/2016		
	602/2011	19/10/2016		
	612/2011	19/10/2016		
	233/2011	23/10/2016		
Centrais Elétricas de Belém S/A	17/2009	11/2/2014	Energia Elétrica	PA/AP
Centrais Elétricas do Norte do Brasil/MA	150772/2010	15/2/2016	Energia Elétrica	MA
CERB	SR-050022/2007	3/12/2012	Adutora	BA
CERGRAND	018/2009	08/09/2014	Energia Elétrica	MS
CESAN	007/2007	12/6/2012	Adutora	ES
	17.1.0.00.0578/2009	29/9/2014	ADUTORA	
	17.1.0.00.0481/2009	14/9/2014	Saneamento	
	17.1.0.00.0482/2009	14/9/2014	Saneamento	
	17.1.0.00.0483/2009	14/9/2014	Saneamento	
	17.1.0.00.0650/2009	26/10/2014	Saneamento	
	17.1.0.00.0654/2010	14/7/2015	Saneamento	
	688/2010	2/12/2015	Saneamento	

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
CIGÁS	UT-01.1.00.0011/2008	01/09/2014	Gasoduto	AM/RR
CLARO	025/2009	27/9/2014	fibra óptica	PR
	180/2010	23/6/2015		
CODAU	00.0.0.00.0118/05 00.0.0.00.0118/05-01 00.0.0.00.0118/09-02	4/112015	Saneamento	MG
CODEVASF	153/2011	31/12/2012	Saneamento	MG
	175/2011	18/4/2016		
CODESP	00.0.0.00.0104/05 00.0.0.00.0104/05-01	28/5/2014	Saneamento	SP
COELCE	221/2011	14/4/2016	Linhas de transmissão	CE
COMPAGÁS	00.0.0.00.0211/05 00.0.0.00.0211/05-01	5/3/2014	Gasoduto	PR
COMPANHIA ENERGÉTICA VALE DO SIMÃO	615/2010	26/9/2015	Energia Elétrica	MG
	794/2010	14/9/2015		
	243/2011	31/12/2012		
COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO-CEMAR		19/10/2015	Energia Elétrica	MA
	041/2011	25/2/2016		
Companhia Energética Potiguar - CEP	14.1.0.00.005/2009	2/2/2014	Energia Elétrica	RN
Companhia Nacional de Cimento - CNC	281/2010	21/3/2015	TRAVESSIA	MG
COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ - CPFL	08.1.0.00.00535/2009	17/9/2014	Rede de Energia	MG
Companhia Vale do Rio Doce	560/2011	31/12/2012	Rede de Energia	MG
COMPESA	024/2007	23/9/2013	Saneamento	PE
	005/2008	23/9/2013		
	019/2008	23/9/2013		
	681/2009	19/11/2014		
	828/2010	21/10/2015		
	870/2009	17/12/2014		
	441/2010	17/5/2015		
	847/2010	11/12/2015		

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 9/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
Comusa	00.0.0.00.0064/04	27/4/2009	Adutora	RS
Conc. Nova Dutra	00.0.0.00.0105/05	15/11/2010	Cabine Pedágio	RJ
CONSIGAZ	167/2011	5/4/2016	acesso	ES
CONSÓRCIO CORUMBÁ III	003/2010	6/3/2015	Energia Elétrica	GO
	004/2010	3/3/2015		
Consórcio Hidrelétrica de Aimorés	00.0.0.00.0018/04	19/2/2009	Adutora	MG
Construtora Norberto Odebrecht	UT-23, 0026/2009	13/4/2015	Acesso	TO
COPASA	212/2006	17/12/2011	Adutora	MG
	093/2007-00 093/2007-01	23/6/2014		
	001/2008	17/9/2013		
	00154/2009	13/4/2014		
	00243/2009	4/6/2014		
	303/2009	23/6/2014	Saneamento	
	847/2009	29/12/2014		
	854/2009	28/12/2014		
	476/2009	29/12/2014		
	477/2009	30/9/2014		
	171/2010	24/3/2015		
	289/2010 289/2010-01	14/6/2016		
	449/2010	9/5/2015		
	535/2010	28/6/2015		
	717/2010	27/9/2015		
	842/2010	16/11/2015		
	922/2010	5/1/2016		
	367/2011	12/7/2016		
Copel	TT-077/2003-00 031/2009	01/03/2015	Energia Elétrica	PR
	TT-085/2003-00 206/2010	02/05/2015		
	TT-092/2003-00	01/09/2008		
	TT-162/2003-00	26/11/2008		
	TT-090/2003-00 203/2010	02/05/2015		
	00.0.0.00.0033/04	28/12/2009		
	00.0.0.00.0178/04 103/2010	11/05/2015		
	002/2006	11/06/2011		
	214/2010	11/05/2015		
	195/2010	11/05/2015		
	103/2010	11/05/2015		
	706/2009	28/02/2015		
	707/2009	01/03/2015		
	030/2009	01/03/2015		
	027/2009	28/02/2015		
	101/2010	01/03/2015		
	029/2009	01/03/2015		
	028/2009	01/03/2015		
	112/2010	05/05/2015		

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 10/23 27/10/2011

DNIT

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato		Serviço	UF
	nº	vencimento		
COPERGÁS	200/2006	10/10/2011	Gasoduto	PE
CORSAN	UT-16, 020/2010	16/6/2015	Energia Elétrica	RS
Cosern	00.0.0.00.0012/04	5/2/2009	Energia Elétrica	RN
COTEMINAS S/A	SR/PB-0038/2009-00	30/5/2014	Linha de transmissão	PB
CTBC TELECOM	Lic Excep		Fibra óptica	MG
	001/2009	26/4/2014		
	554/2010	13/6/2015		
	595/2010	16/8/2015		
	614/2010	16/8/2015		
	632/2010	16/8/2015		
CTBC MULTIMIDIA DATA NET S/A - GO	001/2010	27/1/2015	Canalização	GO
CURTUME SANTO ANTÔNIO S/A	026/2007	6/3/2012	Adutora	MT
DEMSUR	412/2011	31/12/2012	Saneamento	MG
Dornaldo Meisen	029/2009	26/4/2016	Acesso	SC
El Berite Construções Incorporações e Empreendimentos Ltda.	15.0467/2011	12/8/2016	Acesso	MA
Elektro Eletricidade/MS	088/2011	16/2/2016	Energia Elétrica	MS
	089/2011	16/2/2016		
	860/2010	28/2/2016		
ELEKTRO Eletricidade/SP	08.1.0.00.0007.2007	9/7/2012	Energia Elétrica	SP
	880/2010	12/10/2015		
Elfi Starke	018/2011	29/8/2016	Acesso	SC
EMBASA	429/2009	31/08/2014	Saneamento	BA
	357/2009	07/09/2014		
	086/2011	24/03/2016		
	SR-0500406/2011	18/09/2016		
EMBRATEL/AM-RR	00.0.0.00.0071/04	20/12/2009	Fibra óptica	AM/RR
EMBRATEL/GO-DF	008/2010	6/7/2015	Cabo óptico	GO
EMBRATEL/MG	528/2011	20/9/2016	FIBRA ÓPIICA	MG
EMBRATEL/TO	UT-23, 004/2010	3/6/2015	Fibra óptica	TO
	UT-23, 006/2010	3/6/2015		
EMBRATEL/RS	UT-16, 025/2010	10/6/2015	Fibra óptica	RS
EMBRATEL/RO-AC	638/2010	08/07/2015	Fibra óptica	RO/AC
EMBRATEL/SC	012/2010	8/11/2015	Fibra óptica	SC
Empresa Brilhante Transmissora de Energia	967/2010	2/1/2016	Energia Elétrica	MS
	966/2010	2/1/2016		
	969/2010	2/1/2016		
	968/2010	2/1/2016		
	493/2011	21/8/2016		
	552/2011	21/8/2011		
	553/2011	16/8/2011		

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 11/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
Empreendimentos Japonês	UT-16-016/2009	27/7/2014	Acesso	SC
EMBRAPA/MS	548/2011	1/8/2016	Saneamento	MS
EMBRAPA/PR	961/2010	13/1/2016	Cabo óptico	PR
	984/2010	13/1/2016		
EMBRAPA/PR	001/2011	3/2/2016	Saneamento	PR
Empresa Linhas de Transmissão do ITATIM LTDA	352/2010	5/5/2015	ENERGIA	MS
	353/2010	5/5/2015		
	354/2010	5/5/2015		
	355/2010	5/5/2015		
	549/2010	10/8/2015		
	503/2011	21/8/2016		
ENERGISA/MG	152/2010		energia elétrica	MG
	178/2010			
	487/2010	24/5/2015		
	536/2010	30/5/2015		
ENERGISA /PB	SR-PB-0007/08-00	3/8/2013	Energia Elétrica	PB
	12/2008	25/2/2014	Energia elétrica	
	16/2008	25/2/2014		
	9/2008	22/3/2014		
	13/2008	22/3/2014		
	14/2008	22/3/2014		
	15/2008	22/3/2014		
	2/2009	25/2/2014		
	3/2009	22/3/2014		
	05/2009	19/4/2014		
	06/2009	19/4/2014		
	07/2009	19/4/2014		
	08/2009	19/4/2014		
	09/2009	19/4/2014		
	10/2009	19/4/2014		
	11/2009	19/4/2014		
	12/2009	19/4/2014		
	13/2009	19/4/2014		
	14/2009	19/4/2014		
	15/2009	19/4/2014		
	16/2009	29/4/2014		
	17/2009	29/4/2014		
	18/2009	29/4/2014		
	19/2009	29/4/2014		
	21/2009	19/4/2014		
	22/2009	19/4/2014		
	23/2009	19/4/2014		
	24/2009	19/4/2014		
	25/2009	19/4/2014		
	26/2009	19/4/2014		
	27/2009	19/4/2014		
	28/2009	19/4/2014		
	29/2009	19/4/2014		
	30/2009	19/4/2014		
	31/2009	13/5/2014		
	32/2009	13/5/2014		
	20/2009	18/6/2014		
	47/2009	21/10/2014		
	48/2009	11/1/2015		
	49/2009	11/1/2015		
	50/2009	11/1/2015		
	52/2009	3/11/2014		
	006/2010	10/6/2015		
	007/2010	9/6/2015		
	008/2010	9/6/2015		
	009/2010	9/6/2015		
	010/2010	10/6/2015		
	22/2011	26/7/2016		

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 12/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
ENERSUL	TT-101/2003-00 101/2003-01	8/9/2008 27/8/2013	Energia Elétrica	MS
	TT-151/2003-00 026/2009	25/11/2008 20/09/2014		
	00.0.0.00.0004/05 0004/2005-01	16/3/2015		
	008/2006	15/3/2011		
	033/2006 033/2006-01	26/4/2016		
	195/2006 195/2006-01	11/9/2016		
	187/2006	10/10/2011		
	233/2006 233/2006-01	7/12/2011 25/10/2016		
	016/2007	29/3/2012		
	UT-19-1.0.00.009/2007	9/8/2012		
	UT-19-1.0.00.013/2007	12/9/2012		
	UT-19-1.0.00.015/2007	19/9/2012		
	UT-19-1.0.00.018/2007	12/11/2012		
	029/2009	27/9/2014		
	030/2009	27/9/2014		
	031/2009	27/9/2014		
	039/2009	14/10/2014		
	040/2009	14/10/2014		
	046/2009	21/10/2014		
	792/2009	28/2/2015		
	146/2010	18/3/2015		
	147/2010	18/3/2015		
	148/2010	18/3/2015		
	149/2010	18/3/2015		
	150/2010	18/3/2015		
	259/2010	18/4/2015		
	678/2010	19/9/2015		
	800/2010	25/10/2015		
	873/2010	13/2/2016		
	161/2011	27/4/2016		
	532/2011	27/9/2016		
	650/2011	25/10/2016		
EPASA	16/2010	2/12/2015	Energia Elétrica	PB
Ferrovia Centro Atlantica	PG-051/2001-00 172/2006	04/03/2012	Fibra óptica	SE
FERTPAR FERTILIZANTES DO MARANHÃO LTDA.	387/2011	12/6/2016	Acesso	MA
FERTILIZANTES TOCANTINS LTDA	386/2011	13/3/2016	Acesso	MA
FGR Negócios Imobiliários S.A	727/2009	11/11/2014	travessia de tubulação	CE
Fiação Canadá	00.0.0.00.0091/04	06/06/2009	Linha de transmissão	GO
F.M.G - S.A	027/2009	29/11/2014	Acesso	SC
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.	119/2011	14/4/2016	ACESSO	CE

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 13/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato		Serviço	UF
	nº	vencimento		
FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S/A	009/2010	5/8/2015	TRAVESSIA	SC
FUFMT	24/2009	13/09/2014	Travessia/ Ramal de água	MT
GASMIG	005/2009	26/03/2014	Gasoduto	MG
	709/2009	18/11/2014		
	580/2010	17/06/2015		
GL Empreendimentos ltda.	593/2011	16/10/2016	acesso	PE
GLOBAL VILLAGE TELECOM/MG	793/2010	21/11/2015	Cabo Óptico	MG
GLOBAL VILLAGE TELECOM/PB	009/2011	6/6/2016	Cabo óptico	PB
GLOBAL VILLAGE TELECOM/PE	227/2011	8/6/2016	cabo óptico	PE
Governo do Estado do Espírito Santo	17.1.0.00.0352/2009	23/8/2014	Acesso	ES
Guanabara Veículos	009/2010	26/1/2016	Acesso	RS
Halex Istar	00.0.0.00.0090/04	7/6/2009	Canalização de águas	GO
Hidrelétrica Areia Branca	168/2011	27/4/2016	Energia Elétrica	MG
Hidrelétrica Pipoca	176/2011	28/6/2016	Energia Elétrica	MG
HIDRELÉTRICA MALAGONE	279/2010	22/3/2015	ENERGIA ELÉTRICA	MG
IENNE - Interligação Elétrica Norte Nordeste S/A	UT/23-0013/2009	15/6/2014	Energia Elétrica	TO
	UT/23-0014/2009	15/6/2014		
	UT/23-0015/2009	15/6/2014		
Imobiliária ARY	002/2009	16/8/2014	Adutora	CE
INFINITY PARTCIPAÇÕES	004/2010	7/7/2015	Energia Elétrica	MT
INTESA	UT/23-005/2010	9/9/2015	ENERGIA ELÉTRICA	TO
ITUIUTABA BIOENERGIA	151/2010	9/2/2015	ENERGIA ELÉTRICA	MG
JOMADEIRAS LTDA	17.1.0.00.00155/2011	20/3/2016	acesso	ES
JOSAPAR - Joaquim Oliveira S/A	TCAU-UT-10 Nº 008/2009	11/6/2014	Acesso	RS

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 14/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato		Serviço	UF
	nº	vencimento		
JÚLIO CÉSAR SIMON	UT-16, 005/2010	3/5/2015	ACESSO	SC
JULIO DE FÁTIMA ALVES	007/2011	8/8/2016	Energia Elétrica/travessia	MT
LAERTE JOSÉ DE SOUZA JÚNIOR	010/2010	24/11/2015	acesso	GO/DF
Lauro Arcibal Possamai	007/2011	26/4/2016	acesso	SC
Light- Serviço de Eletricidade S.A	00.0.0.00.0052/04	18/10/2010	Energia Elétrica	RJ
	00.0.0.00.0134/04	3/10/2010		
Linhas de Transmissão de Montes Claros	615/2011	20/10/2016	Energia Elétrica	MG
	613/2011	20/10/2016		
	647/2011	20/10/2016		
LLX Sudeste Operações Portuárias ltda.	191/2011	15/5/2016	Terminal Portuário	RJ
Louis Dreyfus Commodities do Brasil S.A	16/2011	4/10/2016	Saneamento/Travessia	MT
MALWEE MALHAS LTDA	607/2011	2/10/2016	acesso	CE
Manaus Energia S/A	00.0.0.00.0098/04	23/8/2009	Energia Elétrica	AM
MARACANAÚ GERADORA DE ENERGIA	316/2010	29/3/2015	Linhas de Transmissão	CE
MARASCA COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.	001/2011	12/7/2016	Acesso	RS
Mastrotto Reichert	PG-020/2001-00 PG-020/2001-01	02/02/2011	Esgoto	BA
MSGás	PG-001/2002-00 19.1.0.00.008/2007 19.1.0.00.008/2007-01	#REF!	Gasoduto	MS
	0098/05 0098/2005-01 0098/2005-02	03/08/2015		
	19.1.0.00.014/2007	23/09/2012		
	131/2011	13/04/2016		
MPX TAUA ENERGIA SOLAR LTDA.	339/2011	14/6/2016	Linhas de transmissão	CE
Município de Água Clara	954/2010	3/1/2016	Fibra óptica	MS
MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ	002/2009	29/3/2014	TUBULAÇÃO	MS
MUNICIPIO DE SÃO MATEUS	17.0.00.00721/2010	19/9/2015	urbanização	ES

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 15/23 27/10/2011

DNIT

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	17.1.0.00.0658/2009	28/10/2014	acesso	ES
Município de Viana/ES	17.0.00.00075/2011	16/3/2016	Iluminação pública	ES
NacGás Butano	TT-071/2003-00 TT-071/2003-01	13/08/2013	Gasoduto	PR
NET BELO HORIZONTE LTDA	277/2009	1/6/2014	cabo óptico	MG
	565/2010	9/6/2015		
	169/2011	25/4/2016		
	202/2011	25/4/2016		
NORTOX S/A	006/2011	2/8/2016	saneamento/travessia	MT
NORTOX S/A	005/2011	8/8/2011	acesso	MT
NOVA AMÉRICA S/A Industrial Caarapó	025/2009 025/2009-01	11/02/2015	Energia Elétrica	MS
Osvaldo Raul Lunardi	002/2001	14/2/2016	Energia Elétrica	MT
OURO ENERGÉTICA	008/2008	18/12/2013	Energia elétrica	SC
PAC Participações	001/2009	7/5/2014	Acesso	GO
PBGÁS	TT-093/2003-00 TT-093/2003-01	01/09/2013	Gasoduto	PB
	TT-174/2003-00	07/12/2008		
	TT-053/2003-00 TT-053/2003-01	03/07/2013		
	00.0.0.00.0001/05	10/01/2010		
	057/2006 057/2006-01 057/2006-02	06/06/2016		
	003/2007	31/01/2012		
	006/2007	31/01/2012		
	SR/PB Nº 0002/07-00	22/09/2012		
	011/2011	06/06/2016		
	012/2011	06/06/2016		
	013/2011	06/06/2016		
PETROBRÁS/AL	774/2010	29/11/2015	Gasoduto	AL
PETROBRÁS/BA	00.0.0.00.0018/05		Gasoduto	BA
PETROBRÁS/CE	PG-060/99-00	21/04/2019	Gasoduto	CE
PETROBRÁS/ES	17.1.0.00.0369/2009	28/07/2014	Gasoduto	ES
	17.1.0.00.0719/2009	24/11/2014		
	17.1.0.00.01003/2010	19/12/2015		
	163/2011	24/03/2016		
PETROBRÁS/PE	00.0.0.00.0054/04	06/06/2009	Gasoduto	PE
PETROBRÁS/PR	540/2011	30/8/2016	GASODUTO / OCUPAÇÃO	PR
PETROBRÁS/RN	415/2011	4/8/2016	GASODUTO	RN
	419/2011	4/8/2016		
	418/2011	4/8/2016		
	416/2011	4/8/2016		
	420/2011	4/8/2016		
	417/2011	4/8/2016		

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 16/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
Pontual Brasil Petróleo	TT-076/2003-00 TT-076/2003-01	13/8/2013	Dutos de gás	PR
POTIGÁS	002/2007	5/2/2012	Gasoduto	RN
Prefeitura Municipal de Alcantil	002/2011	21/2/2016	Tubulação de águas Pluviais	PB
PREFEITURA ANTÔNIO MARTINS	14.1.0.00.0099/2010	25/1/2015	Acesso	RN
Prefeitura Municipal de Blumenau	011/2009	21/4/2014	Travessia	SC
	UT-16, 004/2010	29/4/2015	ACESSO	
	UT-16, 001/2011	12/1/2016	ACESSO	
Prefeitura Municipal de Cabedelo/PB	TT-073/2003-00	11/08/2008	Sinalização	PB
Pref. Mun. Campos Novos	UT-16, 0006/2010	14/6/2015	Acesso	SC
Pref.Mun. Cachoeiro de Itapemirim/ES	17.1.0.00.00076/2011	1/2/2016	Ocupação	ES
Prefeitura Municipal de Curitibanos	017/2010	23/6/2016	Acesso	SC
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba/SP	08.1.0.00.00894/2010	19/12/2015	Sinalização	SP
Prefeitura Municipal de Florianópolis	022/2010	13/1/2016	Acesso	SC
Pref. Municipal de Guaramirim	008/2011	31/5/2016	Construção	SC
PREF. JOÃO PESSOA/PB	SR-PB-0005/08-00	17/7/2013	Saneamento	PB
PREF. PARAMBU/CE	007/2008	6/8/2013	Saneamento	CE
Prefeitura Municipa de Piquete/SP	977/2010	8/12/2015	Saneamento	SP
Prefeitura Municipal de Rio do Sul	021/2010	3/2/2016	Construção	SC
	015/2011	21/7/2016	Acesso	
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz	001/2011	9/3/2016	Iluminação pública	SC
	006/2011	6/4/2016	Acesso	
Prefeitura Municipal de São José	026/2009	26/11/2014	acesso	SC
Prefeitura Municipal de São Sebastião de Lagoa Roça	001/2011	9/2/2016	Energia Elétrica	PB
Prefeitura Municipal de Ressaquinha/MG	687/2009	10/12/2014	Saneamento	MG
Prefeitura Municipal da Serra	17.1.0.00.0261/2010	17/3/2015	ACESSO	ES
	17.1.0.00.297/2011	7/7/2016	Construção	ES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO	012/2009	14/7/2015	ACESSO	SC
Procempa	TT-098/2003-00	4/9/2008	Fibra Óptica	RS
Produtos Orlândia	00.0.0.00.0097/05	25/8/2010	Saneamento	GO
	002/2010	21/12/2014		

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 17/23 27/10/2011

DNIT

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
Ribeirão Preto Transmissora de Energia	250/2009	28/6/2014	Energia Elétrica	MG
	282/2009	28/6/2014		
	283/2009	28/6/2014		
Rodrigo Costa Feitosa	003/2011	17/4/2016	Acesso	GO
ROTASOL	17.1.0.00.0721/2010	28/11/2015	Acesso	ES
SAAE/PR	217/2010	15/4/2015	Saneamento	PR
SAAES - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de SINOP	001/2011	9/2/2016	Saneamento	MT
SABESP	08.1.0.00.00451/2010	22/6/2015	Saneamento	SP
	08.1.0.00.00463/2010	8/11/2015		
SAELPA	00.0.0.00.0210/05	6/2/2011	Energia Elétrica	PB
	232/2006	23/11/2011		
SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto.	UT-16, Nº017/2010	3/10/2015	Saneamento	SC
SANEAGO	TT-152/2003-00	20/11/2008	Saneamento	GO
	00.0.0.00.0127/04	7/9/2009		
	00.0.0.00.0033/05	26/4/2010		
	00.0.0.00.0040/05	15/5/2010		
	00.0.0.00.0116/05	14/9/2010		
	002/2009	30/7/2014		
	005/2010	29/6/2015		
	006/2010	3/3/2015		
	027/2010	22/12/2015		
	028/2010	12/12/2015		
	002/2011	20/12/2015		
	014/2010	2/3/2016		
	017/2010	20/3/2016		
SANEAR- Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental.	17.1.0.00.0.914/2010 17.1.0.00.0.914/2010-01	15/11/2015	Saneamento	ES
SANEPAR	TT-051/2003-00	16/07/2008	Saneamento	PR
	TT-065/2003-00	11/08/2008		
	TT-087/2003-00	01/09/2008		
	TT-108/2003-00	18/09/2008		
	TT-149/2003-00	20/11/2008		
	TT-150/2003-00	19/11/2008		
	PG-198/2000-00 222/2006	11/01/2010		
	PG-193/2000-00 224/2006	11/11/2009		
SANESUL	00.0.0.00.0192/04 192/2004-01	06/12/2014	Saneamento	MS
	010/2009	26/06/2014		
	011/2009	26/06/2014		
	028/2009	10/09/2014		
	034/2009	22/09/2014		
	630/2009	09/12/2014		
	769/2009	11/02/2015		
	770/2009	11/02/2015		
	266/2010	25/04/2015		
	814/2010	21/10/2015		
	712/2010	14/02/2016		
	572/2011	14/09/2016	adutora	

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 18/23 27/10/2011

DNIT

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
SCGÁS	PG-234/99-00 PG-234/99-01 177/2006	27/09/2011	Gasoduto	SC
	TT-002/2003-00	15/01/2013		
	TT-16-002/2003-01			
	TT-155/2003-00	19/07/2014		
	UT-16 Nº TT-155/2003-01			
	TT-153/2003-00 153/2003-01 153/2003-02	27/07/2014		
	TT-111/2003-00 111/2003-01	04/03/2014		
	00.0.0.00.0035/04	19/07/2014		
	UT-16 Nº 0035/2004-01			
	00.0.0.00.0011/05	13/03/2010		
	010/2006	09/03/2011		
	020/2006	17/04/2011		
	UT-16-006/2007-00	09/09/2012		
	TT-057/2002-00 057/2002-01	20/12/2012		
	UT-16-001/2009	01/02/2014		
	UT-16-003/2009	01/02/2014		
	UT-16-009/2009	01/04/2014		
	UT-16-013/2009	26/05/2014		
	UT-16-004/2009	14/05/2014		
	UT-16, nº 010/2010	05/10/2015		
	UT-16, nº 013/2010	26/10/2015		
	UT-16,n º 014/2010	26/10/2015		
	UT-16 nº 015/2010	26/10/2015		
	025/2010	10/03/2016		
	005/2011	14/03/2016		
	004/2011	13/03/2016		
	011/2011	23/05/2016		
	014/2011	08/06/2011		
	013/2011	28/06/2016		
	016/2011	28/06/2016		
	021/2011	02/10/2016		
Sec. Estado do Desenv.Reg. de São Miguel do Oeste	UT-16 024/2009	5/11/2014	acesso	SC
Sec.Est. do Desenvolvimento Reg. de Taió	UT-16 030/2009	3/2/2015	acesso	SC

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 19/23 27/10/2011

DNIT

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato		Serviço	UF
	nº	vencimento		
SEIDURB	604/2011	9/10/2016	ADUTORA	PA
SRH- Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.	986/2010	1/12/2015	Adutora	CE
SEMARH/PB	018/2010	16/2/2016	ramal de água	PB
SEJUS	17.1.0.00.0646/2009	26/10/2014	tubulação	ES
SEMASA	023/2010	23/11/2015	Saneamento	SC
SERIAL ENGENHARIA E ESTRUTURAS LTDA.	005/2011	29/6/2016	Acesso	RS
SERGÁS	00.0.0.00.0017/04 00.0.0.00.0017/04-01	08/09/2014	Gasoduto	SE
	00.0.0.00.0005/05 0005/2005-01	13/10/2014		
	00.0.0.00.0006/05 006/2005-01	13/10/2014		
	00.0.0.00.0203/05 0203/2005-01	13/10/2014		
	001/2006 001/2006-01	13/10/2014		
	281/2006 281/2006-01	13/10/2014		
SERRA NORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	17.1.0.00.0196/2010	28/2/2015	acesso	ES
Sistema Oeste de Serviços Ltda.	14.1.0.00.0013/2008	16/9/2013	Cabo de Fibra Óptica	RN
SÃO PEDRO ENERGIA	17.1.0.00.00154/2011	23/3/2016	ACESSO	ES
SPE BARRA DA PACIÊNCIA	166/2010	16/2/2015	Energia elétrica	MG
SPE PAIOL ENERGIA S.A	285/2010	22/3/2015	Energia Elétrica	MG
TAG/AM		03/09/2014	Travessia/ Gasoduto	AM/RR
TAG/MG	00248/2009	31/08/2014	Travessia/ Gasoduto	MG
TAG/RJ	ST-7-0338/2009	12/10/2014	GASODUTO	RJ

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 20/23 27/10/2011

DNIT

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
TELEFÔNICA	00.0.0.00.0172/05 00.0.0.00.0172/05-01	25/5/2014	Fibra Óptica	SP
	08.1.0.00.0012/2007 08.1.0.00.0012/2007-01	7/4/2014		
	08.1.0.00.0013/2007 08.1.0.00.0013/2007-01	13/4/2014		
	08.1.0.00.0014/2007 08.1.0.00.0014/2007-01	7/4/2014		
	08.1.0.00.0016/2009	12/4/2014		
	08.1.0.00.00656/2009	27/10/2014		
TELEMAR/AM-RR	302/2010	21/7/2015	Fibra Óptica	AM/RR
	304/2010	21/7/2015	Fibra Óptica	AM/RR
TELEMAR/BA	SR-0500225/2010		Cabo Óptico	BA
	SR-0500157/2010		Cabo Óptico	BA
TELEMAR/ES	17.1.0.00.0824/2009	24/1/2015	Implantação de Poste	ES
	17.1.0.00.0815/2009	24/1/2015	CABO ÓPTICO	
	17.1.0.00.0816/2009	24/1/2015	REDE ÓPTICA	
	17.1.0.00.0817/2009	24/1/2015	Construção de Galeria	
	17.1.0.00.0818/2009	24/1/2015	Construção de Galeria	
	17.1.0.00.0819/2009	24/1/2015	Construção de Galeria	
	17.1.0.00.0820/2009	24/1/2015	Construção de Galeria	
	17.1.0.00.0821/2009	24/1/2015	Implantação de Poste	
	17.1.0.00.0822/2009	24/1/2015	cabo telefônico	
	17.1.0.00.0823/2009	24/1/2015	Implantação de Poste	
TELEMAR/MG	249/2009	28/6/2014	Fibra Óptica	MG
	266/2009	15/7/2014		
	275/2009	15/7/2014		
	276/2009	15/7/2014	Travessia	
	274/2009	19/7/2014		
	308/2009	13/8/2014	Fibra óptica	
	324/2009	13/8/2014		
	495/2009	17/11/2014	Fibra Óptica	
	289/2009	30/12/2014	Fibra Óptica	
	291/2009	30/12/2014	Fibra Óptica	
	785/2009 785/2009-01	6/12/2014	cabo óptico	
	787/2009	6/12/2014	cabo óptico	
	77/2010	20/1/2015	cabo óptico	
	414/2010 414/2010-01	4/7/2016	cabo óptico	
	448/2010	12/5/2015	cabo óptico	
	593/2010	23/9/2015	cabo óptico	
	596/2010	23/9/2015	cabo óptico	
	976/2010	2/12/2015	cabo óptico	
	791/2010	13/9/2015	Cabo Óptico	
	792/2010	29/12/2015	Cabo Óptico	
	840/2010	29/12/2015	Cabo Óptico	
	841/2010	29/12/2015	Cabo Óptico	
	171/2011	31/5/2016	Cabo Óptico	
	187/2011	31/5/2016	Cabo Óptico	
	293/2011	5/7/2016	Cabo Óptico	
	319/2011	31/12/2012	Cabo Óptico	
	320/2011	31/12/2012	Cabo Óptico	
	321/2011	31/7/2016	Cabo Óptico	
	322/2011	31/7/2016	Cabo Óptico	
	323/2011	31/7/2016	Cabo Óptico	
	561/2011	19/10/2016	Cabo Óptico	

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 21/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato nº	Contrato vencimento	Serviço	UF
TELEMAR/PA-AP	247/2009	07/05/2014	Fibra Óptica	PA/AP
TELEMAR/PE	SR-PE-020/2008	4/9/2013	Fibra Óptica	PE
	SR-PE-021/2008	4/9/2013		
TELEMAR/RJ	383/2010	27/12/2015	Fibra Óptica	RJ
	488/2009	27/12/2015		
	538/2010	27/12/2015		
	540/2010	27/12/2015		
	712/2009	27/12/2015		
	613/2009	22/5/2016		
	338/2010	22/5/2016		
		22/5/2016		
	485/2009	22/5/2016		
	486/2009	22/5/2016		
	490/2009	22/5/2016		
		22/5/2016		
		22/5/2016		
	612/2009	22/5/2016		
	713/2009	22/5/2016		
		22/5/2016		
	716/2009	22/5/2016		
Telemig Celular	TT-068/2003-00	17/11/2008	Fibra óptica	MG
Telerj Celular	PG-052/2001-00 PG-052/2001-01 PG-052/2001-02	17/08/2011	ERBase	RJ
Telpa Celular	TT-066/2003-00	17/3/2009	Equipamentos celulares	PB
TOTAL FERRO E COMÉRCIO LTDA.	150214/2011	17/4/2016	ACESSO	MA
Transenergia Renovável S/A	030/2010	30/8/2016	Energia Elétrica/Travessia	GO
	031/2010	25/10/2016		
TRANSPORTADORA GASENE/ES	UT-17-002/2009	12/5/2014	Gasoduto	ES
TRANSPORTADORA GASENE/BA	710/2010	9/12/2015	Gasoduto	BA

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 22/23 27/10/2011

MT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE
DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
Coordenação Geral de Operações Rodoviárias

CONTRATO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO
Ocupação das faixas de domínio de rodovias federais

situação Outubro/2011

Empresa	Contrato		Serviço	UF
	nº	vencimento		
TWISTER SOFT NET LTDA.	614/2011	31/12/2012	Fibra óptica	MG
USINA CERRADÃO	603/2009	6/10/2014	ENERGIA ELÉTRICA	MG
USINA FRUTAL AÇÚCAR E ÁLCOOL	189/2011	31/12/2012	ADUTORA	MG
USINA MONTE ALEGRE LTDA	312/2010	31/12/2010	Energia Elétrica	MG
USINA NAVIRAI/MS	018/2008		Adutora	MS
UTE- Porto do Itaqui Geração de Energia	UT-15-030/2009	20/12/2014	energia elétrica	MA
	150964/2010	8/12/2015		
	150965/2010	29/12/2015		
UTE- São Borja Geradora de Energia Elétrica S/A	UT-10 007/2009	19/1/2015	ENERGIA ELÉTRICA	RS
VACARO	UT-16-22/2009		ACESSO	SC
Villagio d´Itália SPA e Resort	TCAU-17-002/2009	8/3/2014	Acesso	ES
VIVO/AL	846/2010	17/10/2015	Fibra Óptica	AL
VIVO/CE	514/2011	21/8/2016	cabo óptico	CE
VIVO/ES	17.1.0.00.00156/2011	20/3/2016	Cabo Óptico	ES
	17.1.0.00.00157/2011	20/3/2016	Cabo Óptico	
VIVO/GO	005/2011	6/10/2016	Cabo óptico	GO
VIVO/MA	448/2011	29/9/2016	FIBRA ÓPTICA	MA
VIVO/PA	144/2011	5/5/2016	Fibra óptica	PA
VIVO/PI	115/2011	17/5/2016	CABO ÓPTICO	PI
VIVO/RS	TT-097/2003-00 010/2009	20/6/2015	Fibra Óptica	RS
	TT-133/2003-00 008/2009	20/6/2015		
	00.0.0.00.0037/04	31/8/2009		
VIVO/SC	007/2010	7/7/2015	Fibra Óptica	SC
	003/2010	8/6/2015		
VIVO/TO	973/2010	15/12/2015	Cabo Óptico	TO
WEG - LINHARES EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA - WLI	17.1.0.00.0662/2010		Acesso	ES

U:\DocsScaneados\FXD3284\Relatório FAPEU/LGCJ 23/23 27/10/2011

DNIT Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

UFSC

LabTrans

NEP Núcleo de Estudos de Pesagem